



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Alzira Tereza Garcia Lobato

**Serviço Social, envelhecimento e extensão universitária: a  
contribuição dos assistentes sociais na UnATI/UERJ**

Rio de Janeiro

2018

Alzira Tereza Garcia Lobato

**Serviço Social, envelhecimento e extensão universitária: a contribuição dos assistentes sociais na UnATI/UERJ**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Maria Torres de Alencar

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

L796 Lobato, Alzira Tereza Garcia  
Serviço Social, envelhecimento e extensão universitária: a  
contribuição dos assistentes sociais na UnATI/UERJ / Alzira Tereza  
Garcia Lobato. – 2018.  
114 f.

Orientadora: Mônica Maria Torres de Alencar.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço Social – Teses. 2. Envelhecimento – Teses. 3.  
Universidade de terceira idade – Teses. I. Alencar, Mônica Maria Torres  
de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e  
Humanidades. III. Título.

es CDU 364(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Alzira Tereza Garcia Lobato

**Serviço Social, envelhecimento e extensão universitária: a contribuição dos assistentes sociais na UnATI/UERJ**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Mônica Maria Torres de Alencar (Orientadora)  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Sara Nigri Goldman  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Conceição de Maria Goulart Braga Cuba  
Professora Externa ao Quadro Funcional da UERJ

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Eliana Azevedo Pereira de Mendonça  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Rio de Janeiro  
2018

Para Virginia,  
minha mãe que aos 82 anos  
compartilha comigo seu processo  
de envelhecimento

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Virgínia, assistente social e docente aposentada, hoje idosa, que me gerou, pariu e me criou para ser uma mulher de coragem para enfrentar a vida e fez tudo isso com o seu jeitinho canceriano de cuidar da família, seu gosto pela profissão e sua veia de poeta e escritora.

A meus irmãos Carlos e Antonio Carlos e suas esposas que sempre me incentivaram a ir frente na carreira docente.

Especial agradecimento para Tonio, meu irmão e Tina, minha cunhada que me permitiram compartilhar de sua agradável casa para produzir esta Tese.

Aos meus sobrinhos Bibi, Tuninho, Lucas que torceram para a finalização desse trabalho e para Carla Virgínia que resolveu trilhar os caminhos da avó e da tia cursando Serviço Social e ajudando na transcrição do material de nossa pesquisa.

Ao meu sobrinho e afilhado Vitor que enfrentou comigo tempos adversos mas sempre esteve do meu lado me estimulando a seguir adiante.

A minha tia Lelena, prima Cristina e familiares que me incentivaram a finalizar essa trajetória.

As minhas afilhadas Carla Andréa, Karina e Nathalia que ao longo dessa trajetória de vida sempre se mostraram carinhosas amigas.

Para Suely que ao longo de muitos anos tem estado disponível para me escutar ajudando a desvelar quem eu sou.

A minha orientadora, Mônica que se tornou parceira e amiga nesta trajetória por ter me estimulado e acreditar na minha capacidade de produzir essa Tese, apesar de alguns percalços.

Aos professores que participaram da Banca, Professores Doutores: Sara Goldman, Conceição Cuba, Valéria Forti e Ney L.de Almeida, minha gratidão por aceitarem participar deste processo contribuindo com avaliações significativas.

Aos assistentes sociais do Hospital Universitário Pedro Ernesto em especial, Darci Cassia, minha ex- aluna e atual Chefe do Serviço Social, pelo apoio e estímulo a essa produção.

A toda equipe da UnATI/UERJ que me acompanha desde a criação do programa, oportunizando crescimento profissional e boas relações interprofissionais.

Aos alunos idosos da UnATI/UERJ pela parceria em transformar aquele espaço de aprendizagem em espaço de convivência e luta pelos direitos dos idosos.

Agradecimento especial aos assistentes sociais da UnATI/UERJ que foram solícitos ao meu convite na participação do tema por nós investigado.

Aos professores da Faculdade de Serviço Social da UERJ que me estimularam à conclusão desta Tese em tempos de condições de trabalho muito precárias, inclusive de falta de salário. Especialmente agradeço: Eliana, MaryJane, Maria Helena, Valéria, Ana, Ana Inês, Rosângela, Cleier, Andréa Gama, Simone, Guilherme, Renato, Gisele e Carla, pelas conversas sobre a Tese e o apoio durante o Doutorado.

Aos funcionários da Faculdade de Serviço Social que sempre foram solícitos às minhas demandas e torceram para que eu fosse vitoriosa nesse processo.

Aos alunos que compartilharam comigo na UnATI/UERJ ao longo desses quase vinte e cinco anos, o trabalho de extensão universitária na área do envelhecimento e a produção de seus Trabalhos de Conclusão de Curso da Graduação e Especialização, com essa temática.

Em especial a alguns alunos da graduação em Serviço Social que estiveram comigo, como bolsistas de extensão, pelo carinho, competência e por cuidarem de mim, quando saí do ar, minha eterna gratidão para: Joelma, Jonathan e Tatiane.

Especial agradecimento para Adriana, assistente social, que conheci por ocasião da orientação de seu trabalho de Conclusão de Residência em Serviço Social, no HUPE e foi solícita e demonstrou carinho e amizade na formatação dessa Tese, com tão pouco tempo.

Aos meus amigos da escola de música, e aos amigos em geral, que compreenderam nossa ausência durante o tempo de elaboração deste trabalho, mas se fizeram presentes nas redes sociais sempre com mensagens carinhosas incentivando a conclusão dessa produção.

[...] Tempo, tempo, tempo, tempo  
Vou te fazer um pedido  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Compositor de destinos  
Tambor de todos os ritmos  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Entro num acordo contigo  
Tempo, tempo, tempo, tempo [...]  
*Oração ao Tempo - Caetano Veloso*



## RESUMO

LOBATO, Alzira Tereza Garcia. **Serviço Social, envelhecimento e extensão universitária: a contribuição dos assistentes sociais na UnATI/UERJ.** 2018. 114 f. Tese (Doutorado) – Faculdade Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

O objetivo da presente tese foi analisar o trabalho do assistente social no programa da universidade aberta da terceira idade conhecido como UnATI/UERJ, em sua relação com o caráter educativo e o projeto ético – político do Serviço Social. Os eixos norteadores dessa investigação foram abordados em três momentos: o primeiro problematizou o envelhecimento como fenômeno mundial inserido nas sociedades capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento, abordando as concepções de envelhecimento pautadas no discurso gerontológico e em autores que empreendem crítica a essa abordagem, percebendo o envelhecimento como uma das refrações da questão social, resgatando também as políticas para idosos no Brasil. No segundo eixo problematiza-se a extensão universitária no contexto de crise das universidades públicas e sua relação com os programas de universidade de terceira idade destacando a proposta da UnATI/UERJ e a experiência de docente de Serviço Social no desenvolvimento da extensão articulada ao ensino e pesquisa desenvolvido na Faculdade de Serviço Social da UERJ, uma das primeiras unidades da universidade a participar do referido programa. O terceiro eixo traz a análise da pesquisa realizada com as assistentes sociais do programa que desenvolvem projetos e atividades de extensão nas seguintes áreas do programa: Centro de Convivência e Saúde do Idoso. Identificamos que as assistentes sociais que chegaram na UnATI em tempos diferentes, tem suas atividades referidas especificamente a uma das duas áreas sinalizadas. Privilegiam as práticas educativas enfatizando uma relação de respeito e de troca de saberes com os usuários e destacam o envolvimento com as questões decorrentes do envelhecimento de nossa população, demonstrando que é no espaço da luta pela garantia de direitos e implementação de políticas para idosos que se identificam na seara do projeto ético – político do Serviço Social.

Palavras-chave: Envelhecimento. Universidade de terceira idade. Extensão e serviço social.

## ABSTRACT

LOBATO, Alzira Tereza Garcia. **Social work , aging and University extension: the contribution of social workers at UnATI/UERJ.** 2018. 114 f. Tese (Doutorado) – Faculdade Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

The objective of this thesis was to analyse the work of the social worker in the program of the open university of the third age known as UnATI / UERJ, in its relation with the educational character and the ethical - political project of Social Work. The main objectives of this research were: the first problematized aging as a global phenomenon inserted in developed and developing capitalist societies, addressing the conceptions of aging based on gerontological discourse and authors who criticize this approach, perceiving aging as one of the refractions of the social question, rescuing also the policies for the elderly in Brazil. In the second axis, the university extension in the context of crisis of the public universities and its relationship with the programs of university of the third age, highlighting the proposal of the UNATI / UERJ and the experience of Social Work teacher in the development of the articulated extension to the teaching and research developed at the Faculty of Social Work of UERJ, one of the first units of the university to participate in said program. The third axis brings the analysis of the research carried out with the social workers of the program who develop projects and activities of extension in the following areas of the program: Center for Coexistence and Health of the Elderly. We identified that the social workers who arrived at the UnATI at different times, have their activities referred specifically to one of the two signaled areas. They emphasize educational practices emphasizing a relation of respect and exchange of knowledge with the users and highlight the involvement with the issues arising from the aging of our population, demonstrating that it is in the space of the struggle for the guarantee of rights and implementation of policies for the elderly that identify in the area of the ethical - political project of Social Service.

Key words: Aging. University of the third age. Extension and social service.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANG	Associação nacional de Gerontologia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPUERJ	Centro de Produção da Uerj
CIPI	Cuidado Integral à Saúde do Idoso
FASESC	Faculdade de Serviço Social de Caratinga
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSS	Faculdade de Serviço Social
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NAI	Núcleo de Atenção ao Idoso
NETI	Núcleo de Estudos da Terceira Idade
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI	Política Nacional do Idoso
PNSI	Política Nacional de Saúde do Idoso
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SESC	Serviço Social do Comércio
SR3/UERJ	Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNATI	Universidade Aberta da Terceira Idade
UVA	Universidade Veiga de Almeida

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1</b>	<b>ENVELHECIMENTO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: IDOSOS BRASILEIROS E PROTEÇÃO SOCIAL</b> .....	21
1.1	<b>Panorama do envelhecimento no mundo, na América Latina e no Brasil</b> .....	22
1.1.1	<u>Soy latino americano e nunca me engano: envelhecimento na América Latina</u> .....	29
1.1.2	<u>Brasil: país jovem que envelhece</u> .....	34
1.2	<b>Reflexões sobre o envelhecimento na sociedade contemporânea brasileira</b> .....	36
1.3	<b>Políticas para Idosos no Brasil num contexto neoliberal</b> .....	51
<b>2</b>	<b>EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, PROGRAMAS DE UNIVERSIDADE DE TERCEIRA IDADE E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL</b> .....	60
2.1	<b>Considerações sobre a extensão universitária</b> .....	60
2.2	<b>Breve histórico dos programas de universidade de terceira idade no Brasil</b> .....	64
2.3	<b>A proposta de universidade de terceira idade da UnATI/UERJ</b> .....	67
2.4	<b>A formação profissional do assistente social e o envelhecimento: proposta da Faculdade de Serviço Social da UERJ</b> .....	72
2.5	<b>A produção de conhecimento do Serviço Social e sua contribuição para os programas de universidade de terceira idade</b> .....	79
<b>3</b>	<b>A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNATI/UERJ</b> .....	84
3.1	<b>Perfil das assistentes sociais entrevistadas:</b> .....	84
3.2	<b>A extensão universitária nos cenários de atuação das assistentes sociais</b> .....	88
3.3	<b>As práticas educativas no trabalho das assistentes sociais</b> .....	92
3.4	<b>A percepção do Projeto Ético-Político do Serviço Social pelas entrevistadas</b> .....	95
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	100
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105

## INTRODUÇÃO

Todos os dias quando acordo não tenho mais o tempo que passou [...] temos todo o tempo do mundo, temos nosso próprio tempo [...].

*Renato Russo*

Esta tese se insere no campo do envelhecimento e do Serviço Social, especificamente no âmbito dos programas educativos para idosos, desenvolvidos em universidades, caracterizados como de extensão universitária, conhecidos como universidade de terceira idade.

De modo geral, os estudos sobre envelhecimento estão ancorados no fenômeno da transição demográfica que ocorre, a partir do século XX, em escala mundial. A longevidade da população ocorre de forma diferenciada para os países desenvolvidos e em desenvolvimento, identificados desse modo, nos estudos que pesquisamos da ONU e OMS.

Assim, nos países desenvolvidos, que são os primeiros a vivenciar o envelhecimento no mundo, verifica-se que este ocorreu num processo lento e acompanhado das melhorias nas condições de vida e do desenvolvimento do Welfare State, ou Estado de Bem-Estar Social, em sua fase plena, ou seja, nos chamados *Trinta Anos Gloriosos*, do último pós-guerra. Porém, na atualidade, esses países, majoritariamente capitalistas, segundo as análises de Netto (2007) apresentam tanto a desigualdade social como a pobreza, como constituintes das formações do modo de produção capitalista. Assim, vem enfrentando dificuldades em suas economias, em decorrência das crises cíclicas do capitalismo, como a crise globalizada de 2008. Nesse sentido, tem havido cortes nos gastos sociais significativos, tendo em vista a dominância do modelo neoliberal, que, de modo geral e simples, preconiza o Estado mínimo, reduzindo os recursos para os sistemas de proteção social, como forma de atender às recomendações dos órgãos internacionais, como o Banco Mundial que controlam a economia em nível planetário. (NETTO, 2007).

Neste sentido, temos notícias de que alguns desses países capitalistas desenvolvidos, têm realizado reformas, que priorizam os cortes de gastos com aposentadorias e pensões. Pela mídia, acompanhamos o caso emblemático da Grécia, que no bojo da crise econômica, fez cortes nas aposentadorias dos

trabalhadores e ainda se encontra em recuperação do ajuste fiscal que penalizou de modo substancial, principalmente, os velhos trabalhadores aposentados. Muitos solucionaram esta situação cometendo suicídio em frente ao Parlamento.

De modo geral, percebemos que na medida em que o envelhecimento, nesses países, avança, numericamente e, com a queda no índice de natalidade, chega um momento em que as populações têm índice quase zero de crescimento, o que reflete na diminuição da população economicamente ativa. Nesse momento, os velhos trabalhadores, com sua força de trabalho desgastada e desvalorizada pelo tempo do capital, começam a pesar na balança. Observa-se, paralelamente, nesse contexto, o aumento do índice de desemprego associado às normas de flexibilização das relações trabalhistas que ampliam o trabalho precarizado, muitas vezes sem a cobertura de direitos no âmbito das políticas de seguridade social. Esses elementos tem sido responsáveis pela diminuição da receita que sustenta esses sistemas.

Nos países em desenvolvimento, esse envelhecimento vem se dando de modo intenso e acelerado, também decorrente de melhorias nas condições de vida mas acompanhado de um Estado de Bem – Estar Social frágil pois, na maioria desses países verificamos que o sistema de proteção social voltado para os idosos, quando existe, é muito pouco implementado, o que destina a um grande contingente de velhos, viver em precárias condições de vida, com baixas aposentadorias e pensões e, para os mais pobres, baixos benefícios sociais, provenientes dos programas de transferência de renda ou de renda mínima.

Realizando um voo panorâmico pela África, que ainda registra baixo percentual de idosos, verificamos que, esse é um dos continentes com mais baixa expectativa de vida, em decorrência das precárias condições de vida da maioria da população, da epidemia da AIDS e das guerras no interior dos países. Contraditoriamente, são os idosos sobreviventes, que tem cuidado das crianças, pois os pais morreram ainda jovens. Esses idosos, na maioria dos países africanos, não contam com pensões nem aposentadorias e, muitas vezes, a ajuda para a sobrevivência tem vindo de organizações não governamentais estrangeiras como a *Help Age International*, inglesa, que luta pela garantia de direitos dos idosos e busca identificar as políticas desenvolvidas na área do envelhecimento, prestando ajuda aos idosos de diferentes regiões do mundo.

Em relação aos idosos da América Latina, percebe-se que alguns países têm tido o envelhecimento mais acelerado do que outros. Chamou-nos atenção a

declaração dos representantes da CEPAL, quando na II Assembléia Mundial do Envelhecimento em Madri, no ano de 2002, organizada pela ONU, declararam aos participantes que as pessoas na América Latina estão envelhecendo sem as garantias de uma vida digna pois a pobreza e a desigualdade social do continente persistem. Portanto, nesse contexto de pobreza e com os cortes dos gastos sociais, seguindo a cartilha do neoliberalismo, nesses países, as políticas de transferência de renda, mesmo com benefícios de baixo valor, têm sido direcionadas para os velhos, garantindo, apenas, a sobrevivência desses idosos.

No caso do Brasil, presenciamos um envelhecimento acelerado, num contexto de desigualdades sociais e pauperismo. Porém, quando nos reportamos ao nosso sistema de proteção social vamos perceber que, em comparação a muitos países da América Latina, estamos em melhores condições. Temos um sistema de aposentadorias e pensões que foi criado em atendimento às lutas dos trabalhadores organizados em diferentes profissões, que hoje se encontra descapitalizado e sendo ameaçado por propostas que avançam na desconstrução das conquistas dos trabalhadores brasileiros. Importante ressaltar que, desde meados da década de 1970, tem-se um benefício para idosos pobres, chamado de Renda Mensal Vitalícia, concedido aos 70 anos de idade, fator de corte para a maioria dos idosos, pois nessa década, ainda não tínhamos uma alta expectativa de vida. Atualmente, no âmbito da assistência social, os idosos podem requerer, a partir de 65 anos, o Benefício da Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário – mínimo. Ressalta-se que, na maioria dos casos, esse baixo valor do benefício, tem ajudado os idosos a sustentarem suas pobres famílias. Em relação aos trabalhadores rurais idosos, recebem também, um benefício de um salário-mínimo cujo valor atual é de R\$ 955 reais.

Recentemente, o atual governo brasileiro, tentou votar no Congresso uma proposta de Reforma da Previdência, PEC 287/2016, onde a versão do texto original, além de mudar a idade mínima para a aposentadoria, aumentando-a, impedia o acúmulo de benefícios, e trazia uma perversa medida de desindexar o salário mínimo, dos benefícios não – contributivos como as aposentadorias rurais e o BPC. O Projeto, recentemente, foi retirado, pois o governo não conseguiu votos necessários para aprovar a reforma que foi motivo de muita discussão e indignação por parte de toda a sociedade, principalmente do funcionalismo público, alvo dessas medidas de ataque aos direitos adquiridos dos trabalhadores. Cabe lembrar que, em muitos estados,

como o Rio de Janeiro, o funcionalismo público, desde o ano de 2016, tem tido o recebimento de salários atrasados em dois a três meses, portanto, tendo as condições de vida bastante afetadas, comprometendo inclusive, os gastos com alimentação e remédios.

Para esse estudo interessa a experiência educativa para idosos no âmbito das universidades públicas, na medida em que possibilitam o acesso de um maior quantitativo de idosos, tendo em vista a gratuidade desses programas, custeados pelos impostos pagos pela população. Assim sendo, destacamos para esta investigação o programa da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como UnATI/UERJ.

Cachioni (2012) identificada como uma das autoras especializada nos programas de universidade de terceira idade no Brasil, relata que esses programas se desenvolveram sob a influência do modelo francês, fundamentado no sistema tradicional de universidade. Portanto, a origem desses programas, acontece no ano de 1973, quando na França, o professor Pierre Vellas, criou na Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, a “Université du Troisième Âge”, a primeira universidade de terceira idade no país. Essa ideia surgiu após pesquisas realizadas pelo professor Vellas, em outros países, sobre a velhice e as políticas internacionais para os velhos, a partir da realização de visitas em asilos, hospícios e pensões de aposentados, chegando a conclusão de que eram escassas as oportunidades oferecidas para os idosos.

De acordo com Cachioni (2012, p.3) os objetivos desse primeiro programa francês era “tirar os idosos do isolamento, propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida e modificar sua imagem perante a sociedade”. Quanto às estratégias que embasaram a definição das atividades, a autora declara que foram traçadas “a partir da história e dos dramas pessoais dos estudantes” em que “os problemas de alguns eram amostras de uma realidade generalizada: solidão, isolamento, depressão, problemas de saúde.”

A expansão desses programas pelo mundo, de acordo com Cachioni (2012) teve as características associadas as suas diferentes localizações. Como exemplo, a autora destaca três modelos: o modelo Anglosaxão, desenvolvido basicamente no Reino Unido, com características de aprendizagem compartilhada ou de autoajuda; modelo Norteamericano onde se verifica uma maior participação dos idosos na organização dos cursos; o modelo Chinês, focado na vida da comunidade e na



manutenção da cultura tradicional e o modelo Sulamericano, que funciona, exclusivamente, nas instituições de ensino superior e são baseadas no modelo francês. Portanto, o modelo que norteia os programas de universidade de terceira idade no Brasil, é o Sulamericano.

No Brasil, o SESC – Serviço Social do Comércio, teve um protagonismo na área de programas educativos para idosos, quando nas décadas de 1960 e 1970, criou as *Escolas Abertas de Terceira Idade*, que segundo Lobato (2010), tinha programação para os idosos semelhante às desenvolvidas atualmente, nos programas de universidade de terceira idade. No âmbito das universidades, verifica-se que o primeiro programa de idosos foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Terceira Idade (NETI) da Universidade Federal de Santa Catarina em 1982, que contou com docente de Serviço Social daquela universidade, Neusa Guedes, na sua implementação, desenvolvendo estudos sobre o envelhecimento tendo como referência os conhecimentos gerontológicos que estavam chegando ao Brasil, referenciando a formação dos profissionais que trabalhavam com idosos. Essa docente e assistente social, é considerada como uma das pioneiras, na luta pela criação das políticas para idosos no Brasil. Para Cachioni (2012) o NETI é identificado como o primeiro programa com características de universidade de terceira idade em nosso país.

De modo geral, os pesquisadores consideram que foi na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, no ano de 1990, que foi criado o primeiro programa de universidade de terceira idade no Brasil. Neste programa, verifica-se a participação de docente do Serviço Social, que fez parte da criação e implementação do programa, assumindo também sua coordenação. (NUNES, 2001).

O crescimento das universidades de terceira idade no Brasil, no interior das universidades, tem na extensão universitária a referência para a criação e desenvolvimento desses programas que já contabilizam mais de duzentos. Para Lobato (2010) e Cachioni (2012) a educação permanente, não-formal, é a base desses programas e, segundo Cachioni (2012), não tem a intenção de certificar ou profissionalizar os alunos idosos mas contribuem para a sociabilidade e para ampliar o conhecimento e o aprendizado ao longo da vida. Além disso, segundo Lobato (2010) esses programas têm contribuído no desenvolvimento da sociabilidade dos idosos, nas trocas intergeracionais entre jovens universitários, docentes e profissionais de diferentes gerações com os idosos, na medida em que essas relações

intergeracionais tendem a ressignificar a percepção que esses segmentos têm uns dos outros. A participação dos idosos na vida da universidade tem proporcionado, troca de conhecimentos, maior visibilidade deste segmento e, conseqüentemente, maior adesão dos outros segmentos as suas demandas.

Outro aspecto fundamental para essa pesquisa é a contribuição do Serviço Social no trabalho de extensão universitária com idosos participantes do programa investigado, a UNATI/UERJ. Ressaltamos que a presença do Serviço Social nos programas educativos para idosos, tem sido de pioneirismo e, nas universidades de terceira idade, dá-se de modo ampliado ao longo da década de 1990, sendo que em algumas experiências, as faculdades de Serviço Social, foram protagonistas na criação e desenvolvimento do programa, em diferentes regiões do Brasil. Nesse contexto, destacamos a criação do NETI, na universidade Federal de Santa Catarina e a criação da universidade de terceira idade da PUC – Campinas e, conforme a pesquisa de Cuba (2015), a Universidade da Terceira Idade da Universidade Federal do Maranhão. No programa escolhido para nossa pesquisa identificamos que o Serviço Social participa da UNATI/UERJ desde sua criação e contribui na gestão do programa e no desenvolvimento de projetos de extensão, em duas áreas: Centro de Convivência e Saúde de Idoso.

Investigar a participação do Serviço Social no referido programa, justifica-se pelo interesse das assistentes sociais no trabalho com idosos que, desde o início das atividades em 1993, estão presentes e comprometidas com uma atuação profissional de qualidade. Ao mesmo tempo, tem a ver com o fato de que, nos últimos 25 anos, nossa atuação no programa da UnATI/UERJ tem sido como professora extensionista e assistente social. Em nossa trajetória foi possível desenvolver uma proposta de extensão, articulada ao ensino e pesquisa na Faculdade de Serviço Social da UERJ.

Portanto, acreditamos que esse estudo venha a contribuir para ampliarmos o conhecimento a respeito do envelhecimento de nossa população e dos programas educativos para idosos, como as universidades de terceira idade, e do Serviço Social nas universidades de terceira idade das universidades públicas. Tendo como referência a produção do Serviço Social, destacamos os estudos de Goldman (2003) e CUBA (2015) sobre as universidades de terceira idade no Brasil e estudos de Teixeira (2008) que, de certo modo, vem ganhando espaço na perspectiva crítica do Serviço Social, que rompe com a tradição dos estudos sobre envelhecimento, que tem como fundamento as abordagens demográficas e gerontológicas.

O objetivo geral de nossa pesquisa é analisar o trabalho do assistente social no programa da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que se caracteriza como de extensão universitária, em sua relação com o caráter educativo e o projeto ético-político do Serviço Social. Assim, pretendeu-se: analisar a proposta educativa da UnATI/UERJ; identificar a proposta educativa do Serviço Social no programa através das ações realizadas no Centro de Convivência e na Saúde do Idoso; identificar as referências do projeto ético-político do Serviço Social no trabalho das assistentes sociais do programa.

Assim, nosso campo empírico é um programa educativo para idosos conhecido como UnATI/UERJ vinculado à Sub-Reitoria de Extensão e Cultura. Trata-se de micro-universidade temática na área do envelhecimento, que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão. Segundo Nunes (2001) contribuir para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas idosas acima de 60 anos, é o objetivo geral do programa. O Serviço Social participa do programa desde sua criação em 25 de agosto de 1993. O grupo de assistentes sociais conta, atualmente, com duas docentes da Faculdade de Serviço Social da UERJ, sendo que, uma delas faz parte do grupo que iniciou as atividades do programa, organizando o Serviço Social. Contamos ainda com 7 assistentes sociais que desenvolvem ações na gestão do programa, na área de Saúde do Idoso e no Centro de Convivência.

Nesta investigação nossa proposta tende a aproximar-se de um estudo de caso. Para Becker (1997) o estudo de caso, tradicionalmente realizado na pesquisa médica e psicológica, nas Ciências Sociais, diz respeito ao estudo de uma organização ou comunidade. Para o autor, o cientista social que faz uso desse estudo, costuma utilizar também o método da observação participante, “em uma de suas muitas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados, tais como entrevistas.” (1997, p.118)

Em Mangabeira (1993) encontramos uma referência quanto a essa opção metodológica. Ao apresentar a pesquisa que realizou em um sindicato, sob a perspectiva do “novo sindicalismo” - o caso particular do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda - observa-se que sua decisão pelo estudo de caso foi motivada pela “relativa escassez de material sobre o assunto”. Além disso, a autora adota a seguinte definição de estudo de caso, formulada por Yin (1989, p.22-23): “uma pesquisa empírica que examina um fenômeno contemporâneo em seu contexto real e que utiliza múltiplas fontes de informação.”

Percebemos que nossa investigação se deve, também, ao fato de que os programas de universidade de terceira idade se desenvolvem no Brasil, mais recentemente, a partir da década de 1990 e ainda são pouco pesquisados. Trata-se de programa que se vincula, de modo geral, às atividades de extensão das universidades. Nossa experiência como professora extensionista no programa da UnATI/UERJ, ao longo dos últimos vinte anos, nos remete a pesquisas e estudos que tratam do que são os programas de universidade de terceira idade, suas propostas educativas, quem são seus usuários e quem são os professores dos idosos. Verificamos a presença do Serviço Social nesses programas e, especificamente, no programa da UnATI/UERJ, as assistentes sociais participam desde sua criação em 1993 e estão presentes: na gestão, no atendimento na Saúde do Idoso, nas atividades do Centro de Convivência e na capacitação profissional na área do envelhecimento. Portanto, percebe-se que as assistentes sociais tem um envolvimento nas principais frentes do programa, e também um certo protagonismo, o que representa uma particularidade a ser investigada em nossa pesquisa.

Por outro lado, identificamos o fato de termos poucas produções que tratem, especificamente, do trabalho do assistente social em programas de extensão universitária educativos para idosos e esta pesquisa contribuirá para ampliar o conhecimento do trabalho do assistente social em programa de universidade aberta de terceira idade.

Quanto aos procedimentos metodológicos desta investigação destaca-se: - levantamento e revisão bibliográfica: consideram-se como temas centrais da pesquisa os eixos temáticos apresentados na problematização, aprofundados em estudos referenciados, na construção dos capítulos da tese; - levantamento e análise documental: quanto à proposta educativa da UnATI/UERJ, temos o Projeto de Criação da UnATI/UERJ, “Programa de Estudos e Debates sobre o Envelhecimento” (1993); Programação das Atividades da UnATI (documento anual, onde podemos verificar também as atividades educativas do assistente social); “Conhecendo a UnATI”, documento que trata do histórico e proposta atual do programa disponível no site [www.unati.uerj.br](http://www.unati.uerj.br). Sobre a extensão universitária, a referência é o Plano Nacional de Extensão, apresentado e comentado pelos participantes do Fórum de Pró-Reitores (maio de 2012). Quanto à proposta educativa do Serviço Social e referências ao projeto ético-político da profissão, serão identificadas através dos relatos das assistentes sociais que participaram das entrevistas, a respeito Projetos de

Intervenção das Assistentes Sociais do Centro de Convivência e da área de Saúde do Idoso, bem como outros documentos indicados pelas assistentes sociais do programa.

A realização de entrevistas teve como objetivos: a construção do histórico da inserção do Serviço Social no programa de extensão universitária, a identificação da proposta educativa do Serviço Social e das referências ao projeto ético-político da profissão. Os sujeitos entrevistados foram 6 assistentes sociais, sendo que 2 delas, estão no programa, praticamente, desde o início das atividades, no Centro de Convivência e na Saúde do Idoso. As outras 4 tem tempos diferenciados, sendo que a mais nova assistente social está no programa há apenas 3 anos. A opção pela entrevista semiestruturada, para Moura e Ferreira (2005) está associada à construção de roteiro preliminar de perguntas que atenda aos objetivos do estudo e também ao fato de permitir ao entrevistador ter liberdade para acrescentar novas questões ao roteiro que lhe possibilitem aprofundar aspectos relevantes aos propósitos do estudo. Das questões que orientaram a entrevista: dados sobre tempo de formação profissional e tempo de UnATi, origem e vínculo do profissional, referências teóricas para pensar o envelhecimento, identificação de elementos de sua proposta educativa a partir de projetos de intervenção e as referências ao projeto ético-político no trabalho educativo desenvolvido com os idosos participantes do programa. O roteiro da entrevista compõe o Anexo 1.

As entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2016 até abril de 2017. Embora todas as assistentes sociais tenham sido solícitas ao nosso convite, vivenciamos nesse período, greve dos docentes e técnicos da universidade, em função do atraso de salários e falta de repasse de verbas para a universidade. Assim sendo, realizamos 4 entrevistas nos espaços da UnATI e da FSS e as outras 2 foram realizadas fora da universidade conforme combinação entre a pesquisadora e as entrevistadas. As entrevistas foram gravadas e algumas relatadas no momento da realização tendo em vista o cuidado em não perder os dados coletados.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da UERJ que deu aprovação para sua realização. No ambiente das entrevistas as assistentes sociais tomaram conhecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi lido e assinado em duas vias, ficando uma via com os entrevistados e outra via com a pesquisadora (Anexo 2)

De modo geral as entrevistas tiveram a duração mínima de 40 minutos e máxima de 1 hora e meia. Com algumas entrevistadas, realizamos mais algumas

perguntas a título de esclarecimento do relato das mesmas ou mesmo retomamos a pergunta já realizada com o intuito de situar melhor a entrevistada quanta à questão indagada. De modo geral, as entrevistadas foram receptivas às indagações de nossa investigação visto que, na medida em que respondiam, realizavam exercício de reflexão sobre as atividades desenvolvidas como assistente social no campo.

Foi interessante perceber na leitura do material que, mesmo que estivéssemos conduzindo a entrevista, as entrevistadas respondiam algumas questões elegendo os eixos de seu interesse e compreensão. Este caminho, em algumas situações, trouxe uma riqueza maior a respeito da experiência profissional e em outros, houve certo afastamento das respostas dos temas indagados.

O fato de conhecermos as assistentes sociais, há algum tempo, sendo que duas entrevistadas foram nossas alunas na pós-graduação, nos permitiu identificar os avanços e a maturidade daquelas profissionais. Enfim, a fase de realização das entrevistas foi bastante gratificante nos estimulando a prosseguir na produção da tese.

Na análise dos dados desta investigação, nos interessa compreender os discursos das entrevistadas e conteúdos explicitados nos documentos, textos produzidos pelos assistentes sociais, numa abordagem qualitativa. Embora tivéssemos acessado material publicado de algumas entrevistadas, optamos em valorizar os seus relatos. A organização desse material empírico deu-se do seguinte modo: leitura do material e transcrição de 6 entrevistas gravadas com vistas à elaboração de um quadro síntese das informações contidas nos documentos e entrevistas, buscando o caminho da categorização que, em um primeiro momento, se apresenta como categorias mais gerais, fruto da problematização do tema da pesquisa e categorias construídas a partir da leitura do material empírico. Nesse exercício, para Moura e Ferreira (2005, p.80-81), as categorias tanto podem surgir do referencial que norteou o estudo quanto podem ser desenvolvidas indutivamente durante a fase de análise dos dados, ou, ainda, podem ser fornecidas pelos próprios participantes do estudo. Além disso, as categorias devem ser desenvolvidas em interação com os dados objetivando sua compreensão. Com o intuito de resguardar a identidade das entrevistadas, optamos pela apresentação dos depoimentos, seguidos das rubricas: (AS1) até (AS 6).

O desenvolvimento da temática dessa Tese foi estruturado em três capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo problematizou-se o envelhecimento como fenômeno mundial inserido nas sociedades capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento, abordando as concepções de envelhecimento pautadas no discurso gerontológico e em autores que empreendem crítica a essa abordagem, percebendo o envelhecimento como uma das refrações da questão social, resgatando, a seguir, as políticas para idosos no Brasil.

No segundo capítulo, discutiu-se a extensão universitária no contexto de crise das universidades públicas e sua relação com os programas de universidade de terceira idade, destacando a proposta da UnATI/UERJ e, a nossa experiência de docente de Serviço Social, no desenvolvimento da extensão, articulada ao ensino e pesquisa na área do envelhecimento, desenvolvida na Faculdade de Serviço Social da UERJ, uma das primeiras unidades de ensino a participar do programa investigado. O relato da referida experiência de extensão, deu-se com base em nossos registros documentais e no registro de nossa memória, como testemunha viva dessa história, num exercício de reflexão e sistematização dessa experiência de extensão universitária.

O terceiro capítulo constituiu-se na análise da pesquisa que foi realizada com as assistentes sociais do programa da UnATI/UERJ que desenvolvem projetos e atividades de extensão nas seguintes áreas: Centro de Convivência e Saúde do Idoso. Procuramos ressaltar aspectos do discurso das entrevistadas que retratassem as principais posições do grupo, a respeito dos temas de investigação da pesquisa.

Nas considerações finais, optou-se por realizar, um resgate, numa visão panorâmica, das principais questões desenvolvidas no eixo temático da pesquisa envolvendo o envelhecimento, o Serviço Social e a extensão universitária no programa educativo para idosos investigado.

## **1 ENVELHECIMENTO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: IDOSOS BRASILEIROS E PROTEÇÃO SOCIAL**

Neste capítulo, pretende-se, num primeiro momento, explicar o fenômeno do envelhecimento em nível mundial, tratando da transição demográfica. Destacamos o fenômeno na América Latina e no Brasil que, de acordo com dados demográficos, apresentam similaridades no envelhecimento de suas populações. Conforme estudos

da Organização Mundial de Saúde (OMS), o envelhecimento está presente nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento. Estes respondem por um acelerado processo de envelhecimento, embora com um grande contingente de população jovem, o que representa um desafio para o atendimento das demandas dos idosos e a garantia de políticas públicas de proteção social.

Trataremos da contribuição do Serviço Social aos estudos do envelhecimento através da disciplina de Gerontologia, que tem sido responsável pela especialização de diferentes profissionais, inclusive de assistentes sociais, que buscam, com o status de especialistas, tratar da velhice em seus aspectos biopsicossociais.

Destacamos, a seguir, a contribuição do Serviço Social, para a compreensão do envelhecimento apresentando os estudos de: Goldman (2003), Lobato (2010) e Teixeira (2008). A nosso ver, estas autoras, trazem a discussão do envelhecimento por dentro da sociedade capitalista, resgatando o conflito de classes sociais, chamando atenção para o envelhecimento da classe trabalhadora, que detentora apenas da força de trabalho, é desvalorizada quando envelhece e se configura como problema social.

Partindo do princípio de que a velhice na sociedade capitalista se apresenta como uma das refrações da questão social, torna-se fundamental tratar da proteção social para idosos no Brasil. Desde a década de 1990, presenciamos o crescimento dos programas de universidade de terceira idade em nosso país. Esses programas têm sido referenciados nas políticas para idosos, garantindo aos idosos o direito à educação permanente, aprendizado que se adquire ao longo da vida.

### **1.1 Panorama do envelhecimento no mundo, na América Latina e no Brasil**

O historiador marxista Eric Hobsbawn, que experimentou a longevidade como testemunho vivo do século XX, se estivesse vivo, teria no ano de 2017, completado 100 anos. Para este autor tivemos um “breve século XX”, compreendido da Primeira Guerra Mundial ao colapso da Rússia. Portanto, em fins da década de 1980 e início da década de 1990, uma era se encerrou e outra nova começou.

Para Hobsbawn (1995, p.15) a estrutura desse breve século XX, uma espécie de “tríptico ou sanduíche histórico”, ou ainda “era dos extremos” pode ser resumido do seguinte modo:



A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se cerca de 25 a 30 anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Podemos ver esse período como uma espécie de Era do Ouro, assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. A última parte do século foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise e, com efeito, para grandes áreas do mundo como a África, a ex - URSS e as partes anteriormente socialistas da Europa, de catástrofe! (HOBSBAWN, 1995, p.15)

Ao mesmo tempo, ainda presenciamos no século XX, epidemias como a AIDS, eventos responsáveis pela morte de milhares de seres humanos que também determinam a baixa expectativa de vida de pessoas vivendo em países onde a pobreza e a desigualdade social cada vez mais se acirram. Contraditoriamente, também verificamos um aumento significativo no tempo de vida dos homens. Com base em estudos demográficos, presenciamos neste século, em nível mundial, o fenômeno do envelhecimento da população.

Entender o fenômeno do envelhecimento no mundo implica em percebê-lo, predominantemente, nas sociedades capitalistas, que tem sido identificadas por organismos como ONU e OMS, como desenvolvidas ou em desenvolvimento. Segundo Forti (2009) o modo de produção capitalista teve o ineditismo de constituir-se pelo mercado, portanto um sistema de produção de mercadorias em que a própria força de trabalho torna-se mercadoria e objeto de troca, constituindo-se, historicamente pela seguinte contradição:

Concentração da propriedade, dos meios de produção, nas mãos de pequeno segmento da sociedade e o conseqüente surgimento de uma maioria destituída de meios de sobrevivência, levada à venda de sua força de trabalho. Ou seja, ao lado da socialização do trabalho, encontra-se a apropriação privada da riqueza socialmente produzida [...] uma organização social cujas relações materializam a submissão do trabalho ao capital [...] cuja tendência é a universalização das relações mercantis. (FORTI,2009, p.41-42)

Assim, nesse tipo de formação social, a sociabilidade é atravessada pela mercadoria, “mediante a primazia do trabalho alienado e do valor de troca, elementos que lhe servem de fundamento e finalidade.” (FORTI, 2009, p.42)

Embora a tendência à mundialização seja imanente ao capitalismo, como temos verificado na contemporaneidade, tendo em vista sua necessidade de “ buscar matérias – primas e força de trabalho a baixo custo, e adequar as forças produtivas ao seu modo de produção e circulação de mercadorias para a realização da mais – valia, em relação à história do capitalismo e aos seus estágios de desenvolvimento, Forti (2009) verifica que não ocorrem na mesma data em diferentes partes do mundo

ou até mesmo numa mesma região de países e para os diferentes ramos da produção, ou seja, não há apenas uma única história do capitalismo.

Essas considerações são fundamentais para percebermos a complexidade do envelhecimento como fenômeno mundial, na medida em que, se estabelecem relações hierarquizadas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, pois os primeiros se encontram em vantagem no que tange aos níveis de produtividade do trabalho, e podem regular e unificar preços no mercado mundial na busca de superlucros em detrimento das produções nacionais dos países em desenvolvimento que em sua maioria, são compradores do que se produz nos países desenvolvidos.

Portanto, consideramos que mesmo havendo semelhanças na identificação do envelhecimento em países desenvolvidos e em desenvolvimento, a partir das explicações do processo de transição demográfica, as diferenças aparecem quando explicitamos as condições de vida daqueles que apenas são proprietários da sua força de trabalho nas sociedades capitalistas.

Berzins (2003, p.22) percebe o processo de envelhecimento populacional com base na demografia em que o crescimento da população idosa é ampliado tendo no total da população uma participação relativa significativa. A razão entre a população idosa e a população jovem (até 15 anos) é um dos indicadores para o envelhecimento demográfico.

Portanto, para que uma população seja considerada envelhecida, a proporção da população acima de 65 anos deve oscilar entre 8 e 10% da população total. Berzins (2003, p.22) relata que outros estudiosos afirmam que o indicativo de uma população jovem se verifica quando o índice de idosos da população é menor que 15%; entre 15 e 30% de idosos, uma população em nível intermediário e, acima de 30%, uma população idosa.

Para Freitas (2004) o binômio fecundidade/mortalidade pode ser considerado elemento determinante para o envelhecimento populacional, ao mesmo tempo, é necessário que ocorra uma redução no número de jovens, ou seja, que a taxa de fecundidade caia. Com base nos estudos de Ramos (2002) que define quatro estágios de transição demográfica que se estabelecem a partir das variações entre as taxas de fecundidade e mortalidade de uma determinada população, a autora explicita esses estágios do seguinte modo:

O primeiro é caracterizado por alta fecundidade e alta mortalidade e, conseqüentemente, com uma população predominantemente de jovens. No segundo estágio, ainda há alta fecundidade e a mortalidade começa a cair. No terceiro estágio, tanto a fecundidade como a mortalidade estão diminuindo, resultando no aumento do percentual de adultos e, paralelamente, do número de idosos. Finalmente, no quarto estágio ocorre uma contínua redução na fecundidade com queda contínua da mortalidade em toda a população, aumentando de modo expressivo o número de idosos. (FREITAS, 2004, p.22)

Analisando os estágios de transição demográfica, Freitas (2004, p.25) conclui que o Brasil e alguns países da América Latina encontram-se no terceiro estágio de transição demográfica que se caracteriza na diminuição da fecundidade e da mortalidade o que resulta no aumento percentual de adultos e, paralelamente, ao número de idosos.

Outro aspecto a ser considerado para tratar do envelhecimento é o aumento na expectativa de vida pois a espécie humana nunca viveu tanto. Para Berzins (2003), em séculos passados, era considerado jovem quem tinha 14 ou 15 anos e velho quando alcançava os 40 anos. A autora relata que, ao estudarmos a evolução do envelhecimento humano, verificamos que os anos vividos variavam de acordo com as épocas e os lugares e que a longevidade e a expectativa de vida foram crescendo com o decorrer da história sendo influenciada pela melhoria nas condições de vida da população. Vejamos como isto se deu:

Na Pré-história, no Império Romano e na Grécia Antiga, a idade média das pessoas era em torno de 25 anos. As condições de vida influenciavam grandemente o número de anos que os homens podiam alcançar nas suas vidas. [...] No século XVII subiu para 30 anos e foi somente na metade do século XIX que se aumentou mais cinco anos na vida humana. Para se ganhar dez anos de vida foram necessários quase dois mil anos. De 1900 a 1915 foram acrescentados mais 10 anos de vida na humanidade. Em 1950, a expectativa de vida dos países industrializados já era de 65 anos. Atualmente, a média de vida dos países desenvolvidos é de 76 anos. Por outro lado, ainda há países em que a expectativa de vida é baixa, como o Iêmen, que tem uma população jovem na média de 15 anos. (BERZINS, 2003, p.21-22)

No início do século XX o envelhecimento populacional nos países desenvolvidos, ocorre de forma gradual tendo em vista o progresso sócio econômico e a melhoria das condições de vida da população. Além disso, esses países contaram com um Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) identificado por Netto (2007, p.144-145) como um experimento histórico e capítulo da dinâmica capitalista em que se verificou crescimento econômico conectado à diminuição da pobreza absoluta e à redução de desigualdades. Este período que vai da reconstrução dos países no pós-guerra até os anos 60/70 do século XX, teve as seguintes designações, dadas por

economistas – *trinta anos dourados, três décadas de ouro ou gloriosas do capitalismo*. Nesse contexto de desenvolvimento do Welfare State, presenciamos, principalmente nos países europeus, possibilidades de expansão dos sistemas de proteção social para os trabalhadores que envelhecem.

Berzins (2003, p.23) relata que na França foram necessários 115 anos, de 1865 a 1980, para que a proporção de idosos duplicasse de 7% para 17% do total da população.

Beauvoir (1976) nos lembra que foi necessário que os operários se organizassem coletivamente, no fim do século XIX, para romper com o ciclo de privação do velho operário entregue a seu próprio destino. Relata que a princípio, a ideia de pensão era de recompensa pelo longo tempo dedicado aos serviços, em profissões perigosas, a partir da idade de 50 anos. Desde 1844, tanto a Bélgica como a Holanda, concederam pensões aos setores públicos. Na França, os militares e os funcionários foram os primeiros a receber pensão, seguidos dos mineiros, marinheiros e ferroviários.

As considerações das autoras citadas reafirmam a importância das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida para os trabalhadores após o período produtivo, que era curto e desgastante.

Nos países em desenvolvimento, somente a partir de 1950 o envelhecimento tornou-se evidente. Berzins (2003) assinala que diferente dos países desenvolvidos, nesses países o envelhecimento ocorre de forma acelerada, tendo um grande desafio: garantir o envelhecimento ativo, respeitando os direitos e a dignidade dos idosos e proteção social que responda às necessidades deles. Cabe ressaltar que esses princípios foram referenciados nas duas Assembleias Mundiais para o Envelhecimento, a partir da ONU, em Viena (1982) e em Madri (2002).

Portanto, de acordo com Camarano e Pasinato (2007) estamos diante de uma das maiores conquistas da humanidade, porém nem todas as visões sobre esse fenômeno mundial são de comemoração. Para as autoras, o envelhecimento populacional entrou na agenda das políticas públicas como um problema de difícil solução. O crescimento acelerado da população idosa, contingente considerado inativo e dependente, ao mesmo tempo em que há uma diminuição do contingente populacional em idade ativa e produtiva, tem revelado uma enorme preocupação com o aumento de despesas da seguridade social.

Assim presenciamos, de acordo com Netto (2007), tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, uma corrida para concretizar reformas no sistema previdenciário com a justificativa de garantir a solvência desse sistema, atendendo às pressões por “ajustes estruturais” monitorados pelo Fundo Monetário Internacional e patrocinados pelo Banco Mundial.

A Organização Mundial de Saúde, corroborando com o processo de cronologizar a vida, demarca a velhice por idade e pelo grau de desenvolvimento dos países do seguinte modo: nos países desenvolvidos idosos são pessoas de 65 anos de idade e nos países em desenvolvimento, são pessoas de 60 anos. De acordo com Evangelista (2016) essa classificação por idade foi baseada em estudos sobre envelhecimento desde os anos 1980, mas a OMS reconhece que há diferentes contextos de envelhecimento no mundo e resolveu adotar o critério da Organização das Nações Unidas, que se refere a “60 anos e mais” para definir a população idosa.

A população de idosos no mundo em 1950 era de 204 milhões, passando a alcançar, em 1998, cerca de quase cinco décadas, o quantitativo de 579 milhões de idosos. Este crescimento se verifica no aumento da esperança de vida ao nascer, em todo o mundo, em 19 anos. Atualmente, uma em cada dez pessoas tem 60 anos de idade ou mais e, para o ano de 2050, estima-se que a relação será de uma para cinco pessoas em todo o mundo e de uma para três pessoas nos países desenvolvidos. (IBGE, Censo 2000).

Ainda de acordo com a OMS (2015) os idosos que contabilizam 841 milhões, em 2050 chegarão aos 2 bilhões e “envelhecer bem deve ser prioridade global”, porém, a previsão para o ano 2020 é que teremos, pela primeira vez na história, o número de pessoas com mais de 60 anos maior que o de crianças até 5 anos. Portanto, as doenças crônicas e o bem-estar da terceira idade serão os novos desafios da saúde pública mundial, demandando grandes e fundamentais reformas dos sistemas de saúde e de assistência social.

Tendo como referência dados das Nações Unidas que alerta para o fato de que, mais de 50% dos idosos do mundo residem em países em desenvolvimento, com maior concentração no continente asiático, Berzins (2003, p.22) apresenta a seguinte distribuição de idosos por continente: 53% na Ásia; 24% na Europa; 8% na América do Norte; 7% na América Latina e Caribe e 7% na África.

Berzins (2003, p.23) destaca, com base em dados da ONU de 2002, os países com população superior a 100 milhões e apresenta o número absoluto de idosos (em

milhões) no ano de 2002 e as projeções para o ano de 2025. Verificamos que a China, aparece em primeiro lugar, com 134.2 e 287.5, respectivamente, seguida da Índia, Estados Unidos e Japão.

Ainda com base em dados da ONU de 2001 (apud BERZINS, 2003, p.24) encontramos que, entre os dez países com as mais altas taxas de esperança de vida ao nascer estão os países desenvolvidos como: Japão (81), seguido da Suécia (80) e tendo a França (79) no décimo lugar. Ressaltamos que essa tendência de maior expectativa de vida para os países desenvolvidos, se encontra, conforme dados da ONU (2016)<sup>1</sup> acima de 82 anos e o Japão (83,7) permanece no topo da lista.

Dentre os países com as dez mais baixas taxas de esperança de vida ao nascer, temos em maioria, os países da África, como: Botsuana (36), Moçambique (38), Serra Leoa (40) e Ruanda (40). (ONU, 2001 apud BERZINS, 2003, p.24).

De acordo com dados da ONU (2016) considerando os países com expectativa de vida menor que 60 anos, os do continente da África Subsaariana, são citados, e Serra Leoa aparece com a menor expectativa de vida de 50,1 anos. Porém, percebemos aumento nas expectativas de vida dos países africanos em relação aos dados apresentados no início deste século XXI.

Os países localizados nas Américas apresentam expectativa de vida acima de 70 anos. Destacamos: Bolívia (70,7), Paraguai (74), Brasil (75), Uruguai (77), Cuba, único país comunista (79,1), Estados Unidos (79,3) e Chile (80,5). Interessante perceber como a expectativa de vida do único país comunista das Américas fica muito próxima daquela do país capitalista mais poderoso, os Estados Unidos.

Segundo Neri (2006) no mundo em geral e no Brasil, verificamos um processo de feminização da velhice: as mulheres vivem mais do que os homens, tem maior presença relativa na população idosa, principalmente nos estratos mais velhos; crescimento do número de mulheres idosas na população economicamente ativa e crescimento do número de mulheres idosas que são chefes de família.

Para Pereira (2005) embora as mulheres tenham vantagens do ponto de vista biológico, tem desvantagem do ponto de vista social quando idosas:

[...] Devido à inserção ainda subalterna da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, ou mesmo a dedicação integral de certas mulheres ao lar, a maioria delas quando idosas, enfrenta situações de empobrecimento,

---

<sup>1</sup> Fonte: Painel da População Mundial-Objetivos da ICPD e indicadores demográficos 2016 – UNFPA (Fundo da População das Nações Unidas) <http://www.unfpa.org/world-population-dashboard> Acesso em: 03 de dezembro de 2017

especialmente se depender dos esquemas focalizados de proteção públicos. Isso indica que esse segmento requer maior assistência e apoio, ao mesmo tempo em que denuncia implicações de gênero e classe social, quando não de etnia – já que as mulheres negras são ainda mais pobres e discriminadas – nos padrões de cuidados a serem prestados à população idosa. (PEREIRA, 2005, p.6)

De acordo com Berzins (2003) o recorte de gênero é determinante para a compreensão da velhice de homens e mulheres que se processa de modo diferente tanto nos aspectos sociais, econômicos, nas condições de vida, nas doenças e até mesmo na subjetividade. Quanto aos fatores que contribuem para a maior longevidade das mulheres a autora destaca os seguintes: proteção hormonal do estrógeno, diferente inserção da mulher no mercado de trabalho, consumo diferente de tabaco e álcool, postura diferente em relação à saúde/doença e relação diferente com os serviços de saúde, ou seja, as mulheres frequentam mais estes serviços.

Portanto, em nível mundial, as mulheres estão vivendo mais que os homens. Conforme Beauvoir (1976, p.248) na França, desde o início do século XX, os octogenários dobraram chegando a 1 milhão de idosos e as mulheres representam 2/3 deste quantitativo. As mulheres no Japão tem expectativa de vida média de 86,8 anos. Suíça tem a maior expectativa de vida para os homens de 81,3 anos. Por outro lado, é do continente africano, o país com a menor expectativa de vida do mundo para ambos os sexos. Trata-se de Serra Leoa com 50,8 anos para as mulheres e 49,3 anos para os homens. Cabe ressaltar que as condições de vida na maioria dos países africanos ainda são bastante precárias. Há muitos conflitos internos, com recrutamento de jovens para as guerrilhas em diferentes territórios. Além disso, a epidemia da AIDS corrobora elevando a mortalidade. (ONU/OMS, 2016)

Outro desafio que temos pela frente é concretizar a ideia da OMS de que “envelhecer bem deve ser prioridade global”, na medida em que, atualmente, 64% de todas as pessoas mais velhas no mundo, vivem em regiões menos desenvolvidas, podendo chegar a 80% em 2050. (ONU BRASIL, 2016).

### 1.1.1 Soy latino americano e nunca me engano: envelhecimento na América Latina

Camarano e Pasinato (2007, p.7) identificam o envelhecimento nas sociedades latino-americanas a partir da queda da mortalidade em todas as idades, no aumento da esperança de vida que, mesmo de forma desigual tem beneficiado a população de toda a região e à acentuada diminuição nos níveis de fecundidade, desde o final dos

anos 1960. Os desafios para envelhecer nos países latino-americanos, estão relacionados “a uma ampla lista de outras questões sociais”: pobreza, exclusão social e níveis elevados de desigualdade. Além disso, os países da região terão o desafio de adaptar sua rede de proteção social às mudanças na estrutura etária, nos arranjos familiares e no mercado de trabalho.

De acordo com Netto (2007) a desigualdade social marca o conjunto das principais sociedades latino-americanas. O autor cita dados significativos de Estenssoro (2003) sobre a desigualdade de renda entre os mais ricos e os mais pobres:

“[...] A América Latina é a região do planeta onde existem as maiores desigualdades e onde os mais ricos recebem uma maior proporção da renda. Segundo o BID, 5% da população recebe 25% do total nacional. Por outro lado, os 30% mais pobres recebem 7,5% da renda total. Mais ainda, apesar de ter um PIB per capita intermediário, a América latina apresenta a maior porcentagem de renda para os 5% mais ricos e a menor porcentagem de renda para os 30% mais pobres entre todas as regiões do planeta.”(ESTENSSORO, 2003, p.119 apud NETTO, 2007,p.140)

Netto (2007, p.142) acrescenta que a pobreza é uma problemática conexa à desigualdade e constitutiva das sociedades latino-americanas. Os dados apresentados pelo autor revelam, ainda em meados dos anos 1990, que 110 milhões de pessoas estão vivendo abaixo da linha da pobreza (dois dólares diários por pessoa).

Embora tanto a desigualdade como a pobreza apareçam identificadas com os países do continente latino-americano, Netto (2007, p.142) chama atenção para o fato de que nas formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: “é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza.” O autor exemplifica essa questão nos informando que nos anos de 1990, cerca de 12% das famílias da União Europeia viviam em situação de pobreza.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) o processo de envelhecimento é intenso e ocorre de forma heterogênea na região. Uma tipologia foi proposta classificando os países em quatro grupos em função da intensidade do envelhecimento populacional e da participação das pessoas de 60 anos e mais no total da população. Levando em consideração esses critérios, Camarano e Pasinato (2007) selecionaram um grupo de seis países que retratassem



as diferenças na dinâmica demográfica, bem como as sociais, econômicas, culturais e éticas:

- a) Representando o envelhecimento incipiente (proporção de idosos entre 5% e 7%) estão os países que não apresentavam níveis de fecundidade tão reduzidos quanto os demais países. Isto significa ter ainda uma parcela elevada de população jovem. Selecionou-se a Bolívia.
- b) Envelhecimento moderado: (proporção de idosos entre 6% e 8%) estão os países que apresentavam declínios acentuados na taxa de fecundidade. Selecionou-se: Costa Rica, Peru e México.
- c) Envelhecimento moderado avançado: (proporção de idosos entre 8% e 10%). Selecionou-se o Brasil.
- d) Envelhecimento avançado: desse grupo fazem parte os países cuja estrutura etária apresentava-se envelhecida há mais tempo. Selecionou-se a Argentina que em 2005, a população de 60 anos e mais era responsável por 13,9% da população total.

Alguns resultados desse estudo de Camarano e Pasinato (2007) cabem destaque. As mulheres vivem mais que os homens mas enfrentam dificuldades para acessar o mercado de trabalho e também os sistemas de proteção social. Isto se dá pela intermitência de sua participação por conta de sua função de cuidadora e da desigualdade e segregação ocupacional existente. Mas nos países estudados, houve aumento da participação feminina enquanto a masculina decresceu no mercado de trabalho.

Atualmente, o desemprego e a informalidade são marcantes no mercado de trabalho dos países da região. Este fato decorre da instabilidade econômica dos últimos 16 anos, que gerou baixas taxas de crescimento do produto *per capita*. Dos seis países estudados, apenas Argentina, Costa Rica e Peru apresentaram taxas médias de crescimento superiores a 2%. Entre os anos de 1990 e 2005, a informalidade e o desemprego aumentou em todos os países estudados. As autoras destacam que no Brasil a taxa mais que dobrou, seguido do México e da Argentina. Esses dois fatores comprometem a capacidade de financiamento do sistema de seguridade social e sinalizam para um agravamento da desproteção dos idosos do futuro.

Dos países estudados, a proporção de idosos pobres era menor que a observada para o resto da população. Estudos demonstram que existe uma relação entre baixas proporções de idosos pobres ao maior grau de desenvolvimento. Assim verificou-se na Argentina e Brasil, que contam com sistemas previdenciários consolidados, Bolívia e Peru.

Há uma tendência, de que os idosos retornem ao mercado de trabalho após aposentadoria. Isto tem a ver com os baixos valores das aposentadorias. As autoras destacam o caso do Brasil onde “aposentadoria não significa, necessariamente, saída do mercado de trabalho”. (CAMARANO; PASINATO, 2007, p.13).

As dificuldades de financiamento, iniquidade, baixa cobertura e altos custos de administração e operacionalização combinadas com as questões socioeconômicas e demográficas e a evolução do arcabouço institucional dos países analisados, suscitaram ajustes ou reformas nos sistemas. As autoras nos informam que essas reformas, implementadas ao longo das últimas décadas, estiveram ancoradas nos modelos sugeridos pelas agências internacionais de fomento, como o Banco Mundial. Privilegiaram o equilíbrio financeiro e atuarial dos sistemas previdenciários e o desenvolvimento e/ou fomento dos mercados de capitais locais (reformas restritivas), mas pouco foi alterado no que diz respeito à ampliação da cobertura. Além disso, o quantitativo de contribuintes efetivo declinou, aumentando a desproteção de grande parte dos trabalhadores. Na maior parte dos países os não contribuintes se encontram excluídos dos sistemas de saúde e, em alguns casos, dos habitacionais. (CAMARANO; PASINATO, 2007, p.14)

No que tange à cobertura dos sistemas previdenciários dos países estudados conclui-se que é uma baixa cobertura sendo que a área rural é mais desprotegida com exceção do Brasil que desde a década de 1990 adotou benefícios não contributivos para as áreas rurais. Cabe ressaltar que esses benefícios são financiados com impostos gerais.

Dos países estudados, apenas o Peru não tem programas não contributivos, para amparo aos idosos e deficientes. Mais uma vez, à exceção do Brasil, os benefícios, em geral, são de pequeno valor e sujeitos à comprovação de carência de renda. No Brasil e Costa Rica percebe-se uma maior cobertura, beneficiando os idosos e deficientes, da população de 65 anos e mais, 34,1% e 19,8%, respectivamente. Na Argentina essa cobertura não chega a 2%. A Bolívia criou em 1996, um benefício não contributivo para idosos denominado “Bonosol” que

correspondia, em 2004, a aproximadamente 75% do total de beneficiários da seguridade social. O valor dos benefícios varia entre os países estudados e costuma ser baixo. No Brasil o valor desses benefícios não contributivos, como previdência rural ou a assistencial (Benefício da Prestação Continuada-BPC) por determinação legal, é de 1 Salário Mínimo vigente.

Camarano e Pasinato (2007) afirmam que esses benefícios tem grande impacto na redução da pobreza onde residem idosos, de acordo com dados da OIT (2003) para Brasil (29%), Argentina (31%) e Costa Rica (24%).

Quanto às transferências familiares, de acordo com os dados da pesquisa Sabe (2000) realizada nas capitais de três dos seis países investigados, percebeu-se que o fluxo de apoio financeiro ocorre nas duas direções, ou seja, idosos recebem e prestam apoio. No Brasil, com base em pesquisas domiciliares, há uma prevalência do fluxo de apoio financeiro dos idosos em direção aos filhos, seja através da co-residência na casa dos pais e com o cuidado com os netos.

Quando se analisa a proporção da renda dos idosos na renda domiciliar, destacando a contribuição dos benefícios da seguridade social, observa-se que ela chegou a ser responsável por quase 50% da renda dos domicílios com idosos urbanos na Argentina e nos domicílios brasileiros rurais. (SABE, 2000, p.26)

Em consulta ao Anuário Estatístico da CEPAL (2014) e conforme dados da pesquisa que trata do Perfil Regional Sociodemográfico, a esperança de vida dos países que fazem parte da CEPAL, considerando o período de 2010 a 2015, é de 75 anos. As mulheres chegam até os 78 anos e vivem mais que os homens que chegam até os 72 anos de idade. Portanto, percebemos que na América Latina a população idosa aumenta de forma significativa e acelerada, em torno de 15 a 30 por cento, enquanto há um decréscimo da população jovem. As projeções da CEPAL para o ano de 2025, para os vinte países que a compõem, é que a expectativa de vida varie dos 65 aos 82 anos, registrando um aumento significativo na longevidade da população o que supõe a existência de políticas públicas que deem suporte a esse crescimento. (CEPAL, 2014)

No caso de Cuba, único país comunista do continente, que tem cerca de 11,1 milhão de habitantes e quase 2 milhões de pessoas idosas (18,3%) com expectativa de vida de 78 anos, temos notícias de que, de acordo com a situação econômica e social da Ilha, há dificuldades na criação de políticas para idosos. Além disso, há projeções de que em 2030, Cuba venha a ser o país mais envelhecido da América.

([www.gazetadopovo.com.br](http://www.gazetadopovo.com.br), 16 de dezembro de 2014, acesso em: 3 de Dezembro de 2017).

### 1.1.2 Brasil: país jovem que envelhece

A transição demográfica nos países em desenvolvimento, latino-americanos e asiáticos, ocorre de forma mais acelerada que nos países desenvolvidos. Com esta afirmação, Brito (2008) introduz sua análise sobre a transição demográfica e as desigualdades sociais no Brasil. O autor declara que a transição demográfica é universal mas é fortemente condicionada pelas condições históricas em que se realiza nos diferentes países. Não é um processo neutro:

[...] pode tanto criar possibilidades demográficas que potencializem o crescimento da economia, aumentando o bem-estar social, quanto potencializar as adversidades econômicas e sociais, ampliando as graves desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira [...] trata-se de uma opção; não se está diante de uma fatalidade histórica, em que a lógica do mercado da economia contemporânea globalizada amarraria o destino da sociedade brasileira à sua rigorosa seletividade, traçando os limites para as políticas públicas. Pelo contrário, as possibilidades abertas pela transição demográfica devem significar o desafio de ultrapassar esses limites, ampliando os caminhos que podem levar à redução das desigualdades sociais. (BRITO, 2008, p.6)

A partir dos argumentos de Brito (2008) percebe-se que a transição demográfica brasileira, traz a nosso favor, o que ele chama de bônus demográfico. Quando examina a proporção de jovens no país, o autor afirma que, mesmo que ela venha diminuindo, até o final da década de 2010, a população jovem tenha seu maior valor absoluto, ainda se manterá até 2040-2050, o crescimento da população em idade ativa (PIA). Esta situação é interessante caso não se descuide dos nossos jovens, dando-lhes educação e formação para a inserção no mercado de trabalho, que precisa superar seu comportamento recente de gerar uma proporção de desempregados e empregados na informalidade, comprometendo nossas oportunidades demográficas.

Ao longo de seu estudo Brito (2008) aborda a questão da pobreza e da desigualdade social e afirma que a sociedade brasileira não é favorável á mobilidade social, ficando essas possibilidades, nos últimos tempos, em grande parte, na dependência das políticas públicas de transferência de renda, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família. Portanto, é preciso que se invista no segmento jovem –

aquele abaixo de 15 anos – especificamente no jovem pobre. Percebemos que sua proposta traz o enfrentamento de grandes desafios pois no Brasil, a violência contra os jovens pobres tem, resultados que nos levam a estatísticas de mortes precoces, diariamente, noticiadas pela grande mídia.

No Brasil, o contingente de idosos, pessoas com 60 anos e mais, é o que mais cresce. No Censo de 2000 os idosos contabilizavam 14,5 milhões (8% da população total). Hoje, de acordo com dados do Censo do IBGE de 2010, a população brasileira é de 190.732.694 habitantes e temos quase 21 milhões de pessoas acima de 60 anos o que já representa 10,78% da população brasileira.

De acordo com os dados da PNAD de 2013, os idosos estão em torno de 26 milhões e representam 13% da população brasileira. Os idosos são em maioria mulheres (55,7%), brancas (54,5%) e moradoras de áreas urbanas (84,3%). A região sul do Brasil tem o maior número de pessoas 60 anos ou mais – representando 14,4% da população (4,1 milhões de pessoas) enquanto na região Norte temos 8,8% da população (1,5 milhão) que tem a população mais jovem.

Quanto à expectativa de vida do brasileiro temos que: no início do século XX, era de 33 anos e 7 meses, passando em 1940 para 45 anos e 5 meses e hoje é de 73 anos de idade. As projeções para o ano de 2050 é que a expectativa de vida seja de 81 anos. As mulheres, seguindo uma tendência mundial, vivem mais do que os homens, sete anos, chegando aos 76 anos de idade. (IBGE, Censo de 2010)

A respeito dos idosos centenários no Brasil, encontramos em Evangelista (2016) que no ano de 2015, já contávamos com 6 mil idosos com 100 anos. Verificamos na mídia uma valorização das pessoas mais velhas desenvolvendo atividades artísticas, em novelas, na música, nos comerciais, o que de certo modo, demonstra as potencialidades desse sujeito velho.

A Pesquisa Nacional de Saúde, realizada entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014, registrou que a expectativa de vida do brasileiro em decorrência da melhora nos indicadores de saúde no país. A esse respeito Freitas (2004) declara que

A descoberta dos antibióticos no final da década de 1940, a criação das unidades de terapia intensiva e das vacinas, na metade do século passado, e o conceito da mudança de estilo de vida, na década de 60, foram fatores que contribuíram para o aumento da longevidade. (FREITAS,2004,p.21)

Diante do quadro de envelhecimento acelerado em nosso país, de acordo com estudos de Veras e Camargo (1995) temos a expectativa de ocuparmos o sexto lugar

no mundo em população idosa, no ano 2025, com um contingente de 32 milhões de pessoas.

## 1.2 Reflexões sobre o envelhecimento na sociedade contemporânea brasileira

Na clássica obra de Beauvoir (1976) sobre a velhice, a autora afirma que devemos recusar referências à velhice de modo geral que tende a mascarar a luta de classes, observada no decorrer da história das sociedades capitalistas e presente em nossos dias, determinando o modo como os indivíduos chegam à velhice. A partir desse posicionamento Beauvoir declara o seguinte:

Um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que recebe uma pensão miserável e um Onassis [...] são duas categorias de velhos, uma extremamente ampla e outra restrita à pequena minoria e criadas pela oposição de exploradores e de explorados. (BEAUVOIR, 1976, p.15)

Como assistentes sociais, a preocupação com o envelhecimento de nossa população, nos leva a pensar em condições dignas de vida para a classe trabalhadora que gera a riqueza na sociedade capitalista. Esta classe vivencia a exploração, a desigualdade social, pois que não é dona dos meios de produção e experimenta na velhice, a desvalorização social, não sendo mais útil para o capital e assim é retirada do processo de produção e decretada sua inatividade.

Assim, num primeiro momento, abordaremos questões sobre o envelhecimento no Brasil, explicitando estudos de autores que se reportam ao envelhecimento numa perspectiva universal e abstrata e estudos que se reportam à tradição marxista, no sentido de pensar o envelhecimento como uma das refrações da questão social na sociedade capitalista. A partir desses estudos, com o intuito de compreendermos o processo de desvalorização do trabalhador, até o momento de sua retirada do mercado de trabalho pelo desgaste, por longos anos, de sua força de trabalho, nos reportamos às contribuições de Marx, quando em sua obra “O Capital”, nos apresenta análise sobre “A lei geral da acumulação capitalista”, resgatando suas reflexões sobre a criação da “superpopulação relativa”, buscando captar o que Netto (2001) identifica como a “anatomia da questão social” e Iamamoto (2001) como a “gênese da questão social”.

Em seguida, apresentaremos algumas questões referentes ao cotidiano dos idosos em nosso país, com base em investigações que realizamos em programas

educativos para idosos, fruto de nossa experiência que refletem as contradições no tratamento do envelhecimento como uma das refrações da questão social.

A compreensão do fenômeno do envelhecimento, num primeiro momento, nos aproximou dos estudos que tratam da transição demográfica que estão mais afinados com uma perspectiva mais abstrata e homogênea de pensar a velhice.

Porém, é importante que indaguemos em que condições este crescimento da população idosa vem se dando, em nosso país, em que a desigualdade social e a concentração de renda, intrínsecas ao modo de produção capitalista, persistem, ao longo deste novo século.

Avançando um pouco mais nos estudos sobre envelhecimento, ou seja, indo além dos aspectos demográficos, encontramos em Magalhães (1987) em sua obra intitulada “A Invenção da Velhice”, considerações sobre as condições de vida das pessoas idosas nas sociedades modernas que tem as seguintes características: baixos índices de natalidade e mortalidade, com processos de mudanças aceleradas onde a inovação tende a ocupar o lugar da tradição. Além disso, há uma valorização das esferas da produção e do consumo, ao mesmo tempo que o patrimônio familiar é substituído pelo projeto individual. Para o autor esses indicativos não oferecem boas perspectivas para as pessoas que envelhecem nessas sociedades. Percebemos que, o autor, deixa de explicitar que estas características são observadas nas sociedades capitalistas centrais e periféricas, como a sociedade brasileira que envelhece de forma rápida e põe em questão a garantia de direitos para os idosos.

A publicação de docente de Serviço Social e Gerontóloga, da Escuela Graduada de Trabajo Social de la Universidad de Puerto Rico, intitulada “Gerontologia Social”, é referência para nos aprofundarmos na disciplina que tem sido estudada por profissionais, de diferentes formações, interessados no envelhecimento, como os assistentes sociais.

Introduzindo o estudo da velhice, em seu primeiro capítulo, Salgado (2000) apresenta dados demográficos para explicar o processo de envelhecimento como universal e irreversível.

Em Salgado (2000, p. 32) encontramos que a Gerontologia é uma ciência que nasce na década de 1940, porém sem reconhecimento acadêmico até os anos 1970. Nas primeiras etapas de sua história a Gerontologia foi “dominada por médicos e

biólogos”<sup>2</sup>. Porém ela é um campo interdisciplinar que se define “como o estudo científico dos assuntos biológicos, psicológicos e sociais da velhice”. A partir dessas considerações a autora afirma que a Gerontologia estuda o envelhecimento sob dois pontos de vista: como a velhice afeta o indivíduo e como a população que envelhece muda a sociedade.

Salgado (2000) nos chama atenção para o diversificado leque de profissões que, a partir dos conhecimentos da Gerontologia, atuam no campo do envelhecimento destacando o interesse do Serviço Social que em sua obra é identificado como “Trabajo Social”.

Com o intuito de definir a Geriatria, Salgado (2000, p.33) explicita que é uma especialidade da medicina que trata dos problemas de saúde das pessoas de idade avançada. Portanto, para a autora o envelhecimento é um fenômeno natural que acompanha as mudanças e transformações em nível biológico, psicológico e social que ocorre através do ciclo de vida e que resulta em diferenças entre as gerações jovens e velhas. A partir destas definições a autora apresenta em sua obra um capítulo dedicado à Gerontologia Social que se desenvolve como disciplina na década de 1950 tendo como preocupação “o isolamento social e a baixa estima que caracteriza a vida de muitos velhos e velhas norteamericanos.” (SALGADO, p.77)

Na perspectiva de analisar as teorias sociais que expliquem as mudanças nas relações sociais que ocorrem na etapa da velhice, Salgado (2000, p. 80) destaca a contribuição de quatro perspectivas teórico-metodológicas que são: o estrutural – funcionalismo, que tem como expoente Talcott Parsons, o interacionismo simbólico, a teoria do intercâmbio e o marxismo. Cabe ressaltar que a autora em questão, ao longo do desenvolvimento de sua obra, reafirma o envelhecimento, pautado nos conhecimentos da Gerontologia, ou seja, a perspectiva biopsicosocial.

Encontramos nos estudos de Goldman (2003, p. 23-24) importante contribuição a respeito destas teorias sociais que podem ser consideradas tendências no âmbito da Gerontologia Social afirmando que “tais teorias reproduzem o embate presente no interior das ciências sociais”.

A partir da explicitação dos principais aspectos daquelas teorias, Goldman (2003, p. 26) empreende crítica às teorias baseadas no funcionalismo que pretendem adaptar o indivíduo à sociedade compreendida como um sistema social harmônico.

---

<sup>2</sup> Todas as referências à obra de Salgado (2000), Gerontologia Social, foram traduzidas livremente, do espanhol, pela autora deste trabalho, para o português..



No bojo desta crítica estão as teorias de adaptação, teorias do ciclo de vida e as teorias de estrutura social e estratificação social. A teoria de desenvolvimento do ego é criticada pela autora por não incorporar “elementos sociais, culturais e políticos que, imbricados aos psicológicos, constituem a totalidade contraditória que é a velhice”.

Pensar o envelhecimento numa perspectiva crítica nos leva também à clássica obra de Beauvoir (1976) intitulada “A Velhice”. Este estudo tornou-se bastante conhecido dos profissionais brasileiros que atuam na área do envelhecimento, tendo em vista que, ao empreender uma investigação histórica sobre o destino da velhice, desde as comunidades primitivas até as sociedades contemporâneas, a autora explicita em seu texto tom de indignação e denúncia ao modo como a velhice vem sendo tratada nas sociedades e pretende “quebrar a conspiração de silêncio”, o que implicaria uma transformação radical das sociedades, para que se continue chamando de homens aqueles que envelhecem. Assim para Beauvoir:

A velhice surge aos olhos da sociedade como uma espécie de segredo vergonhoso do qual é indecente falar [...]. É exatamente esta a razão pela qual estou escrevendo este livro: quebrar a conspiração de silêncio. Como observa Marcuse, a sociedade de consumo substituiu uma consciência infeliz por uma consciência feliz e reprova todo e qualquer sentimento de culpa. É necessário turvar semelhante tranquilidade que, no respeitante às pessoas idosas, deixa de ser apenas culpada para se tornar criminosa. Acobertada pelos mitos da expansão e da abundância, a sociedade trata os velhos como párias. (1976, p. 6)

Nesse estudo de Beauvoir (1976, p.311) chamou-nos atenção sua descrição sobre a “tragédia da velhice” para o trabalhador. Ela declara que os velhos trabalhadores sentem-se inúteis, e experimentam a solidão, após a aposentadoria, que com seus valores mínimos, não permitem a garantia do atendimento de suas necessidades nessa fase da vida, muitas vezes acompanhada de problemas de saúde. Por fim a autora declara que “ao se tornar velho, o trabalhador já não encontra lugar na Terra porque, na realidade, nunca lhe foi concedido lugar algum”.

Ressaltamos que Beauvoir (1976) escreve sua obra nos anos de 1970 e analisa a velhice na atualidade, nos países da Europa, que neste momento começam a sentir os ventos da crise do capital e das restrições ao sistema de proteção social, ameaçando as conquistas dos trabalhadores consolidadas no Welfare State.

Goldman (2003, p.23), docente de Serviço Social, publica sua Tese de Doutorado que a nosso ver, tornou-se referência nos estudos que tratam de universidades de terceira idade, referendada numa análise crítica da velhice no modo de produção capitalista, pois articula os conceitos de totalidade e historicidade. A

autora declara que o envelhecimento, a cidadania e a universidade, são as categorias centrais de sua investigação. Realiza debate sobre as teorias sociais do envelhecimento trazendo à tona as divergências quando da descrição da categoria envelhecimento. A esse respeito a autora afirma que essas teorias “reproduzem o embate presente no interior das ciências sociais.”. Portanto, ao apresentar as teorias sociais do envelhecimento Goldman (2003) identifica a influência predominante do funcionalismo e a ausência da matriz teórica marxista que tem no trabalho de Eneida Haddad a análise da velhice no interior do modo de produção capitalista não podendo, por isso mesmo, ser analisada fora do seu contexto.

Quanto ao fenômeno social do envelhecimento, Goldman (2003, p.28) afirma que requer compreensão multidisciplinar, pois que é resultante de determinantes econômicos, sociais, políticos e ideológicos que se dão “na correlação de forças e contradições engendradas pelo modo de produção capitalista.”.

Tendo em vista essas considerações, Goldman (2003, p. 28) apresenta seu entendimento da velhice como um fenômeno que não é homogêneo nem a-histórico pois a “posição de classe social torna diferenciada a situação dos idosos, reproduzindo-se, nesta faixa etária, as condições de vida que perpassam o cotidiano das classes sociais fundamentais.

Como premissa central a autora “reitera que é preciso entender o idoso enquanto sujeito histórico que pode intervir através de sua ação no processo sócio-político.”( GOLDMAN, 2003, p.32).

Teixeira (2008, p. 22-23) que é professora de Serviço Social, em publicação, fruto de sua Tese de Doutorado<sup>3</sup> problematiza o envelhecimento e o trabalho na sociedade capitalista e suas implicações para a proteção social no Brasil, tendo como referência a análise marxista. A autora empreende um questionamento ao fato da velhice ser tratada como “problema social” em função apenas do declínio biológico e do crescimento demográfico dos idosos. Para a autora esta análise desconsidera “o modo como a força de trabalho é expropriada e explorada na ordem do capital” e afirma que:

---

<sup>3</sup> A obra de Teixeira (2008) intitulada Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil, conquistou o prêmio CAPES de Tese Celso Furtado, em 2007, que chancela a importância do livro e de sua leitura para todos interessados no Tema. A escolha dessa obra significa o acesso a uma perspectiva crítica de compreensão do envelhecimento nas sociedades capitalistas a partir do Serviço Social.

O envelhecimento constitui um problema social, principalmente, para as classes destituídas de propriedade (exceto de sua força de trabalho) e de controle do seu tempo de vida, em função das contradições e determinações da sociedade capitalista que engendram desigualdades, vulnerabilidade social em massa, degradações, desvalorizações e pseudovalorizações, para essa classe social, especialmente com o avanço da idade cronológica, com o desgaste da força de trabalho. (TEIXEIRA, 2008, p. 23)

Concordamos com Teixeira (2008, p. 40) quando em sua análise questiona os discursos que vem sendo difundidos pela Gerontologia internacional, que embora contribuam para dar visibilidade à velhice, assumem a tendência de abordá-la como “problema social” envolvendo a família, a sociedade civil e o Estado, na solução deste problema. Para a autora essa abordagem do envelhecimento em “sua universalidade abstrata” desconsidera as condições materiais de existência na sociedade capitalista e apaga, não só as diferenças de classes, como também o saber local e os processos históricos particulares.

Na sociedade capitalista, há idosos em diferentes camadas, segmentos e classes sociais, e o envelhecimento é vivenciado de diferentes formas. A experiência do envelhecimento e sua vinculação com a classe social para Teixeira (2008, p.41) dá-se quando os trabalhadores envelhecidos perdem o valor de uso para o capital. É nessa etapa da vida que se evidencia a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais, sendo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social que, por um lado, remete:

[...] à reconstrução dos processos materiais de existência sob a lógica do capital, que constituem seus determinantes fundamentais [e por outro] remete às lutas sociais de resistência que são o fundamento principal do rompimento dessa problemática no âmbito privado [...] e ascensão ao domínio público, como prioridade de políticas públicas, logo, da reprodução social sob responsabilidade dos fundos públicos.” (TEIXEIRA, 2008 p.43)

Compreender a desvalorização social dos velhos trabalhadores na sociedade capitalista nos reporta as características dessa sociedade com base nas análises de Marx inscritas em sua obra “O Capital”. A princípio estamos diante de um trabalhador “livre” que vende sua força de trabalho que é também percebida como mercadoria que contém valor de uso e valor, ao capitalista, detentor dos meios de produção, que busca no processo de produção, obter a mais-valia, em decorrência do trabalho excedente, que não é pago ao trabalhador.

A relação entre trabalhador assalariado e capitalista aparece como uma relação entre coisas. A esse respeito, Yamamoto (2001, p.13) esclarece que Marx ao discutir a forma específica do valor, ou seja, a forma mercadoria e seu fetiche, percebe que

ela “inverte e subverte o sentido das relações entre os homens a relações entre coisas.”

Portanto, tratar da desvalorização da força de trabalho na sociedade de valorização do capital, nos remete ao que Marx desenvolveu no capítulo XXIII quando trata da “Lei Geral da Acumulação Capitalista” e demonstra os fundamentos da superpopulação relativa, força de trabalho excedente disponível para a acumulação do capital. Assim, para Iamamoto (2001) e Netto (2001) é no cerne da análise contida no referido capítulo, que podemos compreender a gênese da questão social, ou a sua anatomia.

Com base nas análises de Marx (2001) ao longo deste capítulo, podemos perceber que a acumulação capitalista está diretamente relacionada à exploração da força de trabalho a ponto de criar uma superpopulação que fica à disposição do capital. Portanto, na medida em que, grande parte dessa população excedente não está trabalhando, temos o desemprego e a pauperização dos trabalhadores.

Segundo Maranhão (2008, p.42) o desemprego e a pobreza são expressões da “questão social” porém “não são estranhos nem novos para um sistema que se baseia na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida.”.

A explicitação do objetivo do referido capítulo por Marx (2001, p. 715) a nosso ver, revela mais uma de suas metáforas:

[...] examinaremos a influência que o aumento do capital tem sobre a sorte da classe trabalhadora. Os fatores mais importantes para este estudo são a composição do capital e as modificações que ele experimenta no curso do processo de acumulação.

Para Maranhão (2008) a lei geral de acumulação capitalista está ancorada nas mudanças da composição orgânica do capital. Vejamos como Marx (2001, p.715) trata essa questão. Compreender a composição do capital requer que apreciemos dois aspectos: - do ponto de vista do valor: diz respeito à proporção de capital constante (valor dos meios de produção) e capital variável (valor da força de trabalho, a soma global dos salários) – composição segundo o valor; do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção: o capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados – composição técnica. Para Marx essas duas composições

encontram-se em estreita relação. Na medida em que a composição do capital segundo o valor é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, estamos diante da composição orgânica ou composição do capital.

A partir desta explicitação Marx (2001, p.715) enuncia a seguinte Lei: “não se alterando a composição do capital (entenda-se capital técnico) a procura da força de trabalho aumenta com a acumulação.” Chamou-nos atenção nesta explanação que o processo de acumulação em escala ampliada, gera um número maior de capitalistas mais poderosos e também mais assalariados. Neste processo, para Marx (2001, p.717) a força de trabalho continua escravizada ao capital, apenas mudando o capitalista a qual se vende, “e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado.”.

A princípio parece que essa Lei favorece os trabalhadores, mas do momento em que o capital progride em seu processo de acumulação, diante do desenvolvimento da produtividade do trabalho social e se valendo do crédito e da concorrência, empreende o processo de centralização (quando há grande concentração de capital em uma só mão, ou quando num determinado ramo de atividades todos os capitais nele investidos se fundirem num único capital), que amplia e acelera as transformações na composição técnica do capital. Ocorre um aumento da parte constante do capital à custa da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho. Quando este processo ocorre estamos diante da seguinte Lei: “decréscimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que a acompanha.” (MARX, 2001, p.725).

Marx (2001, p.732) ao desenvolver seu raciocínio sobre a “produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva” explicita a criação de uma população excedente produzida pela acumulação capitalista que se torna supérflua relativamente, isto é, “ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital.” (MARX, 2001, p.733).

Para ilustrar melhor esta questão ressaltamos a citação de Marx (2001, p. 733-734) sobre os dados extraídos do censo de 1861 da Inglaterra e do País de Gales, relativos ao número de empregados, em diferentes atividades. Temos o seguinte diagnóstico: nos ramos em que ainda não se aplicou maquinaria com sucesso, é onde verificamos o aumento dos trabalhadores. Portanto, percebemos que produzir população trabalhadora excedente é uma lei peculiar ao modo de produção capitalista e assim se constitui como um exército industrial de reserva, que pertence ao capital

de maneira tão absoluta como se fosse mantido e criado por ele. Neste sentido, grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem lançadas onde o capital estiver se expandindo, atendendo assim, ao ciclo da indústria moderna, com fases de: atividade média, de produção a todo vapor, de crise e de estagnação. (MARX, 2001, p.740)

Para Marx (2001, p. 744) o modo como os trabalhadores podem enfrentar essa lei que lhes é desfavorável, é se unindo, em uma ação conjunta entre empregados e desempregados, através dos sindicatos, mesmo que, o capital revide defendendo, juntamente com o economista político, a “sacrossanta” lei da oferta e da procura.

A nosso ver quando Marx trata desse enfrentamento ele está revelando a luta de classes que se manifesta na sociedade capitalista, chamando atenção para a força política da classe trabalhadora de resistência a sua condição de exploração, o que nos remete a uma das faces da questão social.

É importante destacar que a existência dessa superpopulação relativa, acirra a concorrência entre os trabalhadores e interfere na regulação de seus salários. Segundo Marx (2001, p.744) todo trabalhador faz parte da superpopulação relativa durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado e esta superpopulação se reveste sob os mais variados matizes. Nas fases alternadas do ciclo industrial, ela aparece ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Além dessas formas, a superpopulação, continuamente, se apresenta em três formas: flutuante, latente e estagnada.

De acordo com a análise de Yamamoto (2010, p.158) a superpopulação relativa é um fenômeno que, à época da revolução industrial inglesa era qualificada de exército industrial de reserva e se apresenta do seguinte modo:- intermitentes, são os segmentos sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais; - latente, são os segmentos que estão na agricultura, que em decorrência do seu processo de industrialização tem reduzida a demanda de força de trabalho sendo que seus trabalhadores não são absorvidos nos polos urbano-industriais. Essa categoria é engrossada pela parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, que se caracterizam do seguinte modo: máximo de tempo de serviço e mínimo de salário, portanto, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Por fim, nos deparamos com o pauperismo, que conforme Marx:

[...] vegeta no inferno da indigência e é o mais profundo sedimento da superpopulação relativa. Além disso, constitui “o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva [...] mas assim como a superpopulação relativa é condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza [...] quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.” (MARX, 2001, p.747-748).

Na identificação dos idosos nas categorizações da população trabalhadora apresentadas por Marx (2001, p.747) encontramos este segmento fazendo parte do pauperismo, na categoria dos degradados, dos desmoralizados, incapazes para o trabalho. São os que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho; os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador; as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas etc.

Na análise de lamamoto (2010, p. 158) o pauperismo em processo de crescimento se constitui por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho, mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes etc.) que sobrevivem na dependência da renda de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores.

Portanto, é nesse processo de geração de uma superpopulação que cresce mais do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital, que gera também, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, que lamamoto (2010, p.159) identifica a raiz da produção/reprodução da questão social.

Para lamamoto (2010, p.159) na sociedade capitalista o “trabalhador livre”, se encontra na condição de um indivíduo “pobre virtual”, que é pobre pois é inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, tendo apenas sua capacidade de trabalho, que para ser realizada precisa encontrar lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos empresários capitalistas.

A nosso ver a grande contradição deste processo é o fato de que o pauperismo, como Marx (2001) já demonstrou, é resultado do trabalho. Daí decorre que, a pobreza não é apenas compreendida como resultado da distribuição de renda, mas refere-se à própria produção. Para lamamoto (2010, p. 160) a pobreza:

[...] refere-se à distribuição dos meios de produção e, portanto, às relações entre as classes, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados tanto na órbita material quanto espiritual (intelectual, cultural e moralmente).

A partir dessas reflexões, a questão social segundo Lamamato (2010, p.160) expressa:

Desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania” (Lanni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

Entende-se que é no bojo dessas reflexões que se pode elucidar algumas questões sobre o envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista periférica brasileira. A seguir, apresentaremos alguns cenários sobre a condição dos idosos nessa sociedade.

Tendo como referência os dados da PNAD de 2009 verificamos uma tendência mundial que reflete a feminização do envelhecimento, na medida em que identificamos que as mulheres são maioria entre os idosos (mais de 55%) e que 64,1% dos idosos ocupavam a posição de pessoa de referência no domicílio. A escolaridade dos idosos é considerada baixa, ou seja, 30,7% dos idosos tinham menos de 1 ano de instrução, dado variável de acordo com as regiões de nosso país pois, na Região Sudeste, os idosos tem até 4 anos de estudo. O analfabetismo ainda é elevado principalmente para os idosos que vivem no Nordeste, na região do Semiárido: 65% dos analfabetos eram pessoas de mais de 60 anos de idade. Quanto aos rendimentos encontramos que pouco menos de 12% dos idosos vivem com renda domiciliar per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e cerca de 66% já se encontravam aposentados recebendo baixas aposentadorias e pensões no máximo de um salário mínimo. Para os idosos que não tiveram direito à aposentadoria ou pensão, encontramos muitos que sobrevivem com o auxílio do BPC. Na questão da saúde, a grande maioria dos idosos depende do SUS e, apenas uma pequena parcela deste segmento consegue pagar planos privados de saúde que para os mais velhos, tornam-se extremamente caros. Na medida em que a pessoa envelhece, aumentam as chances de contrair doenças crônicas que, levam a gastos significativos com medicamentos de uso contínuo obrigando os idosos de baixo poder aquisitivo, a comprar o medicamento mais barato de sua receita médica.

Quanto ao perfil de educação de nossos idosos percebemos que estão situados no segmento que tem níveis de escolaridade mais baixos, além daqueles que ainda



sofrem com o analfabetismo, herança decorrente da falta de investimento e valorização da educação pública para a classe trabalhadora.

Contraditoriamente, apesar desse quadro de precárias condições de vida, características da classe trabalhadora nas sociedades capitalistas, Lobato (2010, p.214) ressalta que são estes idosos que não mais participam da produção que com suas baixas aposentadorias e pensões, muitas vezes de um salário mínimo, têm garantido o sustento de suas famílias, afetadas pelo desemprego ou pelo emprego precarizado, informal, que não garante a sobrevivência desses sujeitos que movimentam a economia dos municípios que residem.

A permanência dessa condição de desemprego em alta, verificada na atualidade, estará exacerbando a velhice sem proteção social, geradora de miséria e pauperismo para essa população excedente. Sobre essa questão Maranhão (2008, p.53) esclarece que a partir dos anos 1990 presenciamos uma acelerada queda dos salários na renda nacional sendo que a renda dos trabalhadores brasileiros caiu mais de 14,6%. A análise deste autor quanto à acumulação do capital, atualmente, releva a determinação dos baixos salários para a configuração da economia mundial e a imensa massa de trabalhadores excedentes como “condição sine qua non” para essa acumulação.

Com este breve perfil dos idosos em nosso país podemos perceber que estamos diante de um grande desafio quanto à garantia de melhores condições de vida para uma significativa parcela de nossa população que envelhece, ou seja, de velhos trabalhadores, pois como não são mais produtivos para o capital, sofrem desvalorização, pois neste momento de suas vidas, são considerados “supérfluos para o capital”. Além disso, é preciso considerar que muitos chegam à velhice em situação de pauperismo, que como já vimos na análise marxista é decorrente do modo de produção capitalista.

A questão do pauperismo na velhice tem sido retratada quando investigamos o processo de institucionalização de idosos em asilos filantrópicos da cidade do Rio de Janeiro. Percebemos que os idosos asilados apresentam o seguinte perfil: mulheres e homens, sendo as mulheres maioria neste universo, com vínculos familiares esgarçados ou inexistentes, o que é verificado na ausência das famílias no processo de institucionalização; ao longo de sua vida de trabalho, vivenciaram o desemprego, o emprego informal, e até mesmo o emprego formal de carteira assinada, mas sem tempo suficiente para que pudessem ter direito à aposentadoria requisitando neste

momento, o BPC, que também ajuda nas despesas de manutenção dos serviços dessas instituições; quanto à situação de saúde muitos foram asilados após internações hospitalares por problemas de saúde que requisitavam cuidados; declaram que a vida no asilo, longe das famílias e sem a ocupação do tempo livre com atividades de socialização, tem sido “tempo de espera da morte”. No que diz respeito às condições asilares de atendimento às necessidades dos idosos, verificamos que é de total carência, sem verbas para custear suas despesas e muitas vezes sobrevivendo de doações.

O envelhecimento patológico, que causa dependência aos idosos que necessitam de cuidados constantes para as atividades da vida diária, é outra situação que tem afetado mais diretamente os velhos trabalhadores que necessitam do atendimento do SUS. A primeira dificuldade é encontrar serviços de saúde públicos que atendam suas demandas. Ao mesmo tempo percebe-se que a família fica sendo a única responsável por esses cuidados, na medida em que o Estado se encontra ausente da responsabilidade com as políticas sociais.

A respeito da responsabilização da família nesse processo, Alencar (2011, p.134) declara que a família tem importante papel na “reprodução social de seus membros tanto no nível material quanto no ideológico.” Além disso, é responsável pela socialização e educação das crianças,” dá suporte assistencial nos momentos de doença, velhice e nas circunstâncias adversas relacionadas ao trabalho.”

Essa situação de desamparo vivenciada pelos idosos da classe trabalhadora retrata uma das faces da questão social da velhice, apesar da existência de políticas sociais voltadas para este segmento em nosso país, desde os anos de 1990 e da criação do Estatuto do Idoso, desde 2003, que garante proteção integral aos direitos dos idosos definindo penas e punições a quem violar esses direitos. Porém, em decorrência da implementação de políticas de ajuste neoliberal nos últimos governos, temos tido cortes significativos no financiamento das políticas sociais, altas taxas de desemprego, expandindo o trabalho precário, informal, retirando dos trabalhadores as conquistas de direitos trabalhistas, como as aposentadorias. Recentemente tivemos no Brasil a aprovação da reforma trabalhista que além de flexibilizar direitos, acabou com a contribuição sindical, apostando na fragilização do coletivo dos trabalhadores e reforçando as negociações entre patrões e empregados para as negociações trabalhistas.

Traçando um breve perfil dos idosos que frequentam as universidades de terceira idade, encontramos em Lobato (2010) que, de modo geral, esses programas têm mobilizado mais as mulheres idosas do que os homens da classe trabalhadora que raramente ultrapassam 20% dos alunos. Como não há exigência de nível de escolaridade, encontramos alunos idosos com poucos anos de estudo, ou seja, com o primeiro grau incompleto, outros com nível médio de escolaridade e poucos com o nível superior. Os homens costumam ser mais escolarizados que as mulheres. Quanto à renda, verifica-se uma variação de 1 a 10 salários mínimos, sendo que, muitos idosos tem renda variando entre 1 e 3 salários mínimos. Os idosos costumam relatar que vivem de suas aposentadorias e/ou pensões e que muitos ainda contribuem para o sustento de suas famílias, tendo em vista o desemprego dos filhos e situações de divórcio que determinam o retorno dos filhos à casa dos pais idosos que muitas vezes voltam a ser os provedores da família. As atividades que mais mobilizam os alunos tem sido as artístico-culturais. Outro aspecto observado pela autora diz respeito à possibilidade de trocas geracionais, principalmente com os jovens alunos da universidade, que participam desses programas como estagiários provenientes de diferentes cursos da universidade.

Lobato (2010) identificou em seu estudo que a maioria dos idosos que frequentam a universidade de terceira idade não conhece seus direitos, e se encontram desacreditados da política em nosso país. A autora chama atenção para o trabalho do Serviço Social neste campo, na capacitação dos idosos quanto ao conhecimento de seus direitos e a luta pela implementação de políticas para este segmento, o que implica num trabalho que amplie a participação política dos idosos para além desses programas articulando ações junto aos Fóruns e Conselhos de Direitos de Idosos.

Ao compararmos o perfil dos idosos asilados e dos idosos da universidade de terceira idade, percebemos que estamos lidando com diferentes segmentos da classe trabalhadora, em que as condições de vida determinam suas velhices.

Pelas cenas de velhice apresentadas até aqui, a partir dos estudos de Debert (1996) identificamos que a representação da velhice como processo contínuo de perdas é responsável pela criação de estereótipos negativos em relação aos velhos mas foi fundamental para a legitimação de um conjunto de direitos sociais que levaram à universalização da aposentadoria, a nosso ver uma conquista decorrente das lutas dos trabalhadores no enfrentamento contra a exploração do capital.

Para Debert (1996) a tendência contemporânea de representar a velhice como momento privilegiado para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer, da satisfação e da realização pessoal, parece afastar-se do destino da velhice para cair “nos braços” da sociedade de consumo, ou seja, a referência de classe social é substituída pela de consumidor o que a nosso ver reprivatiza a questão da velhice, como de responsabilidade do indivíduo e da família, desresponsabilizando o Estado na implementação de políticas públicas para essa parcela envelhecida da população.

Em resposta a essa condição de desvalorização social dos velhos trabalhadores brasileiros, quanto às ações voltadas para a organização dos idosos em nosso país, destacamos a mobilização das Associações de Aposentados na luta por aumento das aposentadorias e de melhores condições de vida para os idosos. Além disso, como resultado das lutas dos setores progressistas de nossa sociedade e da participação do movimento de aposentados e pensionistas, em sua maioria composto por velhos trabalhadores militantes ao longo de sua vida produtiva, obtivemos conquistas significativas em relação aos idosos na Constituição Brasileira. A partir dos estudos de Goldman e Paz (2005) destacamos as seguintes conquistas: gratuidade nos transportes coletivos para idosos de 65 anos e mais; benefício de um salário mínimo para idosos carentes; aposentadoria (por idade e proporcional ao tempo de serviço); cálculo dos benefícios ( não poderiam ser inferiores ao salário mínimo e ao reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo).

Ao longo dos anos de 1990, os idosos se deparam com ataques aos seus direitos adquiridos na Constituição, no que diz respeito aos cálculos de suas aposentadorias. Segundo Goldman e Paz (2005, p.50) aposentados e pensionistas ocupam as ruas num movimento organizado na luta pelo direito ao reajuste de 147%, vitorioso através de processos judiciais. Esta luta que ficou conhecida como o “Movimento dos 147%”, marca um dos movimentos mais significativos dos anos 90, dando visibilidade à força política dos velhos trabalhadores brasileiros.

Para entendermos esse processo de retração dos recursos institucionais disponíveis para a defesa e o acesso aos direitos dos idosos em nosso país, nos reportamos às considerações de lamamoto (2002, p.19) que nos chama atenção para contexto de radicalização da questão social “vivenciadas pelos sujeitos como conformismo e rebeldia nas relações sociais cotidianas.”.

Para lamamoto (2002) o contexto de mudanças no padrão de acumulação e regulação social, nos marcos da produção, dos mercados e dos bens culturais, num

processo de financeirização da economia e da radicalização neoliberal, onde verificamos a reestruturação da produção de bens e serviços e a reorganização do Estado tem sido agravado com a contra-reforma do Estado do seguinte modo:

Sob o signo da privatização, tem-se a restrição das responsabilidades públicas e recursos orçamentários correspondentes, no trato das necessidades sociais das maiorias, a que se alia o desmonte dos direitos conquistados e a radicalização das desigualdades.” (IAMAMOTO, 2002, p.20).

Portanto, concordamos com lamamoto (2002, p.19) que esse processo de retração de recursos institucionais disponíveis para a defesa e o acesso aos direitos, em nosso país, se inscreve no contexto da radicalização da questão social “vivenciada pelos sujeitos como conformismo e rebeldia nas relações sociais cotidianas”.

### **1.3 Políticas para Idosos no Brasil num contexto neoliberal**

Para compreendermos melhor o neoliberalismo e suas transformações nas políticas sociais, é importante que nos reportemos à crise mundial do capitalismo a partir dos anos 1970. Segundo Behring e Boschetti (2008, p.112) tendo como base o conceito mandeliano de capitalismo maduro, é nesta década que a fase expansiva do capitalismo dá sinal de esgotamento, e entra numa onda longa de estagnação, que se desenvolve até os nossos dias, gerando pressões para uma reconfiguração do Estado capitalista nas décadas que se seguem, com impactos para a política social. Trata-se de uma reação burguesa à crise do capital que rompe com “o pacto dos anos de crescimento, com o pleno emprego keynesiano-fordista e com o desenho social democrata das políticas sociais.” trazendo consequências drásticas para as condições de vida e trabalho das maiorias. A partir daí o problema do desemprego foi se agravando, pois em cada recessão ele tende a aumentar.

Estudos de Teixeira (2010, p.106) afirmam que, em termos mundiais o ideário neoliberal foi imposto pela burguesia como “saída para a crise do capital desencadeada desde a transição da década de 1960 para 70” incidindo, de forma particular, em cada país. Buscando recuperar a taxa de lucro, “o Estado adquire outra conformação, passando a implementar políticas de desregulamentação da economia, privatização e terceirização de serviços”. Portanto, segundo a autora, ocorre a “quebra

do ‘pacto social’ realizado após a Segunda-Guerra Mundial, nos países capitalistas centrais”.

No que diz respeito à reconfiguração do Estado, “a ideologia neoliberal fortalece-se, transformando tudo em mercadoria, inclusive as políticas sociais: do fornecimento de água, da luz, à educação e à saúde”. Em nível global, presenciamos um profundo impacto social decorrente dessas medidas que tem provocado o aumento da miséria. Para Teixeira (2010, p. 106) nesse processo a economia capitalista, mais do que nunca, se alimenta do desemprego, “produzindo também, uma metamorfose na classe subalterna, em sua composição e perfil, buscando sua passivização”.

Netto (1996, p. 96) tratando das transformações societárias do capitalismo tardio nos chama atenção para a questão do Estado que não é liquidado, mas que vem sendo erodido em sua soberania e desqualificado pela ideologia neoliberal em que a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente “o Estado máximo para o capital”. Netto (1996, p.99) chama atenção para o caráter de classe do Estado burguês que é redimensionado, e vai diminuindo sua ação reguladora. Essa diminuição é uma estratégia capitalista que num processo de “ajuste”, objetiva diminuir os ônus do capital no esquema geral da reprodução da força de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista), definida nas palavras de ordem da “flexibilização” e da “desregulação”, decorrentes do movimento da globalização.

Behring e Boschetti (2008, p.133) dão destaque para as reconfigurações das políticas sociais num contexto que envolve a reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal. Tendo em vista o desemprego de longa duração, a precarização das relações de trabalho, a ampliação de oferta dos empregos intermitentes, em tempo parcial, temporários, instáveis e não associados a direitos, está cada vez mais limitado o acesso dos trabalhadores aos direitos derivados de empregos estáveis.

Outra tendência que vem ganhando espaço, em quase todos os países da Europa, desde a década de 1970, nos países da América Latina e, mais recentemente, no Brasil, a partir dos governos de tendência “centro-esquerda”, eleitos na primeira década do século XXI, é a expansão dos programas de transferência de renda. Portanto, a partir dessas considerações, identificaremos como essas mudanças, até agora explicitadas em nível mundial, se refletem no Brasil, no desenho de suas políticas sociais e do desenvolvimento das políticas para idosos.

Contextualizando, historicamente as políticas para idosos no Brasil, Lobato (2010) nos informa que, nas décadas de 1960 e 1970 as ações do Estado em relação aos idosos foram pontuais, em leis esparsas que de modo geral tratavam das aposentadorias, beneficiando os trabalhadores que, excluídos da esfera da produção, necessitavam garantir sua sobrevivência. Aqueles idosos considerados carentes ou sem assistência familiar, eram destinados às instituições asilares, a maioria de cunho filantrópico, num apelo à caridade e a solidariedade de segmentos da sociedade civil. A autora destaca o trabalho do SESC – Serviço Social do Comércio de São Paulo que, desde a década de 1960, com apoio do empresariado, inicia programa social para idosos com o objetivo de desenvolver atividades de caráter socioeducativo e cultural, oferecendo espaços para o lazer e convívio entre os idosos por meio de grupos de convivência. Essa programação expandiu-se para outras unidades do SESC em outros estados brasileiros até nossos dias.

No contexto da ditadura militar, a questão social passa a ser enfrentada com um mix de repressão e assistência, objetivando manter sob controle as forças do trabalho que despontavam, havendo um forte incremento da política social brasileira que segundo Faleiros (2000 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.136) ocorre num contexto de perda das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes. Destacamos neste período: a unificação, uniformização e centralização da previdência social no INPS – Instituto Nacional de Previdência Social (1966) que retira os trabalhadores, definitivamente da gestão da previdência que passa a ser tratada como questão técnica e atuarial. Destaca-se a criação da Renda Mensal Vitalícia (1974) para os idosos pobres, mas que tivessem contribuído para a previdência social ao menos por um ano, no valor de meio salário mínimo.

A década de 1980 em nosso país, segundo Lobato (2010) apresentava altas taxas de inflação e um aprofundamento da crise econômica, em decorrência da crise do capital em nível mundial, mas também da condução econômico-política da ditadura militar, agravando as desigualdades sociais, tendo em vista a alta concentração de renda nas mãos dos mais ricos. Em contrapartida, presenciamos, nesta década, um período fértil de mobilização política que questionava os ônus desse modelo de desenvolvimento para o país.

Em âmbito mundial, destacamos a ampliação da discussão do envelhecimento através da realização da 1ª Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, em julho de 1982, na cidade de Viena,

na Áustria. Participaram desta Assembléia 124 países, dentre eles, o Brasil. A partir desta Assembléia produziu-se um Plano de Ação para o Envelhecimento que trazia como recomendações, diretrizes para a implementação de políticas públicas para idosos no mundo. Dentre as recomendações destacamos: a família como elemento central na proteção aos idosos; a criação de políticas sociais que assegurem assistência integral ao idoso nos diferentes aspectos (sociais, psicológicos, físicos, econômicos e de saúde); a questão da educação permanente como garantia de uma velhice saudável. Importante ressaltar que essas recomendações foram incorporadas nos textos das políticas para idosos criadas a partir da década de 1990.

No que diz respeito às ações voltadas para a organização dos idosos em nosso país, Lobato (2004, p. 139) destaca a mobilização das Associações de Aposentados na luta por aumento das aposentadorias e de melhores condições de vida para os idosos e a criação do primeiro Conselho de Idosos, em nível estadual, em São Paulo, no ano de 1984, iniciativa considerada progressista, tendo em vista que os conselhos têm também como função, fiscalizar as políticas públicas e as ações de defesa dos direitos dos idosos.

O movimento dos profissionais comprometidos com a criação de políticas para idosos no Brasil, segundo Lobato (2004) teve também o envolvimento de entidades que propiciavam a formação de especialistas na atenção aos idosos, tanto na área médica (Geriatras), vinculados à Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG, como nas demais áreas (Gerontólogos), vinculados à Associação Nacional de Gerontologia – ANG. A autora chama atenção para a participação dos assistentes sociais, que estiveram presentes desde a criação da ANG em 1985, até os dias atuais.

Análise de Teixeira (2010, p. 106) a respeito do Estado brasileiro e sua relação com as classes dominantes e as classes subalternas é esclarecedora quando afirma que as classes subalternas em nosso país, historicamente foram alijadas dos processos decisórios e precisaram lutar de forma intensa por direitos. Nessa luta, o Estado foi obrigado a incorporar as reivindicações daquelas classes, desempenhando, em breves momentos da nossa história, o papel “civilizatório de mediador” entre as classes fundamentais no modo de produção capitalista. Para a autora um desses momentos ocorreu nos anos de 1980, quando na luta contra a ditadura os “os trabalhadores avançaram em importantes conquistas, em especial com a promulgação da Constituição Federal de 1988”.



Como resultado das lutas dos setores progressistas de nossa sociedade e da participação do movimento de aposentados e pensionistas que, mobilizados no processo constituinte, dão visibilidade à causa dos idosos, temos em 1988, a promulgação da Constituição Brasileira. Destacamos como significativa conquista da Constituição Cidadã, a criação da Seguridade Social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência.” (Artigo 194). Ainda neste mesmo artigo encontramos os seguintes princípios: universalidade da cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, a seletividade e a distributividade nos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração.

Destacamos ainda, conquistas significativas em relação aos idosos, que a nosso ver estão embutidas nos princípios da Seguridade Social mas que só terão suas garantias regulamentadas na década de 1990: o dever da família, da sociedade e do Estado de amparar os idosos, com a garantia de participação na comunidade; gratuidade nos transportes coletivos para idosos de 65 anos e mais; benefício de um salário mínimo (Benefício da Prestação Continuada – BPC) para idosos considerados carentes; aposentadoria (por idade e proporcional ao tempo de serviço); pensão por morte para viúva e viúvo; cálculo dos benefícios (não poderiam ser inferiores ao salário mínimo e ao reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo).

Observamos que as conquistas obtidas na Constituição Federal tendem a não se concretizar quando entramos nos anos 1990 que, segundo Behring e Boschetti (2008, p.147-148) são marcados pela contrarreforma do Estado, de caráter neoliberal, orientadas para o mercado, pois os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Com esta justificativa, desprezavam-se as conquistas constitucionais, pois a ênfase era nas privatizações e na previdência social a caminho do novo “projeto da modernidade”. As autoras chamam atenção para as reformas que se iniciam no Governo Collor, mas que ganham legitimidade política no governo Fernando Henrique Cardoso.

Em relação aos direitos dos idosos, duas situações são emblemáticas quanto às ações dos referidos governos. A primeira se dá no governo Collor, com o não cumprimento das normas constitucionais, no cálculo das aposentadorias, trazendo à cena o conhecido “Movimento pelos 147%” movimento organizado dos idosos, pelo

direito ao reajuste de 147,06% retroativo a setembro de 1991, que mobilizou um significativo quantitativo de idosos que tiveram ganho de causa através de processos judiciais.

A segunda diz respeito à regulamentação da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842 de 04/01/1994) cujo objetivo é garantir os direitos sociais, a cidadania e a participação do idoso na sociedade, além da legitimação dos Conselhos de Idosos na formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política do idoso. Essa Lei foi regulamentada em 1996, portanto no governo de FHC, após o trágico episódio que levou à morte mais de cem idosos em clínica de atendimento para idosos, conveniada com o SUS, no Rio de Janeiro. Portanto, o Decreto nº 1948, de 3 de julho de 1996 que regulamenta a Lei do Idoso, estabelece as competências dos diferentes órgãos e entidades públicas na implementação da Política do Idoso, além de tratar do atendimento aos idosos em modalidade asilar e não - asilar. Também foi no governo FHC que tivemos a primeira reforma da previdência (Emenda Constitucional nº 20/1998) representando perdas para os trabalhadores no que diz respeito às mudanças nos critérios de aposentadoria.

Ressalta-se também a participação de docentes de Serviço Social das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, UFRJ e UFF) que a partir de meados dos anos de 1990, iniciam um trabalho na ANG sobre a implementação da Política Nacional do Idoso, desconhecida dos profissionais e idosos.

No governo Lula, temos a implantação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10741, de 1 de outubro de 2003) que durante dois anos tramitou no Congresso, sendo tratado como a primeira política para idosos pois a PNI, criada em 1994, teve dificuldades de implementação por falta inclusive de financiamento.

Portanto, o Estatuto do Idoso reafirma o direito do idoso à proteção integral, aos direitos fundamentais e sociais, definindo penas e punições para aqueles que violarem esses direitos ou que cometam violência ou maus-tratos aos idosos. A Lei nº 8842 que trata da Política Nacional do Idoso é contemplada no Estatuto que define os fóruns e conselhos como lugares de controle democrático e de defesa de direitos. Destacamos uma questão polêmica para os gestores dos planos de saúde que trata da proibição da discriminação do idoso pela cobrança de valores diferenciados para os maiores de 60 anos nos planos de saúde, direito que para ser garantido tem que ser judicializado. Na contramão desse processo foram estimulados, ao longo dos anos de 1990, a realização de fóruns em nível nacional e regionais para a implementação

da PNI, movimento que contou com grupos de idosos e de profissionais, dentre eles, assistentes sociais que atuavam com esses segmentos, tendo papel relevante, na condução de fóruns e na criação de Conselhos estaduais e municipais de idosos por todo o Brasil, a ANG.

Ainda no governo Lula, tivemos uma conquista para os idosos, no âmbito da assistência social, na LOAS, quanto à diminuição da idade para o acesso ao Benefício da Prestação Continuada – BPC. A idade mínima foi reduzida para 65 anos, possibilitando um aumento significativo na concessão desse benefício aos idosos, resguardadas as restrições dos critérios de elegibilidade para o acesso a este benefício. Mas, em contrapartida, tivemos a segunda reforma da previdência (Emenda Constitucional nº 41/2003) e a terceira (Emenda Constitucional nº 47/2005).

As reformas da previdência, que se efetivaram como medidas regressivas às conquistas constitucionais, tem sido implementadas, seguindo as recomendações de órgãos internacionais, a partir de acordos firmados com o governo brasileiro. A pressão de órgãos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial para que se realizem reformas da previdência nos países da América Latina e Caribe, tendo em vista o crescimento da população idosa, lançando mão de argumentos críticos aos auxílios na velhice sem exigência de contribuição para o regime, estão veiculados em jornal de grande circulação. (Doca, O Globo, Economia, 29.01.2014).

Nesse contexto de medidas de ajuste fiscal e controle dos gastos públicos, em 2017, no governo Temer, foi encaminhada ao Congresso a PEC 286/2016 que trata de mais uma Reforma da Previdência mas tendo em vista o agitado ano político com delações e muita corrupção vindo à tona, inclusive envolvendo o Presidente da República, culminando com a falta de apoio do Congresso que se viu próximo de ano eleitoral, recentemente, o governo decidiu que não encaminharia a Reforma para votação.

Assim, conforme Behring e Boschetti (2008, p.164-165) a política fiscal iniciada no governo FHC e mantida no governo Lula, a partir das determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI), a nosso ver, continuam no Governo Temer. As autoras declaram também que o governo federal vem comprometendo os recursos que deveriam ser investidos em políticas sociais no pagamento dos juros da dívida pública, priorizando as metas de superávit primário. Os cortes no orçamento de 2012 revelam que foram retirados recursos da saúde e da educação. (BOSCHETTI, 2012)

Quanto aos recursos destinados à implementação de políticas para idosos, verificamos em recente reportagem intitulada “Sem verba para cuidar de idosos”, a informação de que as ações do governo federal criadas para a proteção dos idosos têm tido uma baixa previsão de recursos e contraditoriamente, um gasto muito aquém do autorizado. No âmbito do Ministério da Saúde, o governo da presidente Dilma Rousseff autorizou, nos últimos três anos, repasses de R\$ 28,5 milhões para políticas de atenção à saúde dos idosos, porém foram gastos pouco mais de 50% daquele repasse. Ressaltamos que o programa “Valorização e saúde do idoso”, teve gasto zero desde o ano de 2010 até o ano de 2013.

No caso da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, os gastos efetivos são ainda menores. No ano de 2013 foram autorizados R\$ 5,8 milhões com a ação de promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, mas apenas R\$ 623,1 mil, 10,7%, foram efetivamente pagos pelo governo. Quanto ao fortalecimento da rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, foram autorizados em 2011, R\$ 3,3 milhões sendo que, nada foi gasto nos últimos três anos. O governo só consegue gastar o que prevê, ou até além do previsto, com o Benefício da Prestação Continuada. Assim em 2010, foram gastos R\$9,6 bilhões, beneficiando 1,6 milhão de idosos. Em 2013, foram gastos R\$ 14,5 bilhões, beneficiando 1,8 milhão de idosos. (SASSINE, O Globo, País, 18.02.2014).

Portanto, para Behring e Boschetti (2008, p.15) sob o argumento da crise fiscal do Estado, compreende-se as políticas sociais do seguinte modo:

As políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise [...] prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a *privatização*, a *focalização* e a *descentralização*. Sendo esta última estabelecida não como partilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social.

A partir dessas reflexões, podemos inferir que uma das tendências recentes das políticas sociais é reforçar as políticas de transferência de renda, com o intuito de minimizar os efeitos da crise, e dar mínima condição de consumo, a grandes contingentes da população, que sobrevivem sem nenhuma proteção social. Mas isso se dá, no caso do Brasil e de outras sociedades capitalistas periféricas, às custas de

muito sacrifício dos trabalhadores que com o alto índice de desemprego, vivenciam precárias condições de vida, sem garantias de acesso às políticas, principalmente aquelas que compõem a seguridade social: saúde, assistência e previdência.

## **2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, PROGRAMAS DE UNIVERSIDADE DE TERCEIRA IDADE E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

### **2.1 Considerações sobre a extensão universitária**

Inicialmente, observa-se que os programas educativos para idosos em nosso país se desenvolvem no âmbito da universidade, vinculados à extensão universitária. Destaca-se também que esse desenvolvimento se deu ao longo dos anos 1990.

De acordo com Ciavatta (2012, p.144-146), em artigo sobre o trabalho docente e a produção do conhecimento na universidade, desde a constituição da sociedade brasileira os espaços para a educação do povo foram poucos. Até a chegada de D. João VI ao país, os filhos dos ricos estudavam nas universidades portuguesas. Em 1808 foram criadas as Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia com o objetivo de assegurar a mão de obra de nível superior para as necessidades da Corte. Portanto, a educação superior foi responsável por garantir a continuidade do poder para os filhos das elites latifundiárias que predominavam naquele período. Sendo a universidade brasileira “fruto tardio do colonialismo”, somente no século XX, criou-se, na lei, a Universidade do Brasil.

Com a função de produzir e difundir conhecimentos, as universidades têm como atividades fins: o ensino, a pesquisa e a extensão. Mesmo com a garantia da indissociabilidade entre essas três atividades, a partir da Constituição Federal de 1988, o que se verifica, no cotidiano do trabalho docente, é que a extensão universitária tem sido tratada como complementar, não tendo o mesmo reconhecimento que o ensino e a pesquisa. Com o propósito de fortalecer e qualificar a extensão universitária é necessário se reportar à produção do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).

De acordo com a “Política Nacional de Extensão Universitária” (maio de 2012) elaborada pelos participantes daquele fórum, a atividade de extensão universitária, tem avançado no que diz respeito a sua concepção, tendo em vista as mudanças que ocorreram em nossa sociedade e que também se refletiram na universidade. Na apresentação do documento da política percebe-se que se pretende que ele seja referência nacional para o debate, (re) construção e aprimoramento da Extensão Universitária, na medida em que são explicitados: conceito, princípios, diretrizes e

objetivos dessa atividade. (FÓRUM, 2012). Com base no documento em questão, resgatamos um breve histórico do desenvolvimento da extensão universitária.

As primeiras manifestações da atividade de extensão coincidem com a criação das universidades em nosso país, ou seja, datam do início do século XX. Elas são identificadas através dos cursos e conferências, realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, na década de 1920. (FORUM, 2012).

Posteriormente, como dado/marco significativo, observa-se no período da Ditadura Militar, no âmbito da Educação, o destaque da Lei Básica de Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) na qual a extensão universitária é institucionalizada nas universidades. Essa tem como objetivo estender à comunidade, cursos, serviços, atividades de ensino, resultados de pesquisas, proporcionando aos alunos a participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento. (BRASIL, 1968).

No processo de redemocratização da sociedade brasileira, no âmbito da universidade, são redefinidas as práticas de ensino, pesquisa e extensão. A extensão, tendo influência das ideias de Paulo Freire, volta-se para o atendimento das organizações e populações, numa perspectiva de troca de saberes (acadêmico e popular). Nesse momento, a visão assistencialista da extensão é questionada e as camadas populares da sociedade, deixam de ser “objeto” para se tornarem “sujeito” da ação extensionista e, enquanto processo, essa passa a se articular ao ensino e à pesquisa.

No final da década de 1980, com o reconhecimento legal das atividades de extensão e a criação do FORPROEX, a partir das discussões realizadas em seu primeiro encontro, um novo conceito de extensão é pactuado. Neste conceito a extensão é definida: como processo educativo, cultural e científico; articulada de forma indissociável ao ensino e a pesquisa; responsável por viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. (FORPROEX, maio 2012). É importante destacar que a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o financiamento do poder público às atividades de pesquisa e extensão, são preceituadas na Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988).

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394) de 1996, a extensão universitária é garantida como uma das finalidades da universidade, com possibilidades de apoio financeiro do poder público, inclusive

mediante bolsas de estudo. (BRASIL, 1996). Ainda no ano de 1998, com a elaboração e aprovação do FORPROEX, se estabelece o Plano Nacional de Extensão que objetiva dar unidade às ações de extensão no âmbito das universidades signatárias do Fórum. (FORPROEX, maio 2012).

Com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172), para o decênio 2001-2010, se estabelece a meta de que, no mínimo 10% do total de créditos para a graduação no ensino superior, sejam reservados para o desenvolvimento de ações extensionistas envolvendo os estudantes. (FORPROEX, maio 2012).

A partir dessas considerações, encontramos na Política Nacional de Extensão Universitária, o seguinte conceito de extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (2012, p.15)

Considerando esse conceito, percebe-se que a garantia de implementação da extensão universitária, envolve a organização e luta de todos os segmentos que participam da universidade: docentes, técnico – administrativos e estudantes, contra ao processo de mercantilização do ensino superior em nosso país que compromete o direito à educação superior.

Para Pereira (2010), as políticas neoliberais implantadas nos últimos governos, ao contrário do discurso de seus governantes, têm contribuído para o não direito à educação superior. As consequências da expansão do setor privado no ensino superior têm sido a precarização do trabalho docente que, com a implantação da lógica do produtivismo, gera competição entre os docentes e comprometem sua organização coletiva. Outro aspecto diz respeito à ampliação da modalidade de ensino a distância, que esvazia o papel político- pedagógico do docente, através da figura do tutor. Além disso, o baixo orçamento da Educação, em função da prioridade governamental quanto à alocação de recursos na remuneração da dívida pública, compromete de modo significativo a qualidade do ensino para os jovens que ingressam no ensino superior.

De acordo com Ciavatta (2012, p.148-149) a realidade do ensino superior em nosso país, considerando este final da primeira década do século XXI, causa apreensão, tendo em vista os avanços significativos do ensino privado que responde por, pelo menos, 70% das matrículas. A autora argumenta que grupos financeiros das



grandes potências, juntamente com corporações privadas em nosso país, “avançam na busca de novos mercados da educação como prestação de serviços”, implantando um modelo empresarial de gestão, exigindo-se maior produtividade dos professores, maior carga de trabalho, precarização das relações de trabalho, redução de custos, demissão de professores mais antigos e contratação de novos com menor salário.

Esse processo de privatização que afeta também as universidades públicas, segundo Ciavatta (2012) é decorrente das políticas de contenção de gastos, implementadas desde os anos 1990, pelos governos neoliberais de Collor de Mello e de F. H. Cardoso e, nos anos 2000, pelo governo Lula da Silva. A autora chama a atenção para a ambigüidade do discurso governamental frente à realidade das Instituições de Ensino Superior (IES) e, particularmente, das universidades federais, destacando aspectos que corroboram com o desmonte do setor público. São suas características, as:

políticas privatistas, a diluição dos conceitos de público e privado, o direito à educação sendo substituído pelo avanço do mercado sobre a educação como um serviço, a diversificação das estruturas curriculares das instituições de ensino superior, as críticas fundamentadas ao REUNI, ao PROUNI, programas de apoio financeiro ao setor privado. (CIAVATTA, 2012, p.153)

Apesar deste quadro preocupante quanto à garantia do ensino superior público em nosso país, verifica-se, no ano de 2012, um amplo movimento de resistência, protagonizado pelas entidades coletivas de representação dos trabalhadores da universidade e dos estudantes, em nível nacional. Tal processo, envolvendo um percentual bastante significativo de universidades federais e estaduais, se volta para a luta por melhores condições de trabalho e por planos de cargos e salários que garantam uma formação crítica e de qualidade no ensino superior.

No que se refere especificamente, à questão dos idosos, estudos de Prado e Sayd (2004) revelam que a produção científica na área do envelhecimento humano vem crescendo, especificamente no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. Verifica-se, no âmbito das IES, a criação de centros de convivência voltados para os idosos e a implementação de programas de Pós-graduação em Geriatria e Gerontologia. Em levantamento de teses e dissertações sobre o envelhecimento, até novembro de 2002, as autoras registraram significativa produção, no nível da pós-graduação *stricto sensu*, particularmente a partir da década de 1990. Além disso, identificaram que essa produção está concentrada nas Regiões Sudeste e Sul, com destaque para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Portanto, a partir desses estudos, percebe-se a contribuição das universidades no ensino, na extensão e na pesquisa, nas questões do envelhecimento.

## **2.2 Breve histórico dos programas de universidade de terceira idade no Brasil**

No que diz respeito ao desenvolvimento de programas educativos para idosos nas universidades, no âmbito específico da extensão universitária, Nunes (2001) enfatiza a implementação de programas de universidade de terceira idade, assim denominados, por influência daqueles desenvolvidos nas universidades francesas. De acordo com a autora, a primeira Université du Troisième Âge (UTA) voltada para o ensino e a pesquisa e tendo preocupações com as questões de saúde física, mental e social dos idosos, foi fundada no ano de 1973, por Pierre Vellas, na cidade de Toulouse, na França.

Na América Latina, tendo como referência os estudos de Palma (2000, p. 69), é identificado outro caminho para os programas educativos para idosos, quando da criação, em abril de 1983, no Uruguai, da UNI 3, com sede no Instituto de Estudos Superiores de Montevideú. A autora chama atenção para o fato de que este programa não tem vínculo com nenhuma universidade tradicional uruguaia, pois é uma universidade aberta a todas as pessoas, é laica e gratuita. Criada por dois educadores propõe uma pedagogia de educação permanente intergeracional. Seu processo pedagógico tem base nas ideias de Paulo Freire e Carl Rogers e objetiva recuperar os valores: social, cultural, moral e econômico do idoso, preparando-o para as transformações do mundo.

De acordo com Palma (2000) esse movimento das UNI 3 ampliou-se para outros países latino-americanos, mas, no Brasil, encontra-se, na Universidade de Passo Fundo (RS), o CREATI UNI 3, única instituição ligada aquele movimento, através da Rede das Universidades Abertas.

No que diz respeito ao desenvolvimento de programas de universidade de terceira idade no Brasil, estudos de Nunes (2001) demonstram o pioneirismo dos técnicos, assistentes sociais do Serviço Social do Comércio (SESC), ao criarem no final dos anos 1970, a “Escola Aberta para a Terceira Idade”, considerada pela autora, como o embrião daqueles programas, no modo com hoje estão constituídos, pois tinham como referência os programas de universidade de terceira idade desenvolvidos na França. Essas escolas estavam direcionadas para um público de

idosos mais qualificados em termos educacionais e sua programação organizada em módulos, oferecia “programas para aposentadoria, informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento e atualização cultural, além de atividades físicas e complementação sociocultural.” (PALMA, 2000, p. 71)

Na década de 1980 encontramos no interior das universidades brasileiras, Núcleos de Estudo sobre o Envelhecimento que, segundo Lobato (2011, p.48,) deram importante contribuição para o aprofundamento dessa temática. Com a proposta de desenvolver atividades com idosos, voltadas para: o ensino, a saúde e o lazer e também, de realizar pesquisas, tem-se, no ano de 1982, a criação do Núcleo de Estudos de Terceira Idade (NETI), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que contou com a participação de docentes da Faculdade de Serviço Social. Esse trabalho tem como destaque a formação de técnicos e voluntários da área gerontológica, contribuindo com as prefeituras na implantação e implementação de programas voltados para os idosos. Outro núcleo que surge no ano de 1982, é conhecido como Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (Nieati) da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde merece destaque, pelo caráter pioneiro, o projeto “Aluno Especial II”, que oferece vagas para alunos idosos em algumas disciplinas dos cursos regulares da graduação daquela universidade.

Em agosto de 1990, merece destaque a iniciativa da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC – Campinas) que implantou a Universidade de Terceira Idade, contando com a assessoria do Professor Paulo Freire, na discussão de sua proposta pedagógica, de extensão universitária e de educação permanente, concebida como um direito do cidadão idoso na busca da liberdade e da democracia. (SÁ,1998)

No Rio de Janeiro, os programas de universidade de terceira idade, presentes em maioria, nas universidades privadas, tem na criação da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ), em agosto de 1993, a primeira iniciativa de caráter público. Outro programa educativo para idosos vem se desenvolvendo na Universidade Federal Fluminense, contando com a participação da Faculdade de Serviço Social, desenvolvendo projetos de extensão e pesquisa, desde a sua criação, em 1995.

A partir da última década do século XX, de acordo com Oliveira e D’ Alencar (2011, p. 8) verifica-se a ampliação dos programas de universidade de terceira idade,

nas universidades públicas e privadas, de todas as regiões do Brasil. Para as autoras, esses programas que têm como foco a educação para a pessoa idosa, embora tenham especificidades, convergem para a melhoria da qualidade de vida da população idosa, que tem tido em nosso país, crescimento significativo e tem direitos de acesso à educação e reconhecimento social.

De acordo com Nunes (2001) esses espaços educativos desenvolvem propostas de educação permanente, ou seja, o aprendizado ao longo da vida, propiciando aos idosos novos conhecimentos, ao mesmo tempo em que ampliam a sociabilidade. Esses programas, que também se caracterizam como de educação não formal, não são direcionados por diretrizes curriculares e possibilitam o desenvolvimento de conteúdos que atendam às necessidades dos idosos, valorizando seus saberes, contribuindo para sua autonomia e luta na garantia de seus direitos.

Traçando um breve perfil dos idosos que freqüentam as universidades de terceira idade, Lobato (2010) observa que, de modo geral, esses programas têm mobilizado mais as mulheres idosas do que os homens, que raramente ultrapassam 20% dos alunos. Como não há exigência de nível de escolaridade, são encontrados alunos idosos com poucos anos de estudo, ou seja, com o primeiro grau incompleto, outros com nível médio de escolaridade e poucos com o nível superior. Os homens costumam ser mais escolarizados que as mulheres. Quanto à renda, verifica-se uma variação de 1 a 10 salários mínimos, sendo que, em média, muitos idosos têm renda variando entre 1 e 3 salários mínimos. Os idosos costumam relatar que vivem de suas aposentadorias e/ou pensões e que muitos ainda contribuem para o sustento de suas famílias, tendo em vista o desemprego dos filhos e situações de divórcio que, muitas vezes, determinam o retorno dos filhos à casa dos pais idosos. As atividades que mais mobilizam os alunos têm sido as artístico-culturais, mas o interesse pelas políticas do idoso e o conhecimento dos direitos tem tido o seu espaço. Outro aspecto observado pela autora diz respeito à possibilidade de trocas geracionais, principalmente com os jovens alunos da universidade, que participam desses programas como estagiários ou bolsistas de extensão, provenientes de diferentes cursos da universidade.

Observa-se que os programas de universidade de terceira idade têm tido a participação de professores e profissionais de várias áreas. O Serviço Social participa desses programas desde sua criação, nos anos de 1990, seja através da gestão, ou ainda, contando com as assistentes sociais no atendimento aos idosos, através de práticas educativas. Segundo Nunes (2001), essas atividades objetivam potencializar

a participação social dos idosos na sociedade e a luta pela garantia de direitos, tendo em vista a existência de políticas sociais voltadas para este segmento que não são implementadas.

### **2.3 A proposta de universidade de terceira idade da UnATI/UERJ**

Estudos de Palma (2000) sobre universidades de terceira idade resgatam a intenção de Pierre Vellas, idealizador desse programa na França, que após pesquisa em diferentes partes do mundo, identifica a existência de poucos espaços e propostas para os idosos que rompessem com o isolamento social desse segmento. Portanto, os objetivos que ele delineou com aquele programa, levou em conta os resultados de sua pesquisa além de propiciar aos idosos saúde, energia e interesse pela vida, modificando a imagem do idoso perante a sociedade. Vellas acreditava que as dificuldades decorrentes da idade poderiam ser compensadas através da inserção dos idosos em um programa que apresentasse novas possibilidades de vida social, atividades físicas, culturais e de ações de saúde preventiva.

Com uma filosofia semelhante aquela de Pierre Vellas, em 25 de agosto de 1993, a UnATI/UERJ foi criada, se destacando como a primeira universidade de terceira idade de caráter público no Estado do Rio de Janeiro, pois os demais programas existentes eram de caráter privado. No ano de 1994, a UnATI foi promovida a Núcleo e permanece vinculada à Sub-Reitoria de Extensão e Cultura. (NUNES,2001).

De acordo com Nunes (2001) o objetivo geral do programa é contribuir para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas idosas acima de 60 anos. Para a autora, a partir dessa intenção, percebe-se que a saúde se destaca, nesse programa, que desde sua origem, tem forte influência do saber da medicina. Ao mesmo tempo, a saúde é percebida em sua concepção ampliada, ou seja, tem relação com as condições de vida dos idosos.

A UnATI funciona no campus universitário da UERJ do Maracanã, que fica na cidade do Rio de Janeiro, o que possibilita aos idosos o constante contato com os jovens alunos da universidade que, no surgimento do programa ficavam curiosos com aquelas cabeças grisalhas que encontravam no hall dos elevadores. Muitos tinham a curiosidade de ver para onde os idosos estavam indo e acabavam conhecendo a UnATI.

Na realização da primeira pesquisa de perfil do idoso do programa, que teve a coordenação de docente e professora visitante da área de antropologia, juntamente com a professora extensionista na UnATI/UERJ, ambas da Faculdade de Serviço Social, no ano de 1994, contou com a participação de alunos do Serviço Social que também se interessaram em realizar estágio curricular no Programa.

Os resultados dessa pesquisa mostraram que as mulheres idosas eram maioria entre os alunos (86%) e os homens idosos (14%) pouco frequentavam o programa. Este resultado, segundo Lobato (2010), corrobora com outros estudos de perfil realizados em universidades de terceira idade.

De acordo com Lobato (2010), na perspectiva de elevação da qualidade de vida do idoso pretende-se na UnATI :

Proporcionar um local qualificado como instituição de saúde pública, de socioterapia e de serviços comunitários, além de pesquisas e ações gerontológicas; promover cursos para atualização de conhecimentos buscando a integração dos idosos à sociedade contemporânea; capacitar profissionais de várias áreas do conhecimento para o atendimento de problemas de pessoas idosas; assessorar órgãos governamentais e não governamentais na formulação de políticas específicas para o grupo etário de mais de 60 anos. (LOBATO, 2010, p.213)

Veras e Camargo (1995, p.13) afirmam que para garantir a qualidade de vida dos idosos precisamos enfrentar um duplo desafio: assegurar serviços de qualidade para este segmento e desenvolver recursos humanos de excelência e conhecimento para lidar com o grupo etário que mais cresce no Brasil.

Originariamente, a UnATI está estruturada como uma microuniversidade temática na área do envelhecimento pois articula ações de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com seu organograma atual as grandes áreas são:

- a) Extensão: com a Coordenação de Projetos de Extensão e o Programa Voluntariado;
- b) Saúde: ambulatorios (NAI e CIPI) e o Centro de Convivência (com a Coordenação Pedagógica e a Coordenação de Eventos Educativos e Socioculturais);
- c) Ensino: onde se encontra a Coordenação de Estágios de Graduação, Programa de Residência, Curso de Especialização em Geriatria e Gerontologia e Extensão;
- d) Centro de Documentação: que organiza as publicações do programa.

O programa se encontra estruturado do seguinte modo: possui uma Direção Geral, ocupada por um Diretor médico, da área de saúde coletiva, que se encontra no cargo desde a criação do programa. A Assessoria de Comunicação Social cuida da divulgação da programação educativa e cultural, contando com site do programa e acesso às redes sociais. A Secretaria também é vinculada à Direção organizando a parte administrativa do programa e as matrículas dos alunos nas atividades de cursos livres.

O Serviço Social atua no programa desde sua inauguração, sendo um dos pioneiros e desenvolve atividades com os idosos nos Ambulatórios e no Centro de Convivência. Na capacitação de estagiários e residentes, os assistentes sociais, desenvolvem atividades de ensino. A produção a respeito do trabalho que o Serviço Social desenvolve, pode ser encontrado em artigos dos livros lançados pela UnATI (Terceira Idade: alternativas para uma sociedade em transição, de 1999) na Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia (RBGG) que é continuação do título *Textos sobre o Envelhecimento*, fundado em 1998. Trata-se de um periódico especializado na produção científica no âmbito da Geriatria e Gerontologia com o objetivo de contribuir para o aprofundamento das questões do envelhecimento humano. A revista é publicada nos idiomas de Português e Inglês no formato eletrônico. Em 2017 a Revista completou 17 anos.

As atividades desenvolvidas pelos idosos do Centro de Convivência, envolve participar de atividades de cursos livres. São 50 cursos oferecidos em temáticas de atividades artísticas e culturais, educação e saúde, línguas estrangeiras, informática, curso de assessoria aos idosos nas questões de participação social, oficinas de direitos sociais. Além dos cursos, os idosos tem programação cultural, palestras, seminários, workshops, rodas de saúde, aulas abertas, grupo de dança. Os professores que ministram os cursos são de diferentes formações e nem todos tem especialização em Geriatria (só médicos do ambulatório) e Gerontologia embora alguns deles tenham realizado cursos de especialização, mestrado e doutorado em suas áreas originárias problematizando temáticas pertinentes ao envelhecimento. No caso dos assistentes sociais, percebe-se que todos deram continuidade à formação realizando especialização em Gerontologia, mestrado e doutorado em Serviço Social ou Saúde.

De acordo com Cuba (2015)

Os idosos expressam um protagonismo na esfera pública desse programa, adquirindo novos conhecimentos e exercitando a dimensão política da amizade constituída com outras gerações. A Unati constitui espaço privilegiado para a construção de amizades intergeracionais pois além do curso, insere em suas atividades professores e estagiários de várias gerações e funciona no espaço de uma universidade, tradicionalmente frequentada por jovens. (CUBA, 2015, p.9)

Assis e colaboradores (2002, p.56) a primeira assistente social a chegar no NAI, avaliando a experiência de trabalho com idosos em projeto de promoção da saúde, desenvolvido desde meados dos anos de 1990, no ambulatório NAI da UnATI/UERJ, nos informa que o projeto conta com uma equipe de caráter interdisciplinar com assistente social, fisioterapeuta, nutricionista e outros. Chama atenção para a complexidade da promoção do envelhecimento saudável diretriz da Política Nacional de Saúde do Idoso pois envolve a conquista de uma boa qualidade de vida e o amplo acesso a serviços organizados para atender idosos. Para as autoras, trabalhar nesta perspectiva significa fortalecer e instrumentalizar a população em suas lutas por cidadania e justiça social.

O projeto de promoção da saúde possui duas linhas de atuação integradas: a prática educativa através do Grupos Encontros com a Saúde (GES) e a pesquisa sobre saúde e envelhecimento. (ASSIS et al., 2002, p.56)

A proposta educativa dos grupos propicia espaço de participação onde todos aprendem e ensinam, ao mesmo tempo em que reformulam concepções e produzem novos conhecimentos. Portanto para Assis e colaboradores (2002), ampliar o autoconhecimento e promover o autocuidado na perspectiva de construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida são objetivos do grupo que aborda temas sobre o envelhecimento, fatores gerais de saúde (alimentação, atividade física, estresse, sexualidade, memória) e algumas doenças comuns (hipertensão arterial, diabetes, depressão e problemas ósteo-articulares).

Segundo Assis et al. (2002, p.53) a contribuição do projeto tem sido positiva em aspectos relacionados a dois campos centrais da promoção da saúde: o desenvolvimento de habilidades pessoais e a reorientação dos serviços de saúde (humanização, integralidade da atenção, conceito ampliado de saúde e interdisciplinaridade). Porém, os limites encontram-se na implementação de estratégias que impulsionam ação comunitária no âmbito das atividades do projeto.

Em relação às atividades desenvolvidas com os idosos do Centro de Convivência, Lobato (2004) reforça a visão de Assis et al. (2002) quanto ao



desenvolvimento de atividades em grupo pois propicia aos idosos aprendizado e capacitação para cuidar da saúde, exercitar a associação, desenvolver a sociabilidade, enquanto aprendem a ouvir uns aos outros, encontrando alternativas para os problemas discutidos junto com seus pares. Quanto às atividades desenvolvidas pela referida assistente social, a mesma relata que devemos aproveitar as motivações dos idosos em participarem desses programas e transformá-las em ações de participação no sentido da construção da concidadania, que segundo Boff (1999) é o movimento que um cidadão faz em face de outro cidadão na luta pelos direitos sociais, é a vivência que se tem nos movimentos sociais que representam a sociedade civil organizada.

Na saúde desde os anos de 1990, contamos com mecanismos fundamentais para a garantia do controle social que envolve a participação da comunidade nas Conferências e Conselhos de Saúde. Quanto aos idosos da UnATI tem sido estimulados pelas assistentes sociais a se informar sobre os Conselhos de Idosos e Fóruns que discutem as questões dos idosos, além de indicar representação para o Conselho de Direitos dos Idosos.

No que diz respeito à participação política dos idosos cabe ressaltar que eles têm Grupo de Representantes que é eleito pelos alunos e se responsabiliza em representar o interesse dos alunos junto às instâncias de direção do programa e da universidade. Ao longo desses vinte e cinco anos do programa presenciamos os idosos organizados com seus representantes para garantir a continuidade do programa e a contratação de docentes prestadores de serviços. Atualmente, não é permitido mais contratos e os docentes que prestam serviços foram saindo do programa e os que ficaram estão desenvolvendo atividades voluntárias.

A crise que a universidade está vivendo com atrasos de salários e de verba para mantê-la, tem afetado as ações do programa pois temos tido longas greves o que implica em reagendar atendimentos ambulatoriais ao mesmo tempo em que as atividades de cursos livres também ficam suspensas. Cabe ressaltar que os alunos idosos da UnATI, que já estão no programa basicamente desde o início estão mais envelhecidos mas continuam se importando com os destinos da UERJ e para dar visibilidade a essa questão os idosos gravaram um vídeo que circulou pelas redes sociais se solidarizando ao movimento dos docentes e técnicos e explicitaram a importância que a UnATI tem para eles.

A participação de docentes, alunos idosos e outros profissionais da UnATI tem sido verificada e ampliada nos últimos Fóruns de Coordenadores de Programas de Terceira Idade, que promove também Encontro de Alunos Idosos, que realizam apresentações culturais e discutem em reuniões suas principais demandas. Ao final do Encontro um grupo de idosos apresenta carta de demandas dos idosos que é lida para o público do Fórum e, posteriormente, encaminhada para as autoridades competentes pela coordenação local do Fórum. Em 2017 o Fórum foi realizado em Florianópolis sob a Coordenação do Grupo do Núcleo Estudos da Terceira Idade (NETI) que foi um dos idealizadores do evento. Ressaltamos que as assistentes sociais do programa têm participado dos Fóruns, do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, apresentando sua experiência de trabalho com os idosos da UnATI. Os trabalhos têm sido publicados nos Anais desses encontros.

#### **2.4 A formação profissional do assistente social e o envelhecimento: proposta da Faculdade de Serviço Social da UERJ**

Refletir sobre a atuação das assistentes sociais no campo do envelhecimento e, especificamente, nos programas educativos para idosos, nos remete ao projeto ético-político do Serviço Social. Esse projeto está vinculado a um projeto maior, de transformação da sociedade, no sentido de construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero. Assim o caminho que se delineia é de questionamento ao conservadorismo na profissão, estabelecendo uma real interlocução com a tradição marxista, no âmbito da formação profissional do assistente social.

No campo ético-político destaca-se como princípios: o reconhecimento da liberdade e da justiça social como valores fundantes e a democracia com valor central; a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos das classes trabalhadoras; o posicionamento em favor da equidade e justiça social assegurando a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. (CRESS – 7ª Região, 2000).

Segundo Yamamoto (2003, p.50) esse projeto profissional é hegemônico e foi amplamente discutido, envolvendo segmentos significativos de assistentes sociais de todo o país e coletivamente construído, ao longo das duas últimas décadas do século XX. Assim, as diretrizes norteadoras desse projeto se desdobram no Código de Ética

Profissional do Assistente Social, na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social, ambos do ano de 1993, e nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e, aprovadas com restrições, pelo Conselho Nacional de Educação.

Contextualizando o projeto de profissão e formação profissional na história da sociedade brasileira, Iamamoto (2003) explicita que esse projeto é expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, em que se afirma o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Portanto, a base social da reorientação da profissão nos anos 1980, pode ser identificada:

[...] no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor – entre outras manifestações – [...] a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um dos seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 2003, p.51)

O processo de consolidação do projeto ético- político do Serviço Social, segundo Iamamoto (2003, p.51), dá-se ao longo da década de 1990, quando a profissão adquire visibilidade pública com o Novo Código de Ética do Assistente Social, que estabelece direitos e deveres do assistente social a partir de princípios e valores humanistas que se materializam como guias para o exercício profissional. Também está relacionado às revisões da legislação profissional e das alterações profundas no ensino universitário da área, em que as diretrizes propostas articulam “ a análise dos fundamentos do Serviço social em suas dimensões históricas, teórico-metodológicas e éticas com as reais condições e relações de trabalho em que se realiza o exercício profissional.”(IAMAMOTO, 2002, p.23)

Também nessa década, identificou-se uma ampliação do mercado editorial e da produção acadêmica e a pesquisa desenvolvida no Serviço Social é reconhecida pelas agências de fomento. Ainda neste quadro de renovação da profissão, a autora identifica um amadurecimento nas formas de representação político-corporativa que, através dos órgãos de representação acadêmica e profissional, são reconhecidas e legitimadas. No que diz respeito ao debate amplo em torno das políticas sociais públicas “em especial da assistência social, situada no campo dos direitos sociais, na teia das relações entre o Estado e a sociedade civil”, a autora afirma que esse debate

foi importante para a identidade do assistente social, fortalecendo o seu auto-reconhecimento. (IAMAMOTO, 2003, p.51)

Verifica-se que esse processo de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social vem sendo desafiado pelo avanço e aprofundamento do projeto neoliberal em nosso país, que preconiza o Estado mínimo e desmantela as políticas sociais, comprometendo a concretização de direitos sociais, como prescritos na Constituição Federal de 1988.

Iamamoto (2002) analisando os impasses enfrentados hoje pelo Serviço Social na implementação de seu projeto profissional, reporta-se às mudanças que vem ocorrendo no padrão de acumulação e regulação social, nos marcos da globalização da produção, dos mercados e dos bens culturais, num processo de financeirização da economia e da radicalização neoliberal, onde verificamos a reestruturação da produção de bens e serviços e a reorganização do Estado. Esse quadro é agravado com a contra-reforma do Estado do seguinte modo:

sob o signo da privatização, tem-se a restrição das responsabilidades públicas e recursos orçamentários correspondentes, no trato das necessidades sociais das maiorias, a que se alia o desmonte dos direitos conquistados e a radicalização das desigualdades. (IAMAMOTO,2002,p.20)

Esse contexto de radicalização da questão social identificada como objeto de trabalho do assistente social, em suas múltiplas e diferenciadas expressões, “vivenciadas pelos sujeitos como conformismo e rebeldia nas relações sociais cotidianas”, vem afetando não só as demandas, como também o mercado de trabalho do assistente social em que as relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas, havendo, assim, uma retração dos recursos institucionais disponíveis para a defesa e o acesso aos direitos. Segundo Iamamoto (2002, p.19) todo esse processo vem redimensionando as condições do exercício profissional do assistente social que se efetiva pela mediação das condições do assalariamento.

Ainda na perspectiva de identificar os desafios de implementação do projeto profissional, Forti (2009, p.23-26) analisando o Código de Ética Profissional do Assistente Social, afirma que este documento orienta a ação profissional numa perspectiva crítica à ordem econômico-social estabelecida, na medida em que assume a defesa dos direitos dos trabalhadores. Porém, tendo em vista a consonância das diretrizes econômicas em curso na nossa sociedade com o ideário neoliberal, a

autora declara que os compromissos e princípios assumidos pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, são diametralmente opostos aquele ideário.

Conforme pesquisa realizada por Zagabria e Carmo (2015), com o objetivo de identificar informações de como a temática do envelhecimento era abordada nas escolas filiadas à ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, foram investigadas 305 escolas, distribuídas nas diferentes regiões do país, no período de 2013-2014. As autoras encontraram apenas 21 escolas, 10 escolas públicas e 11 privadas que fazem investimento na temática do envelhecimento. Chamou-nos atenção o fato de que, no levantamento das escolas do estado do Rio de Janeiro, apenas uma escola de Serviço Social, Centro Universitário Augusto Motta, foi identificada ministrando conteúdo da temática do envelhecimento. Em relação às diferentes regiões do país, a região Sul foi a que apresentou maior concentração de escolas. A predominância na temática está centralizada na oferta de disciplinas do seguinte modo: eletivas (3), optativas (5) e obrigatórias (11), ações extensionistas (1) e de pesquisa (1). Quanto aos temas das disciplinas, transitam entre política social enquanto política pública, as políticas públicas, a formação do serviço social e envelhecimento e gerontologia, enquanto uma ciência voltada para os desdobramentos do envelhecimento humano na sociedade.

A Faculdade de Serviço Social da UERJ, que possui curso de graduação e pós-graduação lato e stricto-sensu, com avaliação Excelente, desde o ano de 1993, a partir da inserção da docente, autora desta Tese, na universidade aberta da terceira idade, (UnATI/UERJ), inicia investimento na temática do envelhecimento humano, embora não apareça na pesquisa junto à ABEPSS.

De acordo com Pereira (2007, p. 2) o tema do envelhecimento no âmbito da Universidade, torna-se “imperioso”, se quisermos identificá-la como uma comunidade acadêmica atualizada com o seu tempo e, atenta ao compromisso com os direitos sociais, que representaram no século XX, as principais conquistas democráticas e as referências mestras da política social e do Serviço Social.” A análise dos determinantes, consequências, oportunidades e riscos do envelhecimento “possibilita revisão de conceitos, critérios e objetivos capazes de subsidiar planejamentos e definições de políticas mais condizentes com a sua realidade.” (PEREIRA, 2007, p.3)

Pereira (2007, p.2-3) destaca três evidências a respeito do envelhecimento tendo em vista o modo como este fenômeno se apresenta na sociedade:

- a) O progressivo envelhecimento da população como fenômeno sociopolítico e o processo de *agrisalhamento demográfico* que suscitou interesse pelos estudos gerontológicos no último quarto do século XX;
- b) O surgimento de novas necessidades decorrentes do fenômeno do envelhecimento e das condições históricas em que o fenômeno é produzido, relevando não só a sua dimensão biológica, mas também psicológica, econômica, social e de cidadania das pessoas idosas;
- c) O reconhecimento de que as políticas, os serviços, as instituições e os agentes de proteção social, não mais respondem adequadamente a essas novas necessidades, exigindo a revisão dos compromissos com o bem-estar dessa parcela da população, tanto por parte do Estado quanto da sociedade.

Pereira (2007, p.3) traz um importante argumento para o Serviço Social como profissão que atua com as políticas e os direitos sociais, quanto ao exame crítico do significado e implicações contextuais do fenômeno do envelhecimento, o que possibilita propor modificações nas políticas sociais. Faz referência ao modelo sócio-econômico global, denominado neoliberal, que é avesso à realização das políticas sociais públicas. A participação do Estado é restrita na garantia de direitos. Impõem-se neste quadro dessa nova regulação a flexibilização dos empregos e dos salários, medida de enfrentamento dos problemas inflacionários e da chamada crise fiscal do Estado que contribui para o aumento do desemprego gerando em grande escala, uma desproteção social.

Portanto, ao mesmo tempo em que o Serviço Social é chamado a conhecer melhor o fenômeno do envelhecimento mundial, percebe que o contexto em que vivemos é desfavorável à proteção social pública.

Localizamos a partir do ano de 1993, a inserção da temática do envelhecimento, em nível da graduação do Serviço Social da FSS/UERJ, a partir da inserção de uma docente da unidade, com um projeto de extensão na área do envelhecimento, em função de convite realizado, a todas as unidades de ensino da universidade para fazerem parte do Programa de Estudos e Debates sobre o Envelhecimento da Unati/UERJ, encaminhado pelo diretor do Programa, poucos meses antes de sua inauguração, o que possibilitou participação do docente de

Serviço Social responsável pelo desenvolvimento da extensão em algumas reuniões para conhecer melhor a proposta e o planejamento de sua operacionalização.

A oportunidade de iniciar uma área de estudos e investigação nova na faculdade, apresentou-se como um desafio à docente, que, ao mesmo tempo, com incentivo da Direção da Unidade, tornou-se uma oportunidade de tratar de temática que começava a ganhar visibilidade na sociedade, a partir da luta dos aposentados pelos 147%, no Governo Collor, ou seja, no início da década de 1990 e, ainda sem contar com uma Política Para Idosos.

A intenção de desenvolver um projeto de extensão, após estudos iniciais e participação em Encontro de Idosos na cidade de São José dos Campos, objetivava, inicialmente, conhecer os idosos participantes do programa; identificar seus interesses e expectativas e problematizar as questões do envelhecimento no Brasil.

A proposta de extensão do Serviço Social foi direcionada para o Centro de Convivência do Programa da UnATI, com o oferecimento de Curso para Idosos, cujo eixo tratava da “Participação Social e o Envelhecimento” e Grupos de Inserção ao programa, conhecidos como “Encontro Grupal para a Terceira Idade”, ambos vinculados à área de Atividades Informativas e Formativas em Terceira Idade.

A riqueza da experiência de educação para idosos envolvia profissionais de várias categorias, prestadores de serviço e funcionários técnico-administrativos da universidade juntamente com docentes da universidade de diferentes formações.

A programação para os idosos envolvia o oferecimento de cursos, oficinas, palestras e eventos, possibilitando um intercâmbio entre estudantes idosos aprendizes e equipe multiprofissional. Neste contexto, a partir do ano de 1995, iniciamos a atividade de estágio supervisionado para alunos da graduação de Serviço Social, ao mesmo tempo em que, apresentamos ao departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social, a inclusão da temática do Envelhecimento na Grade Curricular. Com a anuência do Departamento, abriu-se mais uma turma da disciplina obrigatória Estágio Supervisionado – Grupo Terceira Idade, que agregou alunos que estagiavam na UnATI e em outros programas de idosos, como os do SESC.

O conteúdo da disciplina de Estágio teve que dar conta de toda uma discussão do que era o envelhecimento, a influência dos estudos da demografia e da gerontologia e, mais recentemente a abordagem de uma perspectiva mais crítica do envelhecimento contando com a produção de autores de Serviço Social. Além disso,

discutíamos as políticas para idosos, problematizando as atividades que os alunos desenvolviam nos campos de estágio.

Outra disciplina que pode ser ampliada foi TCC – Trabalho de Conclusão de Curso 1 e 2, oferecendo orientação aos alunos que estavam interessados em problematizar questões do envelhecimento ou do trabalho desenvolvido pelos assistentes nos campos de estágio. Os resultados obtidos, compõem hoje um acervo considerável de produções nessa área.

Na disciplina de Processo de Trabalho V, com conteúdo sobre assessoria no Serviço Social também foi possível abordar o envelhecimento como tema transversal e junto aos alunos que desenvolviam estágio na UnATI, resgatar atividades de assessoria desenvolvidas com os idosos como também verificar as possibilidades de assessoria analisando as demandas dos idosos.

Junto ao Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde, na disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social e Saúde, foi apresentado, em forma de Seminário, a temática do envelhecimento e a saúde do idoso.

Ao longo desses 25 anos em que desenvolvemos trabalho de extensão e ensino, foram desenvolvidas duas pesquisas. Uma delas aconteceu nos anos de 1994 a 1995. Trata-se do primeiro estudo de perfil sobre os alunos da UnATI/UERJ.

A outra pesquisa foi desenvolvida quando o programa completou 10 anos e objetivava conhecer os motivos que levaram as mulheres idosas, alunas da UnATI, desde a criação do programa, a permanecerem no mesmo. A pesquisa teve bolsistas de iniciação científica sendo que uma das alunas ganhou prêmio na Semana de Iniciação Científica da UERJ e outras desenvolveram seus TCCs, com temáticas da pesquisa.

A participação em congressos da categoria, de política social e de pesquisadores de Serviço Social apresentando nossa produção sobre o envelhecimento que também consta dos Anais dos referidos eventos, tem sido relevante, na medida em que os trabalhos publicados são referenciados por estudiosos da área.

Enfim, o que estamos afirmando é que, partir do desenvolvimento de atividade de extensão na área do envelhecimento foi possível ampliar o ensino com essa temática bem como realizar ações de pesquisa contribuindo para a produção de conhecimento nessa área.



## 2.5 A produção de conhecimento do Serviço Social e sua contribuição para os programas de universidade de terceira idade

Retomando a proposta de abordar alguns estudos que explicitam a atuação do assistente social no campo do envelhecimento e nos programas de universidade de terceira idade, encontramos em Almeida e Alencar (2011) que a atuação profissional do assistente social junto à população idosa ampliou-se, a partir das duas últimas décadas do século vinte e estes profissionais passaram a se ocupar das questões relativas ao envelhecimento e aos direitos sociais da população idosa. Os autores explicitam algumas particularidades do trabalho do assistente social nessa área, dentre as quais se destacam as seguintes:

- uma disputa conceitual e ideológica que envolve diferentes campos de saber em relação às abordagens sobre o processo de envelhecimento, particularmente no que concerne ao uso dos termos 'velho', 'idoso', 'terceira idade'; - a marcante presença dos assistentes sociais nos processos de criação e desenvolvimento das experiências das Unatis e projetos sociais para os idosos na área de lazer e cultura, atravessados pelas mesmas disputas conceituais. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p.163)

Estudo de Nunes (2001) problematizando a atuação do assistente social nos programas de universidade de terceira idade identifica que esses programas favorecem o exercício da participação social dos idosos, na garantia do direito à educação. Também é explicitado que as propostas de trabalho do assistente social podem direcionar-se para potencializar o aprendizado dos alunos idosos na direção da luta pela garantia de direitos deste segmento.

Outro estudo importante é o de Goldman (2003), intitulado “ Universidade Para Terceira Idade: uma lição de cidadania”, em pesquisa de sua tese de doutorado, envolvendo os idosos dos seguintes programas de universidades de terceira idade da cidade do Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida (privada) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (pública). A autora, em suas conclusões, afirma que os idosos investigados, em sua maioria, eram mulheres e, quando questionados sobre sua participação política, demonstraram descrença em relação à política em nosso país. Ao mesmo tempo, esses espaços de universidade de terceira idade são, potencialmente, identificados pela autora, de exercício da cidadania dos idosos, referindo-se a esses programas como “lição de cidadania”.

Goldman (2003) tratando da importância dos programas de universidade de terceira idade releva a construção de projetos de extensão que corroborem com a

potencialidade daqueles espaços propiciadores de participação social aos idosos, articulando, organicamente, a pesquisa e o ensino, objetivando o envolvimento dos idosos no processo de participação política.

Em relação ao trabalho do assistente social, neste campo, a autora enfatiza a questão da competência técnico-crítica, o compromisso com os valores democráticos e com a prática voltada para o resgate da cidadania da população que atende, contribuindo para que o próprio idoso se mobilize, se organize em torno dos seus direitos, principalmente os sociais, que se encontram ameaçados pela política neoliberal. (GOLDMAN, 2003, p.188-190)

Avançando um pouco mais, encontra-se estudo de Lobato (2006) sobre a assessoria na área do envelhecimento e o desenvolvimento desta proposta em programa de universidade de terceira idade, através de projeto coordenado por assistente social que desenvolve oficinas de direitos sociais para os idosos, alunos do programa. A autora explicita as bases desta assessoria do seguinte modo:

[...] é de fundamental importância para o Serviço Social, principalmente no viés da capacitação não só dos idosos, como dos profissionais envolvidos com esse trabalho, mas numa direção de construção e luta pela implementação das políticas públicas para este segmento, fortalecendo as práticas que desenvolvemos por dentro dos programas de terceira idade, articulando-as aquelas dos movimentos associativos e reivindicativos direcionados às questões do envelhecimento. (LOBATO, 2006, p.301)

Cuba (2015), em publicação fruto de sua tese de doutorado intitulada, “Guarnicê e cidadania na amizade dos idosos cariocas e ludovicenses”, quer compreender o significado da amizade e sua importância para a ampliação da cidadania dos idosos, estudantes de duas universidades de terceira idade, a saber: Universidade Integrada da Terceira Idade da Universidade Federal do Maranhão – UNITI/UFMA, em São Luís e da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UnATI/UERJ, na capital do Estado.

Para a autora o estudo de idosos localizados em diferentes regiões do nosso país, Nordeste e Sudeste respectivamente, resgata um processo diferenciado de envelhecimento, marcado por contradições de um Brasil pobre e rico na mesma região, tendo em comum a questão social da velhice que constitui uma realidade forte e desumana. Cuba (2015) questiona, no decorrer de sua investigação, à luz dos pressupostos teóricos de Hannah Arendt, as possibilidades da amizade política entre idosos que frequentam os espaços por ela investigados e sua relevância para a ampliação da cidadania desses idosos. A autora realizou também observações na

esfera pública das cidades do Rio de Janeiro e São Luis, no Maranhão, onde os idosos nela residentes se fazem presentes. Trata-se de pesquisa extensa e interessante, pois adentra as manifestações da cultura popular do bumba meu boi em São Luis e do carnaval no Rio de Janeiro.

Sobre o tema investigado, a autora afirma que a amizade não é objeto de estudo e de prática do Serviço Social sob qualquer ponto de vista. Como resultado de sua investigação, Cuba (2015) conclui pela relevância da amizade para a cidadania dos sujeitos idosos de ambos os programas estudados.

A contribuição do estudo de Teixeira (2008), fruto de sua tese de doutorado, premiada com o prêmio CAPES de Tese Celso Furtado é uma das poucas produções da editora Cortez com a discussão sobre “o envelhecimento do trabalhador, no tempo do capital”. Trata-se de debate “nos marcos históricos da sociedade sob o domínio do capital, alicerçada na crítica marxiana e na tradição marxista sobre a lógica da expropriação do tempo do trabalhador para satisfazer a necessidade da produção e reprodução destrutivas do capital.” Nesta perspectiva a autora procura desmascarar e desmistificar o tratamento abstrato e homogeneizador do envelhecimento do trabalhador, dissimulando não só as desigualdades sociais, estruturantes no modo capitalista de produção, mas a “tragédia do envelhecimento” para os trabalhadores. (ABREU apud TEIXEIRA, 2008).

O estudo é apresentado em 3 consistentes capítulos, tratando dos seguintes eixos: envelhecimento do trabalhador como expressão da questão social e as históricas formas de respostas da sociedade e do Estado. Neste capítulo a autora trata da questão social como categoria histórica e as lutas sociais como elementos constitutivos, o trabalho assalariado e o envelhecimento no tempo do capital. Aborda ainda, o envelhecimento e as históricas formas de proteção social.

O segundo eixo, aborda a problemática social do envelhecimento do trabalhador, lutas sociais e mecanismos de proteção social no capitalismo periférico brasileiro. Analisa a problemática social do envelhecimento do trabalhador, a política social como instrumento de controle social, o envelhecimento na agenda pública brasileira e as contradições do sistema de proteção social público: trata das lutas operárias e as primeiras medidas de proteção social, discute a assistência social, onde se verifica o trato compensatório e filantrópico da pobreza, os “novos” movimentos sociais e as lutas em prol do envelhecimento e de políticas setoriais, neste item demonstra a influência do discurso gerontológico internacional e a autonomização da

velhice, por fim trata da reestruturação do sistema da proteção social no Brasil, questionando se temos um novo padrão de proteção social público.

No terceiro eixo Teixeira (2008) faz uma trajetória da sociedade civil ao aparelho de Estado, discutindo as “novas” simbioses entre “público” e “privado” na proteção social ao envelhecimento do trabalhador. O desenvolvimento deste tema discute as “práticas filantrópicas” e sua (re) atualização no âmbito da sociedade civil como locus da proteção social: problematiza o pioneirismo do trabalho social no SESC; os programas sociais para a “terceira idade de iniciativas filantrópicas.

Para discutir a temática de nossa tese, nos interessa a visão da autora sobre os “grupos ou Centros de Convivência”; as “Escolas Abertas da Terceira Idade” – a Educação permanente centrada no indivíduo como resposta à “problemática” do envelhecimento. Nossa experiência, na UnATI/UERJ, demonstra que estamos vivenciando um espaço contraditório em que se busca valorizar o idoso e seus conhecimentos, ao mesmo tempo em que se discute e reflete as condições da sociedade para que esse idoso seja percebido como sujeito de direitos.

Teixeira (2008) ressalta a visão de Haddad (1986) em seu emblemático estudo publicado como “Ideologia da Velhice” em que a educação permanente aparece como “a varinha de condão” para que se tenha uma velhice feliz. A autora chama atenção para o caráter contraditório desses programas que buscam elevar a autoestima dos idosos, reforçando a responsabilidade individual do idoso com seu envelhecimento.

As ações desenvolvidas pelo Serviço Social em programa de universidade de terceira idade que estamos investigando tendem a relevar as demandas dos idosos abrindo a possibilidade de, como sujeitos, discutirem seus interesses nessa fase da vida, tendo como cenário, a realidade social em que vivem. No caminho da motivação, da informação e da educação para a participação, é que se vislumbra o trabalho com idosos nesse programa.

O último item do terceiro capítulo da obra de Teixeira (2008) trata da Política Nacional do Idoso, como um “novo” desenho de política social e o Estatuto do Idoso, onde releva o mix entre o “público” e o “privado” na responsabilidade social com o envelhecimento. Essa discussão é importante para o Serviço Social para que se tenha clareza das intenções veladas das diretrizes dessas políticas que em nosso país, são muito pouco implementadas.

Portanto, os autores citados, apresentados de uma forma panorâmica, a partir de suas produções, em maioria, fruto de suas teses de doutorado em Serviço Social,

contribuem para que tenhamos uma leitura mais crítica sobre o envelhecimento e as formas de proteção social presentes nas sociedades capitalistas, referenciando a sociedade capitalista brasileira.

### **3 A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNATI/UERJ**

Observa-se que é crescente o interesse dos assistentes sociais no Brasil em participar de programas educativos para idosos, que de modo geral, vinculam-se às atividades de extensão no âmbito das universidades sejam públicas ou privadas. Historicamente, o ambiente universitário é frequentado por jovens estudantes. Atualmente verifica-se nesse espaço, a convivência de estudantes jovens com idosos.

A pesquisa realizada neste estudo teve como objetivo analisar o trabalho do assistente social no programa da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em sua relação com a extensão universitária, o caráter educativo das ações das assistentes sociais e o projeto ético – político do Serviço Social.

Neste capítulo apresentamos os resultados obtidos a partir da análise do material empírico produzido junto às assistentes sociais do programa que aceitaram participar da investigação.

#### **3.1 Perfil das assistentes sociais entrevistadas:**

No que diz respeito à inserção das 6 assistentes sociais no programa da UnATi/UERJ, observa-se diferentes tempos de formação, entre os anos de 1972 a 1993. São originárias tanto de universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro (UEG, UERJ, UFRJ e UVA). Apenas uma entrevistada é proveniente de uma faculdade privada de Minas Gerais (FASESC).

Das assistentes sociais entrevistadas 5 tem vínculo empregatício com a UERJ como estatutárias e 1 é funcionária pública aposentada e presta serviços à UnATi.

Quanto à permanência na UnATi/UERJ criada em agosto de 1993, percebe-se que o grupo entrevistado tem diferentes tempos de participação no programa, variando de 3 até 23 anos. Esse dado é importante pois resgata diferentes períodos da história do Serviço Social na UnATi/UERJ. Conforme Lobato (2010) identificamos a participação das assistentes sociais neste programa desde o seu início.

Nosso grupo de entrevistadas desenvolvem suas atividades nas seguintes áreas do programa: Centro de Convivência (2 assistentes sociais) e Saúde do Idoso (4 assistentes sociais).

A seguir, destacamos alguns depoimentos que tratam de explicitar o interesse dos assistentes sociais pelo trabalho com idosos a partir de sua experiência profissional.

Os 2 assistentes sociais que estão no Centro de Convivência há 23 e 19 anos, portanto, com mais tempo de permanência no programa, declaram seu interesse em trabalhar com idosos. Uma delas relata ter trabalhado com idosos na Área da Saúde antes de sua inserção no programa e chama atenção para sua participação no movimento de implementação do trabalho com idosos no Brasil, a partir da Assembleia Mundial do Envelhecimento, da ONU em 1982.

“[...] Eu sempre trabalhei com grupos ou atendimento individual em várias clínicas, tinha de pediatria, neurologia, psiquiatria, medicina física e gastro. Sempre trabalhei com pessoas idosas e pessoas de outras idades, uma atividade intergeracional porque as patologias são em várias idades. No Hospital do Andaraí eu trabalhei com mães e funcionários que também eram idosos. [...] Foi aí que a enfermagem criou um trabalho multidisciplinar/interdisciplinar com a psicologia, serviço social e nutrição num trabalho com hipertensos [...] neste trabalho havia muitas pessoas idosas. [...] E nesse meio tempo a Organização das Nações Unidas promoveu uma reunião entre o Ministério da Saúde e alguns órgãos para implementar o trabalho com idosos no Brasil e queria começar pelo o Rio de Janeiro e eu fui representando a equipe de saúde mental nessa reunião. Eu acho que essa reunião foi em 1982/1983 depois da assembleia da ONU, não sei dizer bem. [...] Isso tudo foi me chamando atenção porque havia uma aproximação forte do meu trabalho com a população idosa, mas eu ainda não tinha um trabalho pontual.” (AS 3)

Ressalta-se, no depoimento anterior, a questão da intergeracionalidade e a atuação em equipe multiprofissional no trabalho com idosos nos anos de 1980 e o interesse da assistente social em participar do processo de implementação de políticas para idosos no Brasil.

A outra assistente social do Centro de Convivência se encontra vinculada ao programa desde 1995 e tem também um cargo de gestão. Apesar de não relatar experiência profissional com idosos, chama atenção para o fato de ter sido convidada a construir a extensão na UnATi e também fazer parte da equipe de Serviço Social na área do envelhecimento.

“Trabalhava em outra unidade da UERJ com alunos da rede escolar fundamental da FIA, na recepção que era feita pelo CEPUERJ, trabalho de acompanhamento dos alunos e com a mudança de gestão fui substituída [...] encontrei um ex-diretor do CEPUERJ que me convidou para construir a extensão na UnATi, onde ele já atuava. Até então não estava interessada na área pois atuava com jovens [...] a partir daí, duas assistentes sociais que já estavam na UnATi me receberam e me acolheram e começamos a equipe de Serviço Social na área do envelhecimento.” (AS 2)

No grupo das 4 assistentes sociais da Saúde do Idoso, todas são provenientes do Serviço Social do HUPE. A mais antiga vinculou-se ao programa a partir do ano de 2006 e, a mais nova delas, chegou em 2015. De modo geral, a inserção dos assistentes sociais deu-se através de convite de profissionais que se achavam em função de coordenação no programa ou que, ao saírem do programa, os apresentavam como substitutos. A experiência profissional com idosos é identificada no relato de duas delas.

“Quando eu tive meu primeiro emprego em Saquarema eu trabalhava com idosos. Eu trabalhava no hospital e atendia as enfermarias de Clínica Médica onde o percentual de idosos era muito alto. Eu gostava muito de trabalhar lá. [...] Quando eu fui para o HUPE a primeira oportunidade de trabalho foi na DIP, eu peguei alguns idosos, mas o público maior eram os adultos. [...] Logo em seguida eu trabalhava com a assistente social da maternidade, que entrou de licença por um tempo e era de interesse dela ir para o NAI e ela perguntou se eu podia ir junto. Nós conversamos sobre a proposta de trabalho e eu me interessei. A própria questão da nossa vida cotidiana e da gente perceber as pessoas ao nosso redor envelhecendo já suscita muitas questões. A minha vida pessoal e a minha questão profissional convergiram para esse interesse pelo envelhecimento.” (AS 5)

O interesse de atuar com idosos também aparece no trabalho desenvolvido na área de saúde Mental do hospital universitário, por uma das assistentes sociais e retrata uma atividade de grupo em que os idosos eram os coordenadores, ou seja, uma experiência de auto-gestão de usuários, bastante significativa no que tange ao protagonismo dos idosos e a valorização do saber dos usuários.

“[...] Então eu não me via lá no hospital trabalhando em outra área senão fosse na saúde mental ou no idoso. Porque lá na saúde mental, no ambulatório, a gente atende criança até o idoso e quando eu entrei tínhamos um trabalho com idosos, um grupo para idosos que logo me interessei. Era coordenado pela enfermagem logo, o enfermeiro era o supervisor e a gente coordenava o grupo junto, mas ele era responsável pela direção do trabalho. Com tantas mudanças que a universidade passou e o hospital, esse grupo deixou de existir e foi interrompido na época, mas havia outro grupo fixo de idosos, de pessoas que haviam passado por tratamento ali na instituição e, se constituíram como um grupo. Elas coordenavam o próprio grupo e eu logo me aproximei delas e estabeleci uma relação com elas. [...] Eu tive oportunidade naquele momento de fazer uma entrevista com elas e escrever uma reportagem em relação aos idosos. Então esse lugar é de uma sabedoria que o idoso tem e que ele traz e constrói na sua vida [...]” (AS 6)

Ainda nos depoimentos de outras duas assistentes sociais da área de Saúde do Idoso, percebe-se como se deram as motivações para irem para a UnATI. Elas destacam a qualificação do trabalho pois contava com equipe multidisciplinar e da valorização do trabalho com famílias, experiência que traziam de outras áreas.



“Eu atuava no Hospital Pedro Ernesto [...] entrei num processo de adoecimento porque lá eu trabalhava com a porta de entrada [...] ai eu tinha duas possibilidades: saúde do trabalhador ou a saúde do idoso. Eu optei pela saúde do idoso porque eu já conhecia o programa através da Residência que eu fui coordenadora. [...] Fiz a opção pela saúde do idoso pela forma que o programa se organiza, o núcleo se organiza, voltado muito para o trabalho em equipe mais interdisciplinar, então isso me chamou atenção. [...] E vim para cá e me apaixonei pela temática assim, a gente vem investindo na área.” (AS 4)

“[...]Na ocasião eu trabalhava no HUPE e o NAI é um dos espaços de atuação vinculados ao HUPE tanto que vocês assistentes sociais são lotados no HUPE. [...] E não necessariamente foi o interesse, foi um convite feito pela assistente social do NAI por ocasião da saída dela. [...] Fiquei relutante no início porque eu tinha um engajamento muito propositivo pela psiquiatria na época, mas também fiquei muito encantada com a possibilidade de ir para lá. [...] E a área do envelhecimento em si não era uma área que se afastava tanto da minha discussão porque eu discutia a família e a saúde mental.” (AS 1)

Portanto, nosso grupo de entrevistadas demonstra motivação e interesse no trabalho com idosos e preocupação com a continuidade de sua formação profissional, muitas vezes em função da atividade de supervisão e preceptoria, envolvendo a capacitação de alunos da graduação e de pós-graduação de Serviço Social nas questões do envelhecimento. Verifica-se na titulação das assistentes sociais a participação em cursos de pós-graduação como: Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado na área de Serviço Social. Ressalta-se que, apenas 1 assistente social possui especialização em Gerontologia pela SBGG, instituição tradicional na formação de especialistas na área do envelhecimento.

Analisando os autores indicados pelas entrevistadas quando em seus estudos sobre o envelhecimento, percebemos que há uma tendência nesse grupo de assistentes sociais a se identificar com autores que tratam o envelhecimento e o Serviço Social numa perspectiva crítica, apoiada no referencial marxista, como o estudo de Yamamoto e Carvalho (1982), na obra bastante conhecida dos assistentes sociais intitulada “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” e o estudo mais recente de Teixeira (2008) “Envelhecimento e Trabalho no tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil”.

Faz parte da atuação profissional de nossas entrevistadas a capacitação sobre as questões do envelhecimento, desde os estudos da Gerontologia, citando a contribuição de Ana L. Neri, referência na citada área; da Demografia, com os estudos do IBGE, aos quais se referem como mais tradicionais. Verifica-se a importância de uma leitura mais crítica, quando se reportam às práticas educativas e buscam autores como Paulo Freire e Antônio Gramsci. Citam também autores que tem contribuído

para o embasamento teórico-crítico do Serviço Social em relação ao envelhecimento, como: Alzira Lobato, Maria Helena Bernardo, Mônica de Assis, Safira Ammann, Sara Goldman, Serafim Paes e Solange Teixeira. Buscando compreender o envelhecimento na área da saúde, acessam os textos de: Célia Caldas, Renato Veras, Luiz Cecílio, Emerson Merhy que trazem contribuições na área da saúde coletiva.

### 3.2 A extensão universitária nos cenários de atuação das assistentes sociais

Quanto ao interesse das assistentes sociais em participar de um programa de extensão universitária voltado para o envelhecimento, como a UnATi/UERJ, verifica-se que a motivação para trabalhar com idosos é sentida por todos embora não exista muita clareza, num primeiro momento, da caracterização do programa como sendo de extensão universitária.

“[...] Até então eu não tinha essa clareza que é uma extensão universitária porque essa coisa da UnATi ser lá da SR sei lá o que, não sei o nome da SR da extensão. [...] E como o NAI tem essa questão que é meio híbrida, é UnATi, mas ao mesmo tempo é HUPE, então possibilitou essa inserção, esse meu interesse.” (AS 4)

No depoimento, a seguir, verifica-se o interesse da assistente social no trabalho na UnATI a partir do conhecimento de que era programa de extensão pois buscava também continuar sua qualificação profissional se inserindo em pós-graduação a nível de Mestrado.

“Meu interesse em participar de um programa de extensão voltado para o envelhecimento vem da minha aproximação e com meu desejo de continuar trabalhando. [...] Eu não sabia que era um programa de extensão universitária voltada para a terceira idade. Quando eu comecei a trabalhar na equipe foi uma surpresa gratificante quando eu me deparei que realmente havia um profissionalismo naquele trabalho. Eu ia realmente estudar, trabalhar. [...] Queria fazer um trabalho com os idosos com a finalidade de pesquisa de mestrado. A forma como a equipe encontrou de me oficializar foi através do treinamento profissional. Quando o ministério público proibiu a contratação recentemente, assinei um termo de compromisso como voluntária. Esse termo é renovado de seis em seis meses [...]” (AS 3)

A percepção da extensão universitária como atividade que aglutina a produção do conhecimento e sua devolução para a sociedade, é identificada por uma das entrevistadas como um dos objetivos da universidade e aparece no depoimento a seguir:

“[...] Acho que não era uma questão para mim porque eu entendo a universidade tem que ter um trabalho de devolução da produção de

conhecimento que está posto como missão para ela. Essa troca com a sociedade para mim é natural e se estabelece com projeto formal ou sem projeto. De uma certa maneira eu percebo a saúde como um lugar e o próprio hospital universitário como um lugar onde essa troca se dá naturalmente. Se produz o conhecimento e produz a devolução, ao mesmo tempo, nessa relação de cuidado. Diferente talvez de outros espaços da universidade que se tem a pesquisa, se tem o espaço da sala de aula, da formação e depois se pensa numa forma, num projeto de extensão. Talvez seja um erro meu de concepção trabalhar essa devolução porque para mim a universidade tem que estar pensando o tempo todo, ao produzir o conhecimento, como se dá essa devolução para a sociedade [...] porque o meu entendimento de universidade já pressupõe uma extensão, a relação com a comunidade como algo inerente.” (AS 6)

A valorização da extensão universitária é identificada na organização do trabalho do Serviço Social na UnATi e da inserção dos projetos na Sub-Reitoria de Extensão da UERJ possibilitando a capacitação de alunos de Serviço Social na área do envelhecimento através do estágio supervisionado mas também do público externo ao programa, interessado.

“[...] O Serviço Social foi sendo construído pela coordenação de extensão e as duas assistentes sociais no ambulatório e no Centro de Convivência desenvolvem atividades para o público idoso. [...] Partimos para selecionar bolsistas, estagiários de Serviço Social para projetos cadastrados na SR3. [...] Em 1999 pudemos dar destaque à UnATi apresentando os projetos na UERJ Sem Muros. [...] Atualmente a extensão está voltada para os projetos externos e para representar a UnATi fora da UERJ. A extensão assumiu o curso de cuidadores de idosos e tem independência para criar as atividades de Serviço Social com experiência na área de política pública.” (AS 2)

Se por um lado, a identificação do programa como de extensão universitária não seja destacada por todas as entrevistadas, percebe-se que os projetos do Serviço Social são reportados aos objetivos dessa microuniversidade temática que é a UnATi/UERJ, voltada para assistência, estudos e pesquisas sobre o envelhecimento. Portanto, ao resgatar os cenários de prática do Serviço Social nossas entrevistadas explicitam a extensão indo além da prestação de serviços aos usuários idosos, na organização e planejamento de suas atividades e na formação de estagiários, residentes de Serviço Social e de outros profissionais que fazem parte do programa.

Outro dado importante, é a participação do Serviço Social na gestão da UnATi/UERJ desde a criação do programa. A Coordenação de Extensão fica a cargo de uma Assistente Social que realiza também articulações com outros Projetos e Programas externos como participação em Conselho Estadual e Nacional do Idoso. Além disso, na Gestão dos Ambulatórios e na Preceptoria de Residentes e Alunos, contamos com a presença de assistentes sociais da área da Saúde do Idoso e do Centro de Convivência.

“Naquela época, 1999, o Serviço Social participava da Gerência de Ensino, tinha a Coordenação da assistente social no ambulatório NAI e na Gerência de Extensão. No ambulatório eu me engajei no atendimento ao idoso. Tiveram reuniões interdisciplinares na Clínica Piquet Carneiro [...] tínhamos grupo de estudos com a equipe de Serviço Social e os estagiários que também participavam das reuniões de equipe. No Centro de Convivência o Serviço Social participava através de cursos para os idosos. Essa reunião de equipe era muito rica para o Serviço Social com debates e discussões onde não só se avaliavam os trabalhos como surgiam propostas que depois eram desenvolvidas pela equipe. Essa é uma atividade que eu acho muito positiva [...] a meu ver essas discussões sobre o nosso trabalho facilitavam na hora de se levar os trabalhos para congressos e eventos.” (AS 3)

No depoimento que se segue, percebe-se a existência de vários núcleos onde o Serviço Social se insere. Resgata-se e valoriza-se um movimento mais coletivo das assistentes sociais enquanto equipe, destacando-se que foram momentos propícios à produção de conhecimentos para a equipe, delineando também, objetivos comuns. Releva-se a necessidade de serem garantidos outros momentos em equipe.

“Quanto a termos um projeto ou programa de Serviço Social na UnATI considero que “existe e não existe” equipe do Serviço Social dentro dos ambulatórios, pois hoje atuo mais como gestora. São várias equipes de Serviço Social na UnATI, o NAI é uma equipe, o Centro de Convivência tem uma equipe, CIP tem equipe de Serviço Social. Já houve um momento, assim que iniciamos na UnATI em que tínhamos reunião de equipe de Serviço Social com as três assistentes sociais que estavam na época. A meu ver o Serviço Social na UnATI teve uma fase brilhante quando fez o lançamento do programa de Ação Voluntária envolvendo os assistentes sociais em projetos de atenção asilar, atendimento ambulatorial e idosos capacitados para atenderem na recepção dos setores no programa. Esse projeto ampliou seu espaço [...] elaboramos um catálogo dos asilos na cidade do Rio de Janeiro, escrevemos artigo na revista da SBGG e teve um Globo Repórter com o tema “Ação Voluntária na Terceira Idade. Esses projetos têm tido bons resultados para os idosos voluntários dedicados a causa do envelhecimento além da participação de alunos da graduação em estágio junto a esses projetos.” (AS 2)

Em relação à estruturação do Serviço Social no programa da UnAti, a partir do relato das assistentes sociais mais antigas, verifica-se a existência de atividades do Serviço Social junto à Coordenação de Ensino, ou seja, o espaço dos cursos livres e oficinas. Na atualidade o Centro de Convivência está vinculado à área da Saúde, que agrega os dois ambulatórios da Unati : o NAI e o CIPI. Posteriormente, elas relatam a inserção de alunos da graduação de Serviço Social, em estágio curricular e a partir do ano 2000, abre-se uma vaga para residente em Saúde do Idoso, para o Serviço Social.

Quanto ao trabalho de formação e capacitação profissional identificamos o assistente social tanto no Centro de Convivência, como na Saúde do Idoso

desenvolvendo atividades com estagiários e residentes de Serviço Social. Percebe-se uma aproximação entre a extensão, o ensino e a pesquisa que contribuem para a produção de conhecimento na área do envelhecimento pelo Serviço Social. Nesse sentido, destacamos a importância da articulação entre as assistentes sociais e a docente da FSS nas atividades de estágio supervisionado, nos trabalhos de conclusão de curso, nas apresentações em congressos e trocas de experiência entre os profissionais.

A experiência dos assistentes sociais da Saúde do Idoso se faz presente na construção e desenvolvimento do Programa de Residência Multiprofissional envolvendo as seguintes categorias: Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Fisioterapia. O Programa se inicia no ano de 2011, sendo pioneiro no Rio de Janeiro. As atividades do Programa requisitam do assistente social o trabalho de supervisão (preceptoria) e capacitação nas questões do envelhecimento.

“[...] todos os espaços assistenciais desde atenção ambulatorial, domiciliar, hospitalar, de promoção à saúde até às atividades de ensino com residência multiprofissional que vem exigindo da gente também uma capacitação do ponto de vista da preceptoria e uma articulação maior entre os cenários nessa área do ensino que já era uma característica do NAI, através das residências, mas que agora com residência multi ela se intensificou. Então hoje a gente continua realizando as atividades que a gente já realizava antes, mas a residência multiprofissional e com a retomada do campo de estágio em serviço social que eu retomei em 2013. Existiam as residências uni profissionais e o serviço social e medicina eram as únicas residências que ficavam os dois anos inteiros no programa e ali gente já experimentou bastante uma integração entre as residências e com as outras que passavam lá alguns meses. Com a residência multi foi 2012 ou 2011 aí a gente precisou sentar e pensar no programa conjunto envolvendo serviço social, enfermagem, psicologia, fisioterapia e nutrição. A medicina segundo a regulamentação não pode participar de residências multiprofissionais. Mas o programa de Geriatria participa não formalmente e isso é uma das características desse programa em relação a outros programas. Foi primeiro aqui no Rio de Janeiro e foi pioneiro no próprio hospital Pedro Ernesto.” (AS 1)

Os assistentes sociais do Centro de Convivência oferecem cursos, oficinas para idosos e capacitação para alunos da graduação de Serviço Social, através do estágio supervisionado e procuram dialogar com a docente da Faculdade de Serviço Social que ministra a disciplina de Estágio Supervisionado – Terceira Idade.

“[...] o trabalho com os estagiários não é só na supervisão, mas também nas reuniões que integravam a equipe toda. E quando você me convidou para fazer uma parceria e fiquei dividindo com você a supervisão dos dois projetos e depois a gente foi definindo que eu ficava então com o projeto dos idosos colaboradores e fiquei dando supervisão para as alunas.” (AS 3)

“[...] temos bons resultados no trabalho com idosos e inserimos alunos da graduação em nossos projetos e percebemos que eles se dedicam à causa do envelhecimento. Isso é importante principalmente nos debates temáticos tanto para o aluno da graduação, em sua formação, como para os idosos que podem interagir com as gerações mais jovens da universidade.” (AS 2)

As reflexões de Goldman (2003, p.108) sobre extensão universitária, dialogando com Paulo Freire (1967), num primeiro momento, apresenta a “extensão” como um termo que pode representar motivo de controvérsia ou com sentido de “transmitir” conhecimentos, com um certo resquício de colonização. A autora acredita que a extensão pode ser assim considerada caso se trate de uma forma de doutrinação, de socialização, fato não identificado nos depoimentos de nossas entrevistadas.

Por outro lado, o termo extensão pode significar expansão, que transmite ideia de alargamento, ampliação, indo além da mera noção de prestação de serviços. Nesta perspectiva, a universidade não impõe seu saber mas estabelece um diálogo rigoroso e crítico com os beneficiários de sua ação. Com essa prática Goldman (2003, p.109) afirma que se pode pensar em novas concepções de sala de aula, em que o professor, o aluno regular e o “beneficiário” da ação desenvolvida são co-responsáveis pela geração de conhecimento adequado para a realidade onde se desenvolve. Indo mais além em suas reflexões sobre a extensão universitária, a autora declara que “repensar a extensão é repensar a própria universidade”.

Goldman (2003, p.109) considera que repensar a extensão é repensar a própria universidade, no sentido de que a universidade deve estar mais próxima das demandas da sociedade e, neste sentido, de modo genérico, a autora considera extensão, as atividades que a universidade realiza “para fora dos muros”, incluindo-se uma gama variada de ações no âmbito das relações universidade-sociedade.

No que diz respeito ao programa de extensão que estamos analisando, as considerações de Goldman (2003), confirmam a importância da atuação da universidade no trabalho com idosos. Portanto, a partir dos relatos de nossas entrevistadas podemos inferir que a extensão universitária é desenvolvida por todas as assistentes sociais, buscando articular ações de ensino e pesquisa no trabalho com idosos e com estudantes de Serviço Social.

### **3.3 As práticas educativas no trabalho das assistentes sociais**

Ressalta-se que todos as assistentes sociais entrevistadas valorizam a atuação do Serviço Social como prática educativa no âmbito da UnATi/UERJ. Parte-se do princípio de que a educação de idosos é inerente aos programas de universidade de terceira idade. Além disso, para os assistentes sociais do Centro de Convivência, a proposta educativa perpassa seus projetos de intervenção onde a percepção dos idosos é de sujeitos em processo de aprendizagem permanente na busca de uma visão crítica da realidade em que envelhecem.

“Atividade educativa na UnATi/UERJ traz a ideia de inclusão social pois o programa tem força política e status e vários programas governamentais usaram o modelo da UnATi [...] com o desmonte da UERJ, e com a reforma da previdência muitos idosos admitem que o sonho de envelhecer com qualidade de vida e dignidade está mais distante. [...] a proposta educativa, através das oficinas que ofereço para os idosos é um canal onde o idoso pode conhecer seus direitos e a partir daí compartilhar com outras pessoas.” (AS 2)

“[...]a proposta educativa na UNATI/UERJ do meu projeto tem uma aproximação muito forte com Paulo Freire [...] no momento em que além das informações para os idosos que são pesquisas atuais [...], informação das políticas sociais, dos direitos sociais, [...] provoço um debate para que eles possam ter uma reflexão sobre aquelas questões. [...] Podem levar para sua família, para sua comunidade e para outros espaços além da UNATI. [...] o processo educativo tem um conhecimento que, na hora que levamos as questões, provocam novos conhecimentos, e uma reflexão nos idosos para que eles possam compreender aquela questão. [...] essa reflexão precisa provocar uma análise por parte daqueles idosos, análise crítica. Eles precisam também, a partir desse debate e dessa crítica, ter propostas porque além de críticos eles são provocados a serem propositivos.” (AS 3)

A respeito da influência das ideias de Paulo Freire na pedagogia formulada nos programas de universidade de terceira idade, encontramos nas referências ao histórico do programa da PUCCAMP, as ideias de Paulo Freire, norteando o projeto pedagógico com os idosos, numa perspectiva de educação permanente, concebida como um direito do cidadão idoso na busca da liberdade e da democracia. (SÁ, 1998)

Na UnATi/UERJ, percebe-se que os pressupostos da educação em Paulo Freire estão presentes no modo como as assistentes sociais percebem o idoso, como sujeito da aprendizagem, que busca uma visão crítica da realidade, mas que traz um saber que vem da sua experiência de vida e, neste sentido, será ampliado, com sua vivência e participação no programa.

Os assistentes sociais da Saúde do Idoso percebem a proposta educativa atravessando todo o trabalho do profissional, embora, em um primeiro momento haja destaque das práticas educativas na formação de residentes e estagiários de Serviço Social, relacionando-as com atividade de ensino. Ao mesmo tempo, as práticas

educativas são ressaltadas no atendimento aos usuários idosos nos diferentes projetos.

“[...] Essa questão educativa se faz presente no treinamento, pensar os objetivos do cenário, as atividades desenvolvidas. [...] A dimensão começa na relação entre nós profissionais, a questão da residência multi e os residentes. Aí tem uma dimensão sim educativa de pensar o trabalho, mas esse aprofundamento eu particularmente não tenho.” (AS 5)

“[...] eu acho que a proposta educativa deve se fazer presente nas ações, na atuação do assistente social. Então na questão do acolhimento, por exemplo, tá ali presente uma dimensão de educação em saúde que a gente tem que ter presente a questão da formação. Então fazer a discussão com os residentes e na devolução para o idoso nessa dimensão de participação, pensar na questão de educação numa perspectiva mais ampliada. [...] é a dimensão não da educação formal. Então é trazer o sujeito para pensar com a gente com algumas alternativas e propostas de trabalho para o residente e para usuário na questão do cuidado, para prestar assistência.” (AS 4)

Chamou-nos atenção o destaque dado à dimensão pedagógica no trabalho do assistente social por uma das entrevistadas da área de Saúde do Idoso, dimensão que se encontra presente tanto na formação do alunado como na assistência ao usuário. Essa aproximação corrobora com a afirmação de que o trabalho socio-educativo é uma das dimensões do trabalho do assistente social.

“Eu acho que a dimensão pedagógica está presente em todas as atividades dos vários cenários do NAI e dos vários cenários que o assistente social participa. Quer seja porque na formação ela é um lugar de trabalho, ela é um objeto do trabalho, o tempo todo que estamos tentando produzir com os residentes que lugar é esse do assistente social, do nutricionista, do enfermeiro, do médico, do fisioterapeuta no processo de cuidado do idoso, né? Então essa dimensão ela está presente o tempo todo, a própria concepção do trabalho, a forma como o ambulatório se estrutura, como cenários de práticas estrutura, os espaços coletivos de discussão, as rotinas de trabalho apontam para essa direção. [...] Então o serviço, o NAI, programa de formação de residentes tanto da medicina quanto o multiprofissional, se estabelece com essa dinâmica e isso favorece muito olhar pedagógico. Agora, o lugar pedagógico embora tenha toda essa dinâmica de concepção do programa que favoreça, só vai se estabelecer se cada um de nós preceptores assumirmos esse lugar, não o lugar de cima para baixo, mas de problematizar aquilo que surge.” (AS 6)

No contexto de problematizar a proposta educativa por dentro das ações do assistente social na Saúde do Idoso, percebe-se a busca por uma prática educativa reflexiva, que tem aproximação com a prática reflexiva de Ana Vasconcelos, autora de Serviço Social e a educação popular em saúde pautada no contexto da Reforma Sanitária. Portanto, faz-se opção por uma educação mais crítica envolvendo os usuários neste processo como protagonistas.

“Aí eu acho que entra mais um recorte que na saúde, não é que a gente se diferencia, mas é como houvesse um elemento a mais na área da saúde. É



claro que a gente também se baseia na produção do Serviço Social em relação à sua dimensão pedagógica, da prática educativa, a dimensão pedagógica no fazer do assistente social e a prática educativa numa perspectiva de potencializar esses espaços coletivos para uma participação efetiva e as produções de Vasconcelos sobre a prática reflexiva e do trabalho com grupos. Só que a gente incorpora também a discussão sobre educação popular em saúde que bebe lá em Paulo Freire e isso é outra questão para o Serviço Social recuperar essa discussão de educação popular em saúde. A educação popular em saúde ela é uma assimilação do conteúdo de educação libertária do Paulo Freire e uma articulação disso no campo da Saúde pensando também já no contexto da reforma sanitária. Pensando na produção da saúde, a saúde como produção social e seus determinantes sociais. [...]” (AS 1)

No contexto da análise das práticas educativas em saúde percebe-se uma crítica à proposta de educação em saúde onde a prevenção é enfatizada e o sujeito é responsabilizado por conseguir uma boa velhice, pressupostos incorporados também pelo discurso da Gerontologia.

“[...] Essa tendência na área da saúde e na educação em saúde que é uma educação higienista, com ênfase no preventivismo e a Gerontologia pega muito isso. A Gerontologia tem o discurso da prevenção porque o adoecimento de certa maneira está instalado ou vai se instalar, ele não é uma condição inexorável, mas ele é uma grande possibilidade pela perda fisiológica. [...] a gente tem que se cuidar para envelhecer melhor só que aí tem uma tendência a enfatizar a prevenção como única forma ou estratégia de conseguir uma boa velhice e mais responsabilizando o sujeito. Então, a gerontologia é impregnada dessas práticas preventivas o tempo todo, né? Alimentação, caminhada, isso e aquilo. Como se envelhecer bem fosse um atributo individual [...].” (AS 1)

De acordo com os depoimentos explicitados anteriormente, percebe-se que, para as assistentes sociais entrevistadas do Centro de Convivência e da Saúde do Idoso, as práticas educativas parecem encontrar respaldo em estudos de Nunes (2001) que afirma que os espaços educativos, como as universidades de terceira idade que desenvolvem propostas de educação permanente propiciando aos idosos novos conhecimentos ao mesmo tempo em que ampliam a sociabilidade, são espaços de educação não formal e possibilitam o desenvolvimento de conteúdos que atendam às necessidades dos idosos valorizando seus saberes, contribuindo para sua autonomia e luta na garantia de seus direitos.

De modo geral, as falas das entrevistadas corroboram com a ideia de que a dimensão sócio-educativa é constitutiva do projeto ético-político do Serviço Social, em que o lugar dos usuários é de participante e protagonista do processo educativo desenvolvido nas ações das assistentes sociais do programa.

### **3.4 A percepção do Projeto Ético-Político do Serviço Social pelas entrevistadas**

Contextualizando o projeto de profissão e formação profissional na história da sociedade brasileira, Iamamoto (2003) explicita que esse projeto é expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, em que se afirma o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira.

O processo de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, segundo Iamamoto (2003, p.51), dá-se ao longo da década de 1990, quando a profissão adquire visibilidade pública com o Novo Código de Ética do Assistente Social, que estabelece direitos e deveres do assistente social a partir de princípios e valores humanistas que se materializam como guias para o exercício profissional. Também está relacionado às revisões da legislação profissional e das alterações profundas no ensino universitário da área, em que as diretrizes propostas articulam “a análise dos fundamentos do Serviço social em suas dimensões históricas, teórico-metodológicas e éticas com as reais condições e relações de trabalho em que se realiza o exercício profissional.”(IAMAMOTO, 2002, p.23)

De modo geral, as assistentes sociais, tanto do Centro de Convivência como da Saúde do Idoso, identificam sua atuação profissional pautada no atual Projeto Ético-Político da profissão. Através de suas narrativas destacamos a visão do idoso como sujeito de direitos, a problematização das questões dos usuários em termos da busca desses direitos e a preocupação com a qualidade da ação educativa do profissional que difere da postura tradicional (relação hierarquizada entre profissional e usuário) pautadas no Código de Ética Profissional do Assistente Social, segundo Forti (2009, p.23-26) orientando a ação profissional numa perspectiva crítica à ordem econômico-social estabelecida, na medida que assume a defesa dos direitos dos trabalhadores.

“[...] essa proposta educativa que eu estou falando tem a ver com o nosso projeto ético-político porque ela tem uma vertente, uma dimensão ética no sentido de responsabilidade que é como a Hannah Arendt também entende. A Hannah Arendt associa a ética à responsabilidade de você estar ali e a responsabilidade que você tem com a questão social, com a problemática da sociedade e com a cidadania dos sujeitos você está trabalhando, sujeitos idosos, e nesse sentido tem uma questão ética forte que você leva os idosos a terem isso. Leva os idosos a terem uma questão ética presente no sentido de serem responsáveis também por seu envelhecimento e possibilitar no coletivo, um envelhecimento com mais direitos concretizados.” (AS 3)

O destaque à dimensão ético-política é verificada no depoimento abaixo, na medida em que o usuário é reconhecido como sujeito de direitos e o assistente social

se põe em defesa dos direitos da classe trabalhadora, pressupostos do Código de Ética do Assistente Social.

“Eu acho que não tem como a gente trabalhar sem se submeter ao Código de Ética. Então acho que o tempo todo a gente trabalha o idoso como sujeito, alguém que tem direito que precisa acessar, que precise que tem direito por uma assistência de qualidade, pensada interdisciplinarmente, com os diversos olhares para essa atenção. [...] Eu acho que tem uma dimensão de respeito ao usuário e uma dimensão de reconhecimento desse sujeito, como um usuário de determinada classe social. [...] eu acho que está aí presente essa dimensão política, que é essa forma de como o Serviço Social se coloca em defesa dos direitos da classe trabalhadora. [...] Então a gente fala para os residentes como é isso de emancipação, de transformação da sociedade. Eu acredito e acho que a gente tem que lutar por essas transformações, mas também no cotidiano a gente faz pequenas transformações.” (AS 4)

No trabalho cotidiano dos assistentes sociais da área de Saúde do Idoso identificamos a recorrência na preocupação em qualificar o atendimento ao usuário com as referências do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Uma das questões a serem destacadas diz respeito à concepção do processo de envelhecimento da população usuária, de modo crítico, a partir de análise marxista sobre a sociedade capitalista.

“[...] Para mim a principal referência é a gente poder entender o envelhecimento na sua materialidade que é o pensamento marxista, o que no materialismo histórico dialético de Marx ajuda a pensar o envelhecimento. Então poder pensar ele através das suas condições de existência, de condições de vida. Isso obviamente sem deslocar ou sem fragmentar as outras dimensões que vão fazer um atravessamento direto, não é só classe social que vai determinar, temos que ver outros determinantes como gênero, etnia, cultura. [...] Então acho que a gente tem um lugar nessa discussão, nesse debate. Sair dessa abstração e dessa individualidade, dessa subjetividade às vezes também em demasia, do significado de quem é o idoso e pensar um pouco mais as condições concretas desse envelhecimento. [...] Em relação à família, em relação aos cuidados é preciso olhar para as condições dos cuidadores sobretudo para as necessidades sociais do cuidar que são atravessadas pela subjetividade do cuidar.” (AS1)

Refletindo sobre esse depoimento percebe-se uma aproximação dessa concepção de envelhecimento com a de Teixeira (2008, p.41) para quem o envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista torna-se uma das expressões da questão social. Para essa autora

O envelhecimento constitui um problema social, principalmente, para as classes destituídas de propriedade (exceto de sua força de trabalho) e de controle do seu tempo de vida, em função das contradições e determinações da sociedade capitalista que engendram desigualdades, vulnerabilidade social em massa, degradações, desvalorizações e pseudo valorizações, para essa classe social, especialmente com o avanço da idade cronológica, com o desgaste da força de trabalho. (TEIXEIRA, 2008, p. 23)

A qualidade da prestação de serviços ao usuário idoso no serviço público também é uma preocupação dos assistentes sociais entrevistados que perpassa as referências ético-políticas do Serviço Social. Destacamos nos depoimentos que se seguem, a questão da democratização do acesso à saúde e o protagonismo dado ao usuário, nesse processo, tendo em vista a conjuntura adversa, vivida institucionalmente, com greve por atraso de salários de docentes e servidores técnico-administrativos e ainda com a preocupação de não prejudicar os usuários mais fragilizados, em atendimento ambulatorial no programa.

“[...] Então eu acho que a gente tem aí uma forma diferente de trabalhar e que eu acho que tem tudo a ver com o Projeto ético-político que é essa ideia de trabalhar que está no Código de Ética, de divulgar, de possibilitar o acesso e democratizar. [...] na defesa dessa saúde de qualidade, do SUS público que eu acho que está sendo muito questionado. [...] acho que é a dimensão da participação desse usuário ser sujeito desse processo porque muitas vezes ele é só objeto aonde a gente vai depositando expectativa e orientações e ele não é ouvido. [...] a gente traz muito essa dimensão do sujeito de direito, sujeito que pode participar para definir se ele quer esse cuidado ou não. [...]” (AS 4)

“[...] A qualidade dos serviços prestados também é outra questão que a gente precisa ficar muito atenta, a questão do serviço público de recuperar o valor do serviço público e de garantir um atendimento digno de qualidade para esses usuários, de não se deixar render por todo o sucateamento que a gente está vivendo. Por exemplo, nesse momento de greve, a gente pensou com muito cuidado qual é o impacto da gente paralisar as atividades para esses idosos e para essas famílias. É um impacto muito severo, isso podia trazer danos à saúde graves e a gente optou então, a fazer outro esquema de trabalho. Ter essa delicadeza e esse cuidado com o tipo de público que a gente atende e com o direito dele a esse atendimento.” (AS 1)

Portanto, sintetizando, no contexto do Projeto Ético-Político do Serviço Social observa-se os seguintes aspectos:

- a) a visão do idoso como sujeito de direitos cuja procura é estimulada pelo profissional; - a problematização em termos da busca desses direitos; - a preocupação com a qualidade da ação educativa do profissional que difere da postura tradicional;
- b) a sinalização do uso de técnicas de socialização de informações e mobilização com o idoso usuário e, quando necessário e com o consentimento dele, o atendimento a familiares.

Quanto à análise das entrevistadas sobre suas ações e o projeto ético-político do Serviço Social, as considerações de Lobato (2013) sobre o trabalho do assistente social no âmbito das universidades de terceira idade, com alunos e/ou usuários idosos, corroboram com os depoimentos apresentados quando a autora declara que:

[...] deve ser de luta pela garantia e ampliação das políticas sociais, efetivando compromisso com a questão dos idosos e, portanto, viabilizando melhorias nas suas condições de vida, percebendo o idoso brasileiro como sujeito que tem capacidade de decisão e direito de garantia de acesso às políticas públicas. (LOBATO, 2013, p.224)

Assim, consideramos que o trabalho de extensão universitária do Serviço Social na UnATI/UERJ tem sido relevante pois contempla a atual concepção de extensão como um dos pilares do “tripé” da universidade, articulado ao ensino, quando no desenvolvimento de ações de capacitação direcionadas ao alunado, como articulado à pesquisa, quando na produção de conhecimento e sistematização das ações dos assistentes sociais na área do envelhecimento.

No que diz respeito à articulação do trabalho de extensão universitária, na área do envelhecimento ao projeto ético-político do Serviço Social, destacamos a concepção e implementação das práticas educativas no programa, que na perspectiva crítica adotada pelas assistentes sociais entrevistadas, tornam os usuários idosos e seus familiares, participantes e protagonistas do processo em questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar uma Tese não é tarefa fácil na medida em que julgamos que a produção, construída em prazo curto e conturbado, devido ao longo período de greve na universidade por conta da suspensão de salários e falta de repasse de verbas para a manutenção, nos dá a sensação de que o tema não foi bastante explorado. Embora o tema escolhido, faça parte de um grande período de nossa trajetória como docente e assistente social, ou seja, cerca de 25 anos, o tempo de existência do programa da UnATI/UERJ, produzir essa tese tornou-se um grande desafio que propiciou momentos de muita ansiedade e angústia mas também momentos gratificantes de reflexão e pesquisa sobre a temática da extensão universitária, em programa educativo para idosos, na relação com as práticas educativas e o projeto ético – político do Serviço Social. Aliás, a pesquisa costuma ser um desafio, pois requer tempo para pensar, elaborar o que se lê, esperar o surgimento de ideias, a partir do estudo de variados autores que vão delineando os caminhos da produção.

Refletindo sobre esse processo é que podemos sentir que, o tempo na sociedade do capital, “não para, não para!”, como cantou nosso poeta Cazuzza que não teve oportunidade de ficar velho.

Ao mesmo tempo, mergulhar nessa produção possibilitou descobrir a importância do Serviço Social na produção de conhecimentos na área do envelhecimento, respaldado na perspectiva teórico – metodológica, crítica, fundamentando-se na proposta marxista e, reafirmar com Marx que “ o homem é a carcaça do tempo!”

Nosso estudo procurou resgatar o modo como os autores que discutem o envelhecimento a partir da perspectiva do crescimento demográfico e das contribuições da Gerontologia, influenciaram a maioria das produções sobre envelhecimento desde a década de 1970 até os dias atuais. Esses autores tendem a fazer uma leitura do envelhecimento de modo abstrato, sem discuti-lo nas suas determinações concretas, materiais. No contexto dos discursos gerontológicos encontramos, uma parcela significativa de assistentes sociais que se articulam para garantir a criação de políticas sociais que acompanhem o acelerado crescimento da população idosa em nosso país.

Dando continuidade a nossa pesquisa, encontramos estudos que partem de uma análise das condições concretas da sociedade capitalista, sociedade de classes

de interesses antagônicos, que declaram que o envelhecimento não é “ problema social” para todos que envelhecem mas para aqueles que apenas possuem sua força de trabalho, que perde o valor de uso, com o envelhecimento do trabalhador.

Avançando um pouco mais, foi possível identificar que os estudos do envelhecimento com base na perspectiva marxista nos possibilitam compreender esse fenômeno na sua historicidade e totalidade. Nessa análise a inserção de classe dos sujeitos é determinação central para pensarmos suas condições de vida e trabalho e as condições de seu envelhecimento. Pautar nossas análises nessa matriz teórica nos possibilitou identificar que a desvalorização social do trabalhador tem seu ápice na velhice, quando ele é alijado da produção, e identificado como “incapaz para o trabalho” e sem valor para o capital.

Partindo do princípio de que todo trabalhador faz parte da superpopulação relativa, em algum momento de sua vida, nos chama atenção o acirramento da questão social em decorrência do desemprego em massa, herança perversa da crise global de 2008, afetando em larga escala os trabalhadores dos países desenvolvidos e dos países capitalistas periféricos como o Brasil, no que diz respeito ao processo de envelhecimento desses trabalhadores que, sem respaldo do sistema de proteção social, tem como destino a miséria e o pauperismo.

Ao mesmo tempo, percebemos que há movimentos de resistência no mundo todo contra esse estado de barbárie social e destacamos o protagonismo dos jovens que já se dão conta do enfrentamento dessa questão com organização e participação política mas não tem garantias de que terão uma velhice com proteção social, pois se o desemprego aumenta ou se só se garante o trabalho informal, como os sistemas de proteção social serão financiados?

Por outro lado, mesmo que as políticas sociais enveredem cada vez mais por uma perspectiva focal e seletiva, de onde sairão os recursos para garantir a proteção social não contributiva?

Nosso trabalho não pode avançar nessas questões mas as perspectivas não são favoráveis para a maioria da população que vivencia a longevidade como conquista mas sem condições dignas de vida. Estamos nos referindo há pelo menos 60% dos idosos do mundo que vivem nas sociedades capitalistas periféricas. De acordo com as projeções da ONU, em 2050 os idosos irão contabilizar, 2 bilhões de pessoas.

Esse dado nos interessa pois vivemos no Brasil que é um país capitalista periférico que tem tido envelhecimento acelerado e, em decorrência das crises econômicas cíclicas do capitalismo, enfrenta um alto nível de desemprego e o governo atual, apresenta como alternativa, a aprovação de uma reforma trabalhista, que retira as prerrogativas do trabalhador de lutar pela garantia de direitos de modo coletivo, privilegiando a relação entre trabalhador individualmente e seu empregador.

A partir deste quadro é que podemos perceber a importância dos programas de universidade de terceira idade, desenvolvidos no interior das universidades brasileiras pois eles tem mobilizado um número significativo de pessoas idosas, majoritariamente, mulheres que parecem, descobrir, nessa fase da vida, outras formas de viver e significar a velhice. No caso específico da UnATI/UERJ, por conta do oferecimento de assistência à saúde dos idosos que se inserem nos ambulatórios NAI e CIPI observa-se, também, a frequência de idosos mais fragilizados por conta de suas patologias, com muitos casos de demência.

Nesse espaço, encontramos, desde o início do programa, em 1993, a presença do Serviço Social desenvolvendo projetos de extensão que envolvem assistência direta aos idosos, na Saúde do Idoso, e indireta aos idosos que frequentam o Centro de Convivência, onde se desenvolve mais claramente, através do oferecimento de cursos, palestras e apresentações culturais, os projetos de educação permanente.

As assistentes sociais que participaram da pesquisa relatam ter interesse no trabalho com idosos mesmo antes de participarem do programa e buscam se capacitar para melhor atender às demandas trazidas por esse segmento, seja frequentando cursos de Especialização na área de Saúde, ou nas especializações em Gerontologia, área bastante procurada por profissionais que queiram qualificar-se no atendimento às pessoas idosas. Há um pequeno grupo de assistentes sociais que tem capacitação em nível de Mestrado e Doutorado. Além disso, desenvolvem atividades de gestão no programa que possibilita uma proximidade maior com outros profissionais e docentes que também desenvolvem no programa projetos de extensão e pesquisa.

Para algumas das assistentes sociais entrevistadas a extensão universitária não tem sido percebida como determinante e constituinte da natureza do referido programa. Para outras entrevistadas o exercício profissional como assistente social de um hospital universitário ajudou a desenvolver ações e projetos de extensão universitária. Porém, ao apresentarem seus projetos de intervenção que envolvem a



assistência aos usuários idosos e seu familiares, atividade de capacitação nas questões do envelhecimento para estagiários e residentes de Serviço Social, formação na área do envelhecimento e compromisso com a qualidade do serviço e o atendimento às demandas dos usuários, que são partícipes e protagonistas de suas ações, é que podemos identificar que é na materialidade de seus projetos que encontramos a “invisibilidade” da extensão universitária. Assim verificamos que a extensão se dá articulada às ações de ensino, quando na supervisão de alunos e residentes, nos grupos de estudos; à produção de conhecimento, quando estão pesquisando em serviço ou orientando trabalhos de conclusão de residência. Além disso, temos também a produção de artigos na área do envelhecimento articuladas as suas propostas de trabalho enquanto assistentes sociais.

A partir dessas considerações, podemos afirmar que, ao longo do tempo em que os assistentes sociais estão na UnATI, a extensão universitária no campo do envelhecimento tem sido qualificada, principalmente, com o desenvolvimento de práticas educativas, tanto no Centro de Convivência como na Saúde do Idoso que nos faz afirmar que para este grupo de assistentes sociais a dimensão socio-educativa, tem sido o elo de aproximação entre esses profissionais que se encontram no programa com diferentes tempos de participação e diferenciadas áreas de atuação.

Quanto a identificar a existência do desenvolvimento de práticas educativas e as possíveis interfaces de suas propostas educativas com o projeto ético-político da profissão, percebe-se que tanto as assistentes sociais do Centro de Convivência como os de Saúde do idoso, privilegiam práticas educativas e percebem as mesmas como oportunidade de refletir com os sujeitos idosos sobre suas condições de vida ou ainda de aprendizados sobre o envelhecimento, os direitos e as políticas para idosos.

A relação com o projeto ético-político da profissão, aparece reiteradamente, na questão do compromisso das assistentes sociais com as lutas em prol da ampliação e implementação de direitos dos idosos, que se transforma num grande desafio diante da conjuntura desfavorável à garantia e ampliação de direitos pois que atravessada pelo ideário neoliberal, que privilegia medidas de ajuste fiscal que vem colaborando para a desconstrução da nosso frágil sistema de proteção social.

Refletindo sobre nossa experiência no programa de universidade de terceira idade da UnATI/UERJ como docente e assistente social num programa de extensão universitária, na medida em que interferimos nas relações sociais cotidianas dos usuários e atuamos no atendimento às diferentes expressões da questão social,

verificamos que é nossa prerrogativa o trabalho com idosos na “luta aberta e surda pela cidadania” (IANNI, 1992 apud IAMAMOTO, 2010, p.160) e pela garantia de implementação de políticas públicas para este grande contingente de trabalhadores velhos que rompendo os desafios da longevidade se atrevem a envelhecer com dignidade.

Finalizamos nossas reflexões reproduzindo os seguintes versos musicais:

“Envelhecer é fato não dá pra fugir... Dignidade é fato não dá pra pedir.”  
(Cristian Oyens e Zélia Duncan).

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira*. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (orgs.). *Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p.133-152.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ALVES, S.B; PAIVA, S. O. C.; ARRUDA, F.T. Produção de conhecimento no Serviço Social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores. *Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre, v. 15, n. 1, p.75-83, jan/jul de 2016.
- ASSIS, Mônica de; PACHECO, L.; MENEZES, J. S. Repercussão de uma experiência de promoção da saúde no envelhecimento: análise preliminar a partir das percepções dos idosos. *Textos sobre o envelhecimento*, Rio de Janeiro: UERJ, UNATI, ano 4, n. 7, p.53-73, 1º sem. 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice: A realidade Incômoda*. São Paulo: Difel, 1976.
- BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BERNARDO, MARIA Helena de Jesus; ASSIS, Mônica de. Saúde do Idoso e a Integralidade da Atenção. In: DUARTE, Marco Jose de Oliveira et al (org.). *Política de Saúde hoje: interfaces & desafios no trabalho de assistentes sociais*. Campinas, SP: Papel Social, 2014.
- BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XXIV, n. 75, Edição Especial, p. 19-33, 2003.
- BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.
- CACHIONI, Meire. *Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa*. Revista Temática Kairós Gerontologia, v. 15, n. 7, p. 1-21, dez. de 2012. Disponível em: <[revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/15225/11354](http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/15225/11354)> Acesso em: 22/01/2018.
- CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. *Papeles de población*, v. 13, n. 52, p. 9-45, 2007.
- ClAVATTA, Maria. O trabalho docente e a produção do conhecimento: Uma análise de sua historicidade. *Revista Advir*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 142-155, jul. 2012.
- CUBA, Conceição de Mara G. Braga. *A assessoria em uma vivência de amizade intergeracional com idosos da UNATI/UERJ*. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em:

<http://www.joinp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/a-assessoria-em-uma-vivencia-de-amizade-intergeracional-com-idosos-da-unati-uerj.pdf> Acesso em: 16/10/2015.

CUBA, Conceição de Mara G. Braga. *Guarnicê e cidadania na amizade dos idosos cariocas e ludovicenses*. São Luis: Edufma, v. 201, 2015.

DEBERT, Guita Grin. *As Representações (Estereótipos) do Papel do Idoso na Sociedade Atual*. In: Anais do 1º Seminário Internacional sobre Envelhecimento Populacional. Brasília: MPAS/SAS. p.35-45, 1996.

DE FÁTIMA E SILVA, Maria do Rosário; YAZBEK, Maria Carmelita. Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. *Revista Katálysis*, v. 17, n. 1, 2014.

EVANGELISTA, Kênia Barbosa. *A assessoria do Serviço Social na UNATI/UERJ: a capacitação aos idosos pelo projeto "Amizade dos idosos na família e na sociedade em 2015"*. Trabalho de Conclusão de Curso, FSS/UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

FORTI, Valéria. Ética e Economia: Fundamento para a Discussão de. Direitos. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.) *Ética e Direitos: Ensaios Críticos*, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009, p. 1-30.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - *Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX)*, Manaus maio 2012.

FREITAS, Elizabete Viana de. Demografia e epidemiologia de envelhecimento. In: PY, Lígia et al. *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: Ed. NAU. , p. 19-38. 2004.

FRIAS, Sandra Rabello de. *Aposentadoria, tempo livre, lazer e a descoberta do trabalho voluntário*. In: VERAS, Renato Peixoto (Org.). *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro, UERJ, UNATI, 1999. p. 183-9.

GOLDMAN, Sara Nigri e PAZ, Serafim Fortes. Velhice com Cidadania: Uma conquista a cada dia! In: PACHECO, Jaime Lisandro et al. (org.). *Tempo Rio que Arrebata*. Holambra: Editora Setembro, 2005, p.45-58.

\_\_\_\_\_. *Universidade para a Terceira Idade: Uma lição de cidadania*. Recife: Elógica, 2003.

GOMES, Adriana Elias. *O processo de envelhecimento das pessoas que vivem com HIV/Aids atendidas no HUPE: seu significado para os usuários e demandas para o Serviço Social*. Trabalho de Conclusão de Residência. Serviço Social do HUPE. Rio de Janeiro, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. *Temporalis*, Brasília: ABEPSS, Graflina, ano II, n. 3, p. 9-31, Jan./Jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *Em Questão*. Atribuições Privativas do Assistente Social, Brasília, 2002. p. 13- 46

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2000*. www.ibge.gov.br, acessado em 25 de agosto de 2009.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico de 2010. www.ibge.gov.br, acessado em 24 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2009*. www.ibge.gov.br, acessado em 24 de agosto de 2012.

LOBATO, Alzira Tereza Garcia; CUBA, M.G.B. *O trabalho de assessoria do Serviço Social com idosos de um Programa da Universidade Aberta da Terceira Idade na luta pela garantia de direitos, 2013 – ANAIS CBAS*.

LOBATO, Alzira Tereza Garcia. *A experiência do Serviço Social em programa educativo para idosos da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Projeto de Pesquisa. RJ PPGSS/FSS, 2015.

\_\_\_\_\_. Programa de Ações de Participação Social e Cidadania com Idosos da UNATI/UERJ. *Revista Memorialidades*, Ilhéus-Bahia, ano 8, n. 15, p. 35-61, jan./jun., 2011.

\_\_\_\_\_. Considerações Sobre o Trabalho do Assistente Social na Área do Envelhecimento. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Org.). *Serviço Social: temas, textos e contextos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 213- 226.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social e a prática educativa com idosos*. ANAIS 13ºCBAS, Brasília, agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. A prática de Assessoria desenvolvida na Área do Envelhecimento. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. (org.) J; *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p.296-301.

\_\_\_\_\_. Serviço Social e Envelhecimento: Perspectivas de trabalho do assistente social na área da saúde. In: BRAVO, M. I. S. et al. (org.). *Saúde e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p.135-149.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. *A Invenção Social da Velhice*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1987.

MANGABEIRA, Wilma. Questões de método e o trabalho de campo em Volta Redonda. In: MANGABEIRA, Wilma(Org.). *Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Associação .Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1993.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro Primeiro, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I, volume I. Algés: DIFEL, 1984.

MARANHÃO, César Henrique. *Capital e super população relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo*. In: BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (org.). *Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008. p. 38-58.

MENDONÇA, Eliana Azevedo Pereira de. *Práticas Educativas: Diretrizes Metodológicas e Produção de Conhecimentos*. In: DUARTE, Marco Jose de Oliveira et al. (orgs). *Política de Saúde hoje: interfaces & desafios no trabalho de assistentes sociais*. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

\_\_\_\_\_. *Representações sociais como objeto de práticas educativas na promoção da saúde no climatério-menopausa*. 2004. Tese (Doutorado), 2004.

MOURA, Maria Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina. *Escolha da técnica da análise de dados*. In: \_\_\_\_\_. *Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005, p.54-79.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. Cortez editora, 1996.

\_\_\_\_\_. *Cinco notas a propósito da "questão social"*. *Temporalis*, Brasília, anoll, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. *Desigualdade, pobreza e serviço social*. *Revista Em Pauta*, n. 19, p. 135-170, 2007.

NUNES, Alzira Tereza Garcia, Lobato. *Serviço Social e Universidade de Terceira Idade: uma proposta de participação social e cidadania para idosos*. In: *Textos sobre Envelhecimento*. Educação e Cidadania. Rio de Janeiro: UnATI/UERJ. ano 3 n» 5 2001, p.41-65.

\_\_\_\_\_. *As mulheres na Universidade de Terceira Idade*. IN: PAZ, S. F. et al. (org.). *Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro, ANG-RJ /CBCISS, 2000, p.95-106.

PALMA, Lucia Terezinha S. *Educação Permanente e qualidade de vida: indicativo para uma velhice bem-sucedida*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

PEREIRA, Larissa Dahmer. *Mercantilização do Ensino Superior e a Precarização do Trabalho Docente: Faces da Negação do Direito Social à Educação*. In: MARCONSIN, Cleier; MARQUES, Maria Celeste Simões (org.). *Trabalhos e direitos: conquistas e retrocessos em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 153- 169.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional*. *SER Social*, Brasília, n. 21, p. 241-257, jul./dez. 2007. Disponível em: <[http://seer.bce.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/265/135](http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/265/135)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. Teses e dissertações sobre envelhecimento no Brasil. In: *Textos sobre Envelhecimento*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 37- 56, jan./jun. 2004.

QUEIROZ, Zally P. V. Participação popular na velhice: possibilidade real ou mera utopia? *O mundo da saúde*. v. 23, n. 4, p. 204-13, 1999.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. Da Universidade da Terceira Idade para a Comunidade: Educação Popular x Educação Acadêmica, *Cadernos, de Serviço Social*, Edição especial: PUC/Campinas, ano VIII,1998, p. 12- 39

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. *Gerontologia Social*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.

TEIXEIRA, Mary Jane de Oliveira. A fundação Estatal de Direito Privado na Saúde e os Impactos Sobre os Direitos dos Trabalhadores do Setor. In: MARCONSIN, Cleier; MARQUES, Maria Celeste Simões (org.). *Trabalhos e direitos: conquistas e retrocessos em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 105- 118, 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. *Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

VERAS, Renato Peixoto; CAMARGO, Kenneth Jr. Idosos e Universidade: parceria para qualidade de vida. In: VERAS, Renato Peixoto (org.). *Terceira Idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relume/ Dumará/ UERJ/ UnATI, 1995. p.11-27

ZAGABRIA, Débora Braga; CARMO, Lucia Helena Machado. *A formação profissional do assistente social em cursos de serviço social no Brasil: o envelhecimento humano*. ANAIS I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. Londrina, Paraná, de 09 a 12 de junho de 2015. P.1-10.

## DOCUMENTOS

NUNES, A.T.G.L. *Mulheres idosas e Universidade de terceira idade: um estado de gênero e geração. Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro, UERJ:FSS, setembro de 1999 e março de 2000.

\_\_\_\_\_.*Idosos colaboradores. Relatório do Projeto de Extensão. Cadastro do Projeto de Extensão*. Rio de Janeiro, UERJ, DEPEXT/SR3, 2018.

\_\_\_\_\_.*Atenção aos idosos em equipe multidisciplinar. Projeto de Extensão*. Rio de Janeiro, UERJ: FSS, dezembro de 1994.

\_\_\_\_\_.*Gerência de Ensino da UNATI/UERJ; MEMORANDO, MM 123/UNATI/02, de 02 de abril de 2002.*

NUNES, A.T.G.L e CUBA, Conceição M.G.B. *Projeto Idosos Colaboradores. Programa de Valorização do Conhecimento do Idoso*. Rio de Janeiro. UNATI/UERJ, sem data.

RESOLUÇÃO Nº 002/94 - *Cria o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Aberta sobre a Terceira Idade* – UnATI. UERJ, 26 de abril de 1994. Disponível em: [http://www.boluerj.uerj.br/pdf/re\\_00021994\\_26041994.pdf](http://www.boluerj.uerj.br/pdf/re_00021994_26041994.pdf) Acesso em: 23/01/2018.

UERJ - AE – 016/ REITORIA/93 – *ATO EXECUTIVO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA*. Disciplina o Programa de Ensino, Pesquisa e Assistência sobre Terceira Idade (UNITI), Rio de Janeiro, 23 de abril de 1993.

VERAS, Renato Peixoto. Universidade Aberta da Terceira Idade. MEMO CIRCULAR, UNATI/021/93, de 22 de julho de 1993, encaminhado aos departamentos da FSS. Solicita a participação da Unidade no Programa da UNATI/UERJ.

FSS – Faculdade de Serviço Social. *Programa da Disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social e Saúde*. Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde. Rio de Janeiro, UERJ:FSS, 30 de novembro de 2011 a 15 de dezembro de 2011.

*Programação Educativa e Cultural da Unati/ Uerj*. Rio de Janeiro; 2º semestre de 2002.

FRIAS, Sandra Rabello de. *Projeto Atenção Asilar*. Rio de Janeiro. UNATI/UERJ. Folder do Projeto, sem data.

\_\_\_\_\_. *Projeto Idosos Companheiros*. Rio de Janeiro. UNATI/UERJ. Folder do Projeto, sem data.



**ANEXOS****ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS DA UnATI/UERJ**

Nome : \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

1. Tempo de formação como Assistente Social \_\_\_\_\_
2. Tempo em que se encontra vinculado ao Programa \_\_\_\_\_
3. Áreas de atuação no Programa da UnATI/UERJ:  
( ) Saúde do idoso ( ) Centro de Convivência ( ) Outras \_\_\_\_\_
4. Como se deu seu interesse em participar de um programa de extensão universitária voltado para envelhecimento ?
5. Quando de sua inserção no Programa, como o Serviço Social estava estruturado e como se encontra nos dias atuais?
6. Você identifica a existência de um Projeto/Programa de atuação envolvendo os Assistentes Sociais da UnATI/UERJ? Se não, quais as possibilidades para essa construção?
7. Explícite suas referências teóricas para pensar o envelhecimento no Brasil.
8. Como você identifica a proposta educativa nas atividades e/ou Projeto (s) que desenvolve como Assistente Social no Programa?
9. Quais as referências do Projeto Ético-Político do Serviço Social que estão presentes em seu trabalho educativo com os idosos participantes do Programa?

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: "O Serviço Social em Programa Educativo para Idosos da Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ", que tem como pesquisadora responsável Alzira Tereza Garcia Lobato.

O motivo que nos leva a desenvolver a pesquisa em questão é identificar a contribuição do Serviço Social num programa de universidade de terceira idade, público, no Estado do Rio de Janeiro, conhecido como UnATI/UERJ. A pesquisa se justifica tendo em vista a presença e a participação dos assistentes sociais atuando nas diferentes áreas do programa, desde o seu início, em 1993. O objetivo desse projeto é conhecer o trabalho do assistente social no programa da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em sua relação com o caráter educativo e o projeto ético-político do Serviço Social.

A coleta de dados será realizada através de entrevistas com os assistentes sociais da equipe de Serviço Social do Centro de Convivência e Saúde do Idoso da UnATI/UERJ, em sala reservada para este fim.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, sendo livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento.

Não há qualquer risco na sua participação nesta pesquisa. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará qualquer prejuízo.

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados desta pesquisa poderão ser acessados por você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado ficará com a pesquisadora e outra será fornecida a você.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira adicional.

**CONSENTIMENTO**

Eu, \_\_\_\_\_ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que, em qualquer momento, poderei solicitar novas informações e mudar minha decisão, se assim o desejar. Em caso de dúvidas poderei entrar em contato com a pesquisadora Alzira Tereza Garcia Lobato, no telefone (21) 99621-8534 ou com a Comissão de Ética em Pesquisa (Coep) da UERJ, sito Rua São Francisco Xavier, 524, Sala 3018, Bloco E. Cep: 20550-900, telefone: (21) 2334-2180. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do(a) Participante	Data
------	-------------------------------	------

Nome	Assinatura da Pesquisadora	Data
------	----------------------------	------